

ALEXANDRE BI ANCHI DE SOUZA

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE NEGROS EM UBERLÂNDIA:
MEMÓRIAS, DILEMAS E RESISTÊNCIAS
(1950-1970)

Uberlândia, MG

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE NEGROS EM UBERLÂNDIA:
MEMÓRIAS, DILEMAS E RESISTÊNCIAS
(1950-1970)

ALEXANDRE BIANCHI DE SOUZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia como exigência parcial para obter o título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr.Sauloéber Tarsio de Souza.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

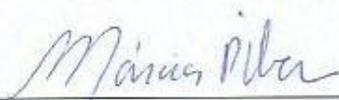
S729h Souza, Alexandre Bianchi de, 1974-
2019 História da educação de negros em Uberlândia [recurso eletrônico] :
memórias, dilemas e resistências (1950-1970) / Alexandre Bianchi de
Souza. - 2019.

Orientador: Sauloéber Társo de Souza.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Educação.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.971>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

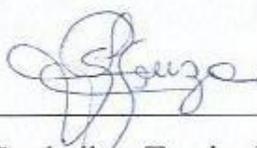
1. Educação. 2. Educação – História - 1950-1970. 3. Negros -
Educação. 4. Negros - Educação - Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba
(MG : Mesorregião). I. Souza, Sauloéber Társo de, 1970 -, (Orient.) II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Educação. III. Título.

CDU: 37

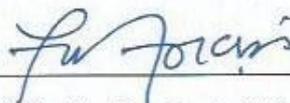
BANCA EXAMINADORA



Prof(a) Dr (a). Márcia Pereira da Silva
Universidade Estadual Paulista. UNESP.



Prof. Dr. Sauloéber Tarsio de Souza
Universidade Federal de Uberlândia. UFU.



Prof. Dr. Sérgio Paulo de Moraes
Universidade Federal de Uberlândia, UFU.

Uberlândia: 11/04 / 2019.

Resultado: Aprovado.

Uberlândia, MG

2019

Dedico este trabalho aos meus pais, Daniel Teixeira de Souza (28/9/1942-12/01/1987) (In Memoriam), e Márcia Maria Bianchi de Souza (12/06/1950-21/07/1993) (In Memoriam), aos amados filhos, Alexandra Teixeira Bianchi (04/02/2006) e Davi Bianchi Rodrigues (05/10/2002), a esposa Cláudia Rodrigues Martins Bianchi (04/10/1965) e Agnaldo Cardoso (20/06/1961-16/02/2014) (In Memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores que possibilitaram minha formação desde a educação infantil até a pós-graduação. Sempre foram e serão minhas honrosas referências de vida.

Quero agradecer a toda sociedade brasileira que contribuiu ativamente para que tivesse a oportunidade de cursar o mestrado em uma universidade pública. Todos meus esforços pessoais e profissionais visam retribuir com dedicação e honradez tamanha solidariedade social.

Não poderia deixar de mencionar paciência incomum que o professor Dr.Sauloéber prestou-me nas disciplinas por ele ministradas e a orientação ao longo do curso do mestrado.

Manifestar meus agradecimentos aos (as) professores (as), colaboradores (as) e técnicos administrativos da Faculdade de Educação do Programa de Mestrado da Universidade Federal de Uberlândia.

Aos professores do Instituto de História reitero minhas saudações fraternais.

Quero manifestar meus agradecimentos aos colaboradores que concederam as entrevistas.

Manifestar meus agradecimentos à comunidade escolar da Escola Municipal de Educação Infantil Maria Pacheco Rezende e da Escola Estadual Lourdes de Carvalho por terem me incentivado a prosseguir os estudos com o objetivo de aprimorar a minha formação educacional.

Meus agradecimentos a tia Valda de Oliveira (In Memoriam), meus padrinhos Joel (In Memoriam) e dindinha Silvana e toda família.

Quero agradecer a Deus e aos espíritos consoladores que me inspiraram e me deram forças para que não desistisse de enfrentar este desafio.

Este trabalho é fruto de muita dedicação, esforço, entusiasmo e carinho.

Alexandre

Palavras de uma mãe

A minha casa era de pau a pique, era casa de rancho coberta com folha.

A gente levantava de noite para matar os barbeiros.

A gente ficava com medo de ficar doente.

A nossa vida no começo era muito difícil!

Eu trabalhava na roça capinando.

Trabalhava com criança amarrada nas costas capinando para dar alimento para os filhos e o pai mexendo com gado.

A vida não foi fácil.

Eu ia para a escola todos os dias que ficava vinte quilômetros levando o filho na cacunda.

Eu sempre incentivei mesmo porque a vida pra mim foi muito difícil sem estudo e eu não queria vê-lo passar aquela vida que a gente passou.

A gente queria uma vida boa porque a gente não tinha estudo.

Os outros passavam a gente pra trás, quando a gente acordava já era tarde!

Então eu sempre os incentivei, levava eles longe pra ir pra escola todo dia ia a pé com eles, deixava eles na escola e ia pra casa.

E ai depois a professora sabia que nunca estudei, vamos estudar também, ai comecei a ficar junto e incentivar os filhos a dar valor na escola.

Dandara de Maria

RESUMO

Este estudo primou em edificar uma compreensão acerca dos processos históricos que tratam da história da educação dos negros no município de Uberlândia e região entre 1950 e 1970. A razão pela qual selecionamos o referido período para a realização da pesquisa se justifica pela escassez de trabalhos relacionados com a temática, por ser um período importante da história da educação brasileira devido ao aumento da oferta de matrículas no ensino básico e técnico. Destacamos um dos poucos trabalhos com tal temática na região que é de Pedro Barbosa intitulado “Movimento Negro de Uberlândia/MG: Mobilização Social e Política” que traz discussões sobre as lutas pelos direitos dos negros, porém aborda as décadas de 1980 e 1990, posteriores ao recorte da nossa pesquisa. Pretendemos compreender como ocorreu o processo de escolarização dos negros que estudaram em escolas urbanas ou rurais de Uberlândia e região com o objetivo de conhecer suas vivências escolares e suas relações identitárias étnico raciais a partir de suas inserções nos espaços escolares. As reflexões sobre a escolarização dos negros nesse município e no Brasil se apóiam em dados estatísticos divulgados pelo IBGE no que tange a diversos indicadores sociais dessas populações no período analisado. A revisão bibliográfica realizada foi apoiada em teóricos como Carmo (2000), Lima (2004), Meihy (2011) e Portelli (2010), entre outros. A adoção da metodologia da pesquisa em história oral demandou da equipe planejamento, elaboração de projeto de pesquisa, submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética e Pesquisa da plataforma Brasil Saúde, elaboração de roteiros de entrevistas, convite aos colaboradores (as) negros (as) que atendessem aos requisitos da pesquisa, a realização das entrevistas que foram feitas tanto na universidade como nas instituições sociais ou nas residências de alguns dos 13 entrevistados, selecionados a partir dos seguintes critérios: colaboradores negros que cursaram apenas o ensino fundamental; aqueles que cursaram superior e aqueles militantes dos diferentes movimentos sociais, especialmente aqueles organizados por negros. Nos depoimentos percebemos que as narrativas históricas evidenciam a luta das famílias e dos estudantes pela escolarização em um país marcado por graves problemas sociais como as desigualdades educacionais entre brancos e negros. Verificamos que a necessidade de trabalhar desde a infância para a sobrevivência marcou a vida da maior parte dos entrevistados, dificultando a escolarização, mas alguns deles conseguiram superar os desafios e se formaram. Também apresentamos reflexões sobre as relações étnicas no ambiente escolar, abordando o preconceito e o racismo, buscando focar no cotidiano escolar do ponto de vista dos alunos negros, especialmente, a história daqueles cuja primeira experiência de escolarização se deu na zona rural, foram relatadas algumas situações dramáticas vivenciadas relacionadas com a discriminação racial. Por fim, analisamos as crônicas da reportagem publicada na *Revista Uberlândia Ilustrada* no ano de 1956 por Jerônimo Arantes. Concluímos que o trabalho infantil precoce, a precariedade no oferecimento de ensino público para as populações urbanas e o racismo foram fatores que dificultaram a escolarização dos negros no período estudado e estão entre as causas das desigualdades educacionais no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE História da Educação, Negros, Etnia, Triângulo Mineiro-MG.

ABSTRACT

This study aims to build an understanding about the historical processes that treat the history of black people education in the city of Uberlândia and region between 1950 and 1970. The reason why we selected this period to research is justify by the scarcity of Works related with the theme, furthermore this is an important period of of brazilian education history due to the increase of enrollment in basic and technical education. During aour investigation we highlight one of the few study's in that especific theme made in our region for Dr. Pedro Barbosa and entitled "Movimento Negro de Uberlândia/MG: Mobilização Social e Política" wich brings discussion about the struggles for the rights of black people, but adresses the 1980s and 1990s, after the cut of our research. We intend to understand how the process of schooling black people from urban and rural schools occurred in Uberlândia e region with the objective of knowing their experiences and their racial ethnic identity relation from their insertions in the school spaces. The refletions about the schooling of blacks peoples in Uberlândia and in Brazil is supported by statistics data divulged by the IBGE in reference of different social indicators of that populations in that analyzed period. The bibliographical review has been supported by such theorists as Carmo (2000), Lima (2004), Meihy (2011) and Portelli (2010), among others. The metodology was based in the oral history and demanded planning, preparation of a project, submission of the research project to the Ethics and Research Committee from the Brazil health platform , preparation of the interview scripts, invitation to black people who would colaborate and feet the research requirements, the conducting of interviews that were done in the university, in the social institutions, or int the residences of some of the 13 interviewees, whom was selected from the following criteria: employees who attended only elementar school; colaborator who has university graduate and those militants of the diferente social movements, specially those organized by blacks. In the testimonies we realized that the historical narratives showed their Family and student struggle to get schooling in a country marked by serious social problems, as the education inequality receveid by black people and White people. We have verify that the need to work in early ages in order to survive marked the life of the moust of the interviewed, making schooling difficult, although some of the students have managed to overcome the challenges and finnished the school. We also presente refletions on ethnic relations in the school environment, approaching prejudice and racism, seeking to focus on school everyday form based on the point of view of black students, especially the history of those whose first experience of schooling occurred in the rural area, some situations were reported experiences related to racial discrimination. Finally, we analyzed the articles published in Revista Uberlândia illustrated in the year 1956 by Jerônimo Arantes. Concluding that child labor, the precariousness on the public education for urban populations and the racism were factores that

difficult the blacks people schooling in the period studied and is one of the causes of educational inequalities in Brazil.

Key Words: History of Education, Black People, Ethnicity, Triângulo Mineiro-MG.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APU – ARQUIVO PÚBLICO DE UBERLÂNDIA

CESEC – CENTRO ESTADUAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE UBERLÂNDIA

CEP – CÔMITE DE ÉTICA EM PESQUISA

FACED – FACULDADE DE EDUCAÇÃO

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E APLICADAS

LDBEN – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

MOBRAL – MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

MONUVA - MOVIMENTO NEGRO DE UBERLÂNDIA VISÃO ABERTA

SENAI – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

TEN – TEATRO EXPERIMENTAL NEGRO

UFU - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Lista de quadros

Quadro 1 – Perfil dos colaboradores	24
Quadro 2 - Brasil: matriculados na educação nos níveis educacionais primário, secundário e superior (1956-60)	46
Quadro 3 - Dados estatísticos sobre a educação entre 1963-1983	52
Quadro 4 - Modalidades predominantes de obtenção de alforria	56
Quadro 5 – Taxa de alfabetização e analfabetismo no Brasil (15 anos ou mais)	64
Quadro 6 – Demografia populacional – declaração de cor (1950-1970)	65
Quadro 7 - População urbana e rural (1950-1970)	66
Quadro 8- Instrução da população de 15 anos e mais (1950-1970)	67
Quadro 9- Número de pessoas de 10 anos e mais com nível escolar completo (1950-1970).....	69
Quadro 10 - Pessoas presentes de 10 anos e mais que possuem curso completo segundo a cor (1950).....	70
Quadro 11- População de Uberlândia em 1940 - 1950 segundo cor e sexo:.....	71
Quadro 12 - Distribuição rural/urbano da população de Uberlândia de 1940 a 1970	72

Lista de figuras

Figura 1- Alunos do Grupo Escolar Jamil Tannús.	96
Figura 2- Capa de livro: Oficina das Letras.....	103

Mapas

Mapa 1: Localização do município de Uberlândia.	60
Mapa 2: Distritos do município de Uberlândia.	73

Lista de fotos

Foto 1- Grupo Escolar de Uberlândia no século XX.....	76
Foto 2- Professores e alunos de escola rural.....	77
Foto 3- Professores e alunos de escola rural 2.....	77

Lista de imagens

IMAGEM 1- Capa da Revista Ilustrada com Roland Salvador eleita Miss Negra em 1956.	115
IMAGEM 2- Grupos de congadeiros em frente da antiga Capela do Rosário em 1924.	117
IMAGEM 3 – Elias Francisco do Nascimento.	118
IMAGEM 4 – Manoel Francisco do Nascimento (1868-1935/67 anos)	118
IMAGEM 5 – José da Ana	119
IMAGEM 6 – Capela Nossa Senhora do Rosário.	121
IMAGEM 7 – Grande Otelo.	122
IMAGEM 8 – Francisco Pinto.....	123
IMAGEM 9 – Dedicadas professoras do quadro Municipal.	124
IMAGEM 10 – Professoras graduadas na Escola Normal de Uberlândia ou que atuaram em Grupo Escolar.	125
IMAGEM 11 – Maria Abadia.	127
IMAGEM 12 – Sr. Anizio Luiz Camilo.	128
IMAGEM 13 – Dona Bárbara simbolizando a “Mãe Preta”	130

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1	30
DA DIÁSPORA AFRICANA À EDUCAÇÃO DOS NEGROS	30
1.1 Da diáspora africana à escravidão brasileira: breves reflexões	31
1.2 A história da educação do negro no Brasil	37
1.3 População negra no Triângulo Mineiro	53
CAPÍTULO 2	61
ESCOLARIZAÇÃO DOS NEGROS NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA: RESISTÊNCIAS	61
2.1 Estatísticas educacionais no Brasil e em Uberlândia	62
2.2 Entre a sobrevivência e a escola: as crianças negras e o trabalho precoce	73
2.3 Caminhos da escolarização dos negros no município de Uberlândia	85
CAPÍTULO 3	94
RELAÇÕES ÉTNICAS EM ESPAÇOS EDUCATIVOS	94
3.1 O Cotidiano escolar do ponto de vista dos alunos negros	95
3.2 Preconceito étnico e escolarização	106
3.3 A representação do negro na Revista Ilustrada Magazine Uberlândia	113
Considerações finais	132
Referências Bibliográficas	135
Fontes orais	144

INTRODUÇÃO

O interesse pela história da educação dos negros surgiu a partir de minha atuação como professor de História em sala de aula durante os debates realizados com os alunos do ensino médio sobre a cultura afro-brasileira. Verificamos que a temática era pouco pesquisada e que havia poucas fontes documentais que abordavam a questão. Queríamos compreender melhor o processo de escolarização dos negros em Uberlândia e região; assim sendo submetemos o projeto de pesquisa sendo aprovado no mestrado do PPGED-UFU onde os estudos e pesquisas se iniciaram.

Inicialmente apresentamos um projeto de pesquisa no início do curso de Mestrado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia em 2017 intitulado: Lei nº 11.645/2008 e o Ensino de História das Culturas Afro-brasileiras e Indígena no Combate às Discriminações, Intolerâncias, Preconceitos e Racismos. No decorrer do curso após várias discussões, reuniões, análises, estudos e pesquisas com a orientação do professor e Dr. Sauloéber Tarsio de Souza chegamos a um modelo de projeto de pesquisa que atendesse as diretrizes gerais da linha de história e historiografia da educação brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia nos aspectos técnicos e científicos que convergissem para o tema do objeto de investigação e análise.

I A delimitação da pesquisa.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender como se deu as experiências escolares de ex-alunos (as) negros (as) que estudaram em instituições escolares (urbanas ou rurais) de educação básica no município de Uberlândia e região ou atuaram em prol do desenvolvimento social e cultural da cidade.

Na reportagem publicada por Jerônimo Arantes (1893-1992) na Revista Magazine Ilustrada em 1956, intitulada “A Raça”, sugere a formação de um grupo de idealistas denominado Legião Negra de Uberlândia:

Esse movimento dos pretos congregando-se em associações é a segura demonstração de que os elementos, ainda ontem escravizados e arredios sob o imperativo dos preconceitos, ajustam-se à impulsão evolutiva dos tempos modernos, que nivelam aspirações de todas as

classes na mesma concepção dos direitos sociais (GUIMARÃES, 1956, p.17).

O artigo foi assinado pelo Dr. Pedro B. Guimarães; o escritor, segundo a citação acima publicada na época pela Revista Uberlândia Ilustrada conclamava que os negros que moravam em Uberlândia se agrupassem e promovessem ações sociais com fins educacionais e culturais na Legião Negra de Uberlândia¹ com o objetivo de constituir associação classista e defender os interesses dos participantes, inclusive do ponto de vista econômico haja vista a importância da força produtiva para o município.

O Jornal a Voz da Raça² foi um periódico oficial publicado pela Frente Negra Brasileira em que alguns integrantes viajavam por vários estados divulgando em vários municípios do interior os ideais do movimento social dos negros incentivando a formação e organização das comunidades na esfera política, educacional e cultural.

O professor Dr. Pedro Barbosa desenvolveu uma pesquisa referente à história do Movimento Negro em Uberlândia referenciando o recorte temporal que vai de 1980 até 1990. Não existem pesquisas no campo da história da educação realizadas especificamente utilizando a História Oral sobre as experiências escolares de negros no

¹ Em setembro de 1931, quando a discriminação e a segregação racial eram práticas normais e aceitáveis no Brasil, um grupo de negros se organizou e criou uma das primeiras organizações de caráter nacional que reivindicava direitos sociais e políticos iguais para todos, independentemente da cor da pele. Era a Frente Negra Brasileira (FNB), que depois se tornou um partido político. Rapidamente, os ideais da Frente se espalharam por vários estados, entre eles Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. A entidade mantinha escolas noturnas, cursos profissionalizantes, uma milícia, com rígida disciplina militar, para proteger os negros de abusos e agressões, salões de baile, jornal oficial, A Voz da Raça, e cerca de 200 mil filiados. Parte dessa história, praticamente desconhecida, está guardada no Arquivo Público Mineiro (APM). São documentos, jornais e correspondências trocadas entre integrantes da FNB e órgãos de repressão que acompanhavam de perto a atuação dos frente-negrinos, como eram chamados os integrantes.. Em novembro de 1937, o então presidente Getúlio Vargas decretou o fim dos partidos, das eleições livres e também da Justiça Eleitoral. A FNB foi dissolvida. Em alguns municípios ela mudou de nome para escapar da repressão, mas acabou perdendo espaço e força. Mesmo assim, continuou tendo seus passos vigiados (MELLO, 2013,p.1).

² O jornal A Voz da Raça proclamava-se porta-voz das ideologias frente negrinas, uma instituição que previa reeducar o negro, incentivando-o a concorrer com o branco em todas as esferas sociais. Por esse periódico, a sociedade tomava conhecimento da insatisfação negra; sua tendência era claramente integralista e monarquista, apoiando veemente o nacionalismo de Getúlio Vargas. Publicado entre os anos de 1933 a 1937, era o periódico oficial da F.N.B. A partir da articulação de uma diversidade de posicionamentos políticos, a F.N.B. e o periódico reconheciam suas finalidades, como a de promover a união política e social da gente negra nacional, para a afirmação dos direitos históricos dessa gente, em virtude de sua atividade material e moral no passado, reivindicando seus direitos sociais e políticos. Posiciona-se contra a ideia de branqueamento da população brasileira, enaltecendo a negritude. Dessa forma, a população negra do Brasil, ia, aos poucos, articulando-se e contrapondo-se de forma mais organizada ao preconceito e às discriminações raciais, servindo, também, como meio de divulgação das ações políticas frente negrinas do estado de São Paulo (POSSO; 2008,p.1).

município de Uberlândia e região entre 1950-1970 o que justifica a necessidade de realizá-la.

Em reportagem publicada pelo Jornal Correio de Uberlândia (2014): “Livro conta a história do movimento negro em Uberlândia”, a jornalista Carolina Monteiro destaca a atuação do professor Dr. Pedro Barbosa na defesa dos direitos sociais da dos negros:

Barbosa afirmou que a articulação da sociedade civil de Uberlândia pelos direitos dos negros vive hoje um processo de refluxo depois de mobilizações intensas em décadas anteriores. Segundo o especialista, nos anos 80 e 90, foram criadas entidades para organizar o movimento social na cidade e para implantar órgãos públicos municipais que articularassem as demandas por políticas públicas. Os avanços desta luta culminaram na criação da Superintendência da Igualdade Racial de Uberlândia em 2013. “Com a criação destes órgãos representativos, o movimento negro perdeu as lideranças que passaram a integrar a máquina pública por meio de cargos comissionados”, diz Barbosa. Segundo o autor de “O Movimento Negro de Uberlândia/MG: mobilização social e política”, o desafio atual da luta pela igualdade racial é atribuir autonomia aos órgãos representativos, em âmbitos municipal, estadual e federal. “As entidades públicas ligadas ao movimento são meramente simbólicas, já que não têm orçamento próprio para promover políticas”, afirma o escritor (MONTEIRO,2014,p.1).

A contribuição do professor Barbosa (2014) na luta para resguardar os direitos sociais dos negros possibilitou a articulação com os órgãos institucionais do poder público na perspectiva de organizar e fomentar políticas afirmativas que tratam da representatividade dos movimentos étnicos raciais, além de fomentar a criação da Superintendência da Igualdade Racial de Uberlândia em 2013.

Apresentamos nessa dissertação algumas discussões sobre um assunto pouco pesquisado nos programas de Pós-Graduação das Faculdades de Educação das universidades brasileiras: a escolarização dos negros. Aqui em específico, um período ainda não estudado no campo da História da Educação, qual seja, o período entre 1950 e 1970, momento de grande expansão das oportunidades escolares no município e no país, movimento fomentado pela rápida urbanização.

II Fundamentação teórica.

A trajetória dessa pesquisa nos forçou a recorrer a fonte oral em função de que o tema educação de negros em Uberlândia, não pode ser abordado pelas fontes impressas

disponíveis. Dessa forma, foram entrevistados treze depoentes que gentilmente nos receberam e concordaram em falar um pouco de suas experiências escolares.

A história oral é um método utilizado pelos historiadores com o objetivo de contribuir para a compreensão dos fatos históricos envolvidos na investigação científica tendo como base os relatos das pessoas que possuem alguma relação direta ou indireta com o tema e o período estudado.

Amplamente discutida nos meios acadêmicos a técnica da história oral é cada vez mais usada e valorizada em estudos e pesquisas que tratam da epistemologia dos estudos históricos. Ela resgata a perspectiva da valorização da experiência social do depoente que tenha vivenciado o fato histórico diretamente, ou seja, uma testemunha ocular de acontecimentos históricos.

Na busca de compreender o contexto de época a partir do ponto de vista de quem viveu a experiência social, a contribuição do depoente é salutar, importantíssima haja vista que nem sempre encontraremos vestígios documentais que possam possibilitar a compreensão do fenômeno estudado. A história oral pode ser o ponto de partida para responder muitas questões que até então estavam sem respostas, estavam incompletas ou imprecisas.

Meihy et al (2011) ratifica as argumentações escritas no parágrafo anterior: “a história oral ganha sentido quando deixa de ser documento equiparável aos preexistentes, escritos. Por ser fundamento de “outra visão” é que a história oral merece destaque.”

Um dos métodos da pesquisa em história oral consiste em selecionar os (as) colaboradores (as) que participarão da pesquisa a partir da elaboração do projeto contendo uma série de diretrizes como, por exemplo, a temática ou objeto de investigação científica, o período estudado, os objetivos gerais e específicos, as referências bibliográficas, os questionários com perguntas aos depoentes, a transcrição, análise das entrevistas e a produção do discurso histórico que permeia a construção das memórias coletivas.

Salientamos que o uso da história oral não se limita apenas à alçada dos historiadores, ela tem aplicabilidade em diversos campos do conhecimento científico. A técnica de investigação histórica baseada em relatos de depoentes através de entrevistas que originam as narrativas históricas são muito utilizadas no campo jurídico (em reconstituições de fatos históricos em investigações policiais), em pesquisas envolvendo as mais diversas áreas como as ciências humanas, biológicas e exatas.

A coleta de informações com base na técnica da história oral que consiste em realizar entrevista com pessoas que desejam colaborar com estudos e pesquisas a respeito de uma determinada temática é importante para pensar, refletir e analisar o fenômeno histórico e suas complexidades.

A utilização da história oral é relevante para pesquisa histórica como destaca Ichikawa (2003):

A história oral é uma história do tempo presente, pois implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é razão de ser da história oral. Nesta medida, a história oral não só oferece uma mudança para o conceito de História, mas, mais do que isto, ela garante sentido social à vida de depoentes e leitores que passam a entender a seqüência histórica e a sentirem-se parte do contexto em que vivem. Ela é uma alternativa à história oficial, consagrada por expressar interpretações feitas, quase sempre, com o auxílio exclusivo da documentação escrita e oficial. Ela se apresenta como forma de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida mantendo um compromisso com o contexto social. A base da história oral é o depoimento gravado; portanto, os três elementos que constituem a condição mínima da história oral são: o entrevistador (que pode ser mais de um), o entrevistado (que podem ser vários), e a aparelhagem de gravação (que pode ser apenas de som, como também de imagem, com filmagens, envolvendo outros participantes, além do entrevistador, e com outras implicações). A história oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e continua com a definição de pessoas a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição, com a conferência do depoimento, com a autorização para o uso, arquivamento e com a publicação dos resultados os quais, regra geral, devem, *a priori*, voltar aos entrevistados para revisão (ICHIKAWA, 2003, p.2).

Os estudos e pesquisas em história oral e a elaboração de discursos sociais são fundamentais para a criação de novas memórias com base na elaboração das narrativas históricas na perspectiva de valorizar as pessoas e suas histórias de vida.

As informações que são narradas pelos entrevistados a partir das lembranças das vivências sociais após a transcrição tornam-se fontes históricas que poderão contribuir para a tessitura do discurso histórico socialmente constituído que está inserida no campo das disputas políticas, científicas e culturais da sociedade de classes, isto é um fator relevante que deve ser considerado haja vista que normalmente é valorizada a história das personalidades, do Estado, das nações, dos líderes, etc. ao passo que a história dos mais humildes, dos trabalhadores urbanos e rurais, das mulheres, das minorias, dos

homossexuais, dos presidiários, dos loucos, dos populares, dos oprimidos pela sociedade de classe, das pessoas anônimas e dos negros que movimentam a história da humanidade raramente figura no rol das discussões historiográficas.

A história oral acessa a memória coletiva ou individual buscando suas visões do passado. Sobre a memória Pollak (1992) salientou:

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta. O trabalho do historiador faz-se sempre a partir de alguma fonte. É evidente que a construção que fazemos do passado, inclusive a construção mais positivista, é sempre tributária da intermediação do documento. Na medida em que essa intermediação é inescapável, todo o trabalho do historiador já se apóia numa primeira reconstrução. Penso que não podemos mais permanecer, do ponto de vista epistemológico, presos a uma ingenuidade positivista primária. Não acredito que hoje em dia haja muita gente que defenda essa posição (POLLAK,1992, p.8).

Abordaremos alguns aspectos que tratam da subjetividade que envolve a memória biológica³, a consciência e a identidade humanas.

³Existem vários tipos diferentes de memória, que podem ser classificadas pela forma como são adquiridas: memória explícita e implícita ou, pelo tempo que são armazenadas, memória de trabalho, memória de curta e de longa duração. As memórias explícitas ou declarativas são aquelas que armazenam fatos e sua aquisição está associada à plena intervenção da consciência. A partir delas, podemos relatar situações cotidianas, como as conversas do dia anterior, ou precisar acontecimentos históricos (LOMBROSO, 2004). As memórias implícitas ou não declarativas são as que adquirimos de forma inconsciente, como tarefas ou habilidades. Dirigir, andar de bicicleta e ler são exemplos desse tipo de memória. As memórias de procedimentos são as que armazenam capacidades ou habilidades motoras e sensoriais, que chamamos de hábitos. Elas são, por exemplo, andar de bicicleta, dirigir um carro, nadar, pois é difícil declarar que as temos. Para demonstrar que as temos, precisamos executá-las. Elas são adquiridas de forma implícita, sendo difícil descrever com exatidão o passo a passo para adquirir a habilidade (IZQUIERDO,2011). As memórias de curta duração são aquelas que permanecem em nosso cérebro por curto espaço de tempo, cerca de um minuto, e podem dar lugar a memórias de média duração ou serem esquecidas. Segundo Atkinson e Shiffrin (1968), a informação deve acontecer primeiramente na memória de trabalho e posteriormente ser passada para a memória de curta duração, sendo então, esquecida ou passada para o armazenamento na memória de longa duração. Contudo, para passar a informação da memória de curto prazo para a memória de longo prazo, depende de alguns fatores, como a importância dessa informação para a pessoa, a repetição da informação e a sua codificação adequada na memória de longo prazo. Estratégias de recuperação ou pistas auxiliariam no processo de recuperação dessa memória (IZQUIERDO,2011). As memórias de longo prazo são aquelas armazenadas por horas, anos ou mesmo, por toda a vida. A sua formação necessita de modificações funcionais e estruturais dos neurônios. O desuso ou a aquisição de novas habilidades pode levar ao esquecimento das memórias de longo prazo (BADDELEY, ANDERSON, EYSENCK,2011). Se por um lado a memória de curto prazo é extremamente limitada, a de longo prazo, embora também limitada, tem maior capacidade de armazenamento. O aprendizado leva à formação de novas sinapses (forma como os neurônios se conectam, enviando e recebendo informações por meio de sinais elétricos em sua rede neural) e ao fortalecimento das antigas (LOMBROSO, 2004). (SOUSA,2015, p.142).

A neurociência tem contribuído significativamente para o avanço da compreensão de como o cérebro processa informações que compõem a memória. Informações simples como lembrar o nosso nome, o endereço onde moramos, as pessoas que fazem parte da convivência social, etc. caso fossem esquecidas poderiam provocar consideráveis transtornos.

As estruturas que compõem o subjetivismo do ser são complexas e envolvem inúmeras operações cerebrais articuladas com os órgãos dos sentidos.

É no cérebro que a memória se constitui a partir da conexão dos neurônios com as estruturas biológicas envolvidas no sistema nervoso. As vivências sociais são registradas, armazenadas e lembradas seja na dimensão do consciente ou do inconsciente por toda a existência do indivíduo.

A consciência é a significação do eu individual, isto é, a auto impressão que o ser tem de si mesmo na formação da identidade que é justamente a noção da existência histórica e social. A consciência atua na dimensão psicológica mais especificamente no campo da atividade pensante, faculdade nata da espécie humana. A parte complementar da estrutura mental composta pela consciência é o inconsciente.

No campo da subjetividade do ser, o humano não é somente constituído pelo corpo biológico, é composto pelo corpo social que envolve o psicológico, as representações, a cultura, o imagético e a abstração. Os corpos biológicos e sociais compõem a estrutura do ser.

É na dimensão psicológica que a estrutura dos sentimentos se manifesta segundo as experiências sociais dos indivíduos. As lembranças que envolvem as sensações e emoções da vida armazenadas ao longo do tempo na memória biológica são pensadas, significadas e resignificadas conforme a necessidade do indivíduo constantemente.

É no inconsciente que o pensamento extravasa os sentimentos mais profundos vinculados com a subjetividade, da imaginação, dos sonhos, das manifestações reprimidas, dos instintos, dos desejos que podem aflorar nas reflexões mentais que significam e resignificam as lembranças e as impressões simbólicas do ser histórico social. O inconsciente é também a dimensão mental do imprevisível.

O ambiente social é o campo de atuação, de interação e de significação do ser histórico social. A realidade é composta pelo mundo social e o natural. O mundo social é o universo em que ocorrem as relações entre as pessoas, entre elas e as instituições que formam as sociedades ou os corpos sociais. O mundo natural envolve o aspecto

geográfico da presença do ser na realidade, na história, na vivência, no campo da existência.

O ser histórico social presente do mundo natural está inevitavelmente à mercê das forças sociais que atuam desde o nascimento. As forças sociais emanam do corpo social composto por pessoas e instituições que organizam a sociedade segundo a política, a ciência, a cultura, a educação, a economia, a religião, etc.

A interação inevitável do ser e toda sua estrutura psicológica com a realidade se dão através dos órgãos sensoriais como a visão, a audição, o tato, o paladar e o olfato em nível biológico, mas ao nível psicológico como já vimos, ela acontecesse também no campo do intangível, da abstração, do pensamento, do sentimento segundo os padrões sociais normalmente aceitos que estão presentes na estrutura social de acordo com os padrões éticos, estéticos, linguísticos de uma dada sociedade. Normalmente as forças de campo que atuam nas dimensões culturais, educacionais, econômicas, religiosas influenciam os corpos biológicos e psicológicos dos indivíduos.

Meihy et al (2011) salientou:

Aceitando que todo processo histórico é sempre inacabado, a continuidade que move grupos junta pessoas de interesses comuns e lhe garante personalidade social. É básico que reconheçamos os elementos fundamentais que nos unem e dão sentido às experiências vividas coletivamente. Os testemunhos, opiniões, visões de mundo, portanto, são vitais para a compreensão do relacionamento entre o passado e o presente em constante processo de mudanças. É por meio da expressão dos critérios de pertencimento que nos constituímos como cidadãos (MEIHY,2011,p.46).

A partir da categorização das estruturas do ser histórico-social apresentadas neste tópico de forma bem didática estabelecendo paralelos entre as relações do corpo biológico com o corpo psicológico e de ambos com o ambiente social foi possível adquirir melhor compreensão ou entendimento em relação aos processos psicológicos e biológicos relacionados com a constituição e manifestação da memória e dela com as estruturas do pensamento, da consciência que atuam na constituição da identidade étnica, histórica e social do indivíduo.

Portelli (2010) afirmou:

Na história oral, a história é representada pela experiência pessoal de indivíduos específicos, enquanto a biografia é sustentada pela ênfase na participação individual em eventos históricos. Os narradores articulam memória, avaliação e relatos em diálogos com

entrevistadores que estão tentando reconstruir uma estrutura mais ampla. Assim, convidam-lhes a focalizar o encontro entre a história e suas vidas, entre mundos privados e eventos de interesse geral. A história oral também é uma oportunidade para narradores relativamente obscuros serem canonizados no discurso público realizado por pessoas que raramente têm a oportunidade de falar publicamente (PORTELLI,2010, p.186).

Nós realizamos todos os apontamentos referentes à pesquisa em história oral destacando que as fontes orais transcritas são impressões sociais que estão associadas ao subjetivismo do ser histórico social⁴. Toda a objetividade cientificamente repousa no subjetivismo haja vista que todas as produções culturais perpassam necessariamente pelo crivo da existência humana.

Algumas fontes históricas documentais utilizadas nas pesquisas foram obtidas no APU (Arquivo Público de Uberlândia) sendo fotografias de instituições escolares, professores e estudantes negros que viveram ou vivem em Uberlândia e região.

Outra fonte utilizada para a pesquisa foi a Revista Uberlândia Ilustrada publicada em 1956 contendo matéria dedicada exclusivamente à história dos negros na cidade dirigida na época pelo então inspetor e professor Jerônimo Arantes cuja coleção encontra-se disponível para pesquisas.

Além das pesquisas no APU, foram realizadas diversas entrevistas com negros que foram alunos em escolas urbanas ou rurais do município e região ou que tiveram envolvidos em movimentos sociais na perspectiva de promover a cultura afrodescendente, lutar contra o racismo e a exclusão educacional.

O projeto de pesquisa em História Oral que regulamenta as normas institucionais no que diz respeito à realização dos depoimentos foi aprovado pelo CEP, Comitê de Ética em Pesquisa.⁵

Acreditamos que essa pesquisa seja relevante já que almeja compreender os processos históricos constituídos ao longo da história da educação brasileira que

⁴ As narrativas históricas são impressões embasadas nas lembranças e seus significados no tempo presente.

⁵ O sistema CEP-CONEP foi instituído em 1996 para proceder a análise ética de projetos de pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil. Este processo é baseado em uma série de resoluções e normativas deliberados pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), órgão vinculado ao Ministério da Saúde. O atual sistema possui como fundamentos o controle social, exercido pela ligação com o CNS, capilaridade, na qual mais de 98% das análises e decisões ocorrem a nível local pelo trabalho dos comitês de ética em pesquisa (CEP) e o foco na segurança, proteção e garantia dos direitos dos participantes de pesquisa. A maioria dos processos relacionados à análise ética ocorre em ambiente eletrônico por meio da ferramenta eletrônica chamada Plataforma Brasil. (BRASIL,2018,p.1).

resultou na realidade social vigente levando-se em consideração a trajetória dos negros no que tange as experiências escolares.

III Os sujeitos da pesquisa

Munanga (2008) enfatizou a importância da produção de memórias que valorizem a cultura dos negros:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social da identidade nacional (MUNANGA,2008, p.12).

Como já dissemos, a pesquisa tem como objetivo compreender como se deram as experiências escolares dos negros que estudaram em instituições escolares (urbanas ou rurais) de educação no município de Uberlândia e região ou que atuaram em prol do desenvolvimento social e cultural do município no período de 1950 a 1970.

Os entrevistados que participaram da pesquisa foram escolhidos com base nos seguintes critérios: ex-alunos que cursaram alguma série ou etapa do ensino básico ou superior, representantes de movimentos negros, congada, umbanda, trabalhadores rurais, migrantes ou personalidades que se formaram em Uberlândia ou escolas rurais da região e que tiveram atuação no campo político.

Para contemplar o projeto de pesquisa entrevistamos pessoas que se autodeclararam negras. Nas discussões realizadas no grupo de estudos do Programa de Pós-Graduação em Mestrado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia da linha de pesquisa História e Historiografia sobre os quesitos para a escolha dos entrevistados que participaram da pesquisa chegamos ao entendimento de que abriríamos a participação das pessoas com base na pluralidade de pensamentos como forma de contemplar democraticamente a diversidade social.

Algumas questões que nortearam nossas reflexões sobre suas trajetórias escolares foram: O que os (as) colaboradores (as) têm a dizer sobre suas vivências educacionais? Como foi o processo de escolarização? Quais foram às dificuldades

enfrentadas por eles ao longo da vivência? Quais os caminhos apontados por eles para melhorar a inclusão educacional? São questões que trataremos nesta dissertação.

Foram atribuídos pseudônimos aos (as) colaboradores (as) que concederam as entrevistas, a saber:

Quadro 1 - Perfil dos Colaboradores

	Nome (fictício)	Ano de Nascimento	Local de Nascimento.	Profissão	Escolaridade	Local de Estudo
1	Cássia Augusta	1953 (65 anos)	Rio de Janeiro	Dançarina	Ensino Médio	Rio de Janeiro.
2	Dandara de Maria	1944 (74 anos)	Fazenda São Vicente Distrito de Miraporanga Uberlândia (MG)	Aposentada	Ensino Fundamental	Jamil Tannus, Felipe dos Santos e Novo Horizonte.
3	Débora Guerreira	1959 (59 anos)	Uberlândia (MG)	Aposentada	Superior completo. (Pedagoga)	Escola Brasil Central
4	Elias Redentor	1971 (48 anos)	Uberlândia (MG)	Professor	Superior Completo.	Jamil Tannus, Felipe dos Santos
5	Emanuel dos Anjos	1947 (72 anos)	Ibiá (MG)	Aposentado	Não escolarizado	Não informado.
6	Eunice Vitória	1951 (68 anos)	Ituiutaba (MG)	Professora	Superior Completo. Letras.	Escola Estadual de Uberlândia Museu
7	Estevão Firmino	1943 (76 anos)	Araxá (MG)	Aposentado	Ensino Fundamental	Estudou em escola de área rural.
8	Hosana Batista	1954	Uberlândia	Aposentada	Ensino	Brasil

		(65 anos)	(MG)		Médio	Central
9	Jeremias Brasileiro da Silva	1959 (59 anos)	Rio Paranaíba (MG)	Professor	Doutorado	Grupo Escolar do município Rio Paranaíba
10	Joana da Bondade	1957 (62 anos)	Uberlândia (MG)	Aposentada	Ensino Fundamental	Bueno Brandão
11	Madalena das Graças	1941 (78 anos)	Uberlândia (MG)	Aposentada	Ensino Fundamental	Centro de Educação Continuada de Uberlândia (MG).
12	Marta de Nazaré	1972 (47 anos)	Uberlândia (MG)	Professora	Superior Completo.	Jamil Tannus, Felipe dos Santos
13	Pedro dos Santos	1934 (85 anos)	Uberlândia (MG)	Aposentado	Ensino Fundamental	Jamil Tannús

Salientamos que todos os entrevistados atendem os quesitos definidos no projeto de pesquisa com base na metodologia de história oral.⁶

Durante a trajetória da pesquisa deparamo-nos com a dificuldade para encontrar as pessoas que atendessem aos requisitos que pudessem conceder entrevistas. Após algumas indicações realizamos o levantamento dos nomes dos candidatos e entramos em contato telefônico para agendarmos a visita e efetivar a entrevista. Esse processo também foi desafiador já que em alguns casos houve demora, entretanto salientamos que tais questões não prejudicaram o trabalho.

Transcrever para o texto as narrativas orais históricas de todos os candidatos foi outro desafio que exigiu muita dedicação e esforço para realizá-la. Conforme as entrevistas foram gravadas me debruçava por finais de semana e madrugadas

⁶ Informamos que foram utilizados pseudônimos para identificar os entrevistados com exceção de Jeremias Brasileiro da Silva que solicitou e condicionou a publicação da entrevista por ele concedida desde que fosse mencionado o nome natural.

ininterruptas para terminar a tarefa movido pela responsabilidade exigida na pesquisa e pela seriedade em lidar com um tema importante para a sociedade e a comunidade científica.

As análises das fontes demandou profundas reflexões permitindo que trouxéssemos discussões no campo da história da educação na perspectiva de compreender alguns processos de escolarização dos negros no período estudado e também possibilitou a abertura de uma memória histórica e cultural.

Todo o processo de pesquisa demandou muitos esforços, comprometimento e responsabilidade social.

A primeira entrevistada, Cássia Augusta foi representante do Movimento Negro em Uberlândia e, embora tenha sido escolarizada no Rio de Janeiro atuou na defesa dos direitos sociais dos negros do município uberlandense. A segunda entrevistada foi Dandara de Maria, atualmente aposentada, foi ex-trabalhadora rural e ex-aluna que estudou em escola rural no período pesquisado. A terceira entrevistada é Débora Guerreira, pedagoga, estudou em colégio particular no terceiro ano em escola central de Uberlândia junto com as duas irmãs: Hosana Batista e Joana da Bondade. Hosana Batista é umbandista e falou na entrevista da intolerância religiosa. A umbanda é formada pelo sincretismo religioso entre as culturas africanas, indígenas e católicas. Elas contaram em suas narrativas orais sobre suas vivências escolares durante o processo de escolarização e aspectos da cultura religiosa na perspectiva de destacar a importância das leis federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 referente ao ensino de História das culturas afrodescendentes. O quarto entrevistado é Elias Redentor, ele é filho de Maria Dandara e irmão de Marta de Nazaré. Como ambos estiveram relacionados com o processo de escolarização de Maria Dandara optamos por incorporá-los ao grupo de entrevistados. De acordo com as narrativas de Maria Dandara ela e sua família enfrentaram muitos desafios para estudar na fazenda que moraram. O quinto entrevistado Emanuel dos Anjos atualmente é aposentado e foi trabalhador rural, migrante e que contempla o quesito para participar da pesquisa. O senhor Emanuel dos Anjos é esposo da Maria das Graças que também concedeu a entrevista. Ela narrou às vivências escolares e os desafios enfrentados para manter no trabalho. O senhor Emanuel narrou que buscou a alfabetização, mas a necessidade de trabalhar provocou sua evasão da escola (ao que tudo indica a experiência de escolarização foi breve). A sexta entrevistada é Eunice Vitória, professora aposentada, migrante e que iniciou os estudos primários em Ituiutaba tendo concluído em Uberlândia. Ela atuou na política

uberlandense na defesa dos direitos sociais da população dos negros. O sétimo entrevistado Estevão Firmino atualmente é aposentado, morou e estudou em área rural, migrante também relatou suas vivências escolares de escolarização marcada por muitos desafios. Por fim, o último entrevistado é Pedro dos Santos que também narrou suas experiências escolares na fazenda que morou. Aposentado e ex-aluno de escola rural ele relatou as dificuldades por ele enfrentadas para alfabetizar-se.

Destacamos a idoneidade, confiabilidade e a seriedade das pessoas que contribuíram com seus depoimentos para a realização desta pesquisa. O trabalho está fundamentado no reconhecimento, importância e valorização da cultura afro, mais especificamente na área da educação por permitir analisar, refletir e discutir a partir das experiências sociais dos entrevistados as dificuldades e desafios que eles vivenciaram nos processos de escolarização para que possamos como sociedade criar mais oportunidades para que a inclusão educacional em todas as etapas da educação, seja ela infantil, básica, superior ou na pós-graduação efetivamente ocorram.

Com o objetivo de verificar a hipótese apresentada utilizamos para análises as seguintes fontes: referências bibliográficas de pesquisadores especialistas que trataram de vários assuntos relacionados com o objeto da pesquisa, dados estatísticos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) do período estudado, legislação constitucional referente à história da educação brasileira, depoimentos dos (as) colaboradores (as) referentes às vivências escolares coletados através da história oral, fotografias de estudantes e professores de época que fazem parte do acervo de Jerônimo Arantes localizado no Arquivo Público de Uberlândia.

IV Organização da dissertação

Passemos agora para a organização da dissertação. São três capítulos com os principais eixos temáticos: Da Diáspora Africana à Educação dos Negros; Escolarização dos Negros no município de Uberlândia: resistências e Relações Étnicas em Espaços Educativos.

No primeiro capítulo intitulado: da diáspora africana à educação dos negros, abordaremos alguns aspectos referentes ao sistema escravista e movimentos de resistência dos negros ao longo da história do Brasil; trataremos também em apresentar alguns aspectos relacionados com a escolarização dos negros que viviam sob o regime imperial no que diz respeito às dificuldades de alfabetização, destacando a Reforma

Leôncio de Carvalho em 1879, além de promovermos algumas discussões sobre a legislação e as mudanças sociais no campo da educação no regime republicano. Na segunda parte do capítulo introdutório adentraremos em termos específicos em relação ao nosso objeto de investigação a respeito da história da educação dos negros no Brasil. Na terceira parte do referido capítulo apresentaremos algumas reflexões sobre aspectos relacionados com a ocupação e formação de quilombos na região com destaque para as lutas dos negros por liberdade.

No segundo capítulo que trata da escolarização dos negros no município de Uberlândia: resistências, apresentaremos análises de dados estatísticos da população do país entre os anos de 1950 a 1970 e também as entrevistas realizadas com os (as) colaboradores (as) negros sobre suas experiências escolares. Verificamos que segundo dados apresentados do IBGE, entre 1950 e 1970 a taxa de alfabetização passou de 49,4% (1950) para 60,3% (1960) e para 66,2% (1970) ao passo que a taxa de analfabetismo reduziu de 50,6% (1950) para 39,7% (1960) para 33,8% em 1970. Em Uberlândia, segundo Villas Boas (2015,p.44) mais da metade da população de Uberlândia na década de 1960 era analfabeta. Ainda de acordo com o IBGE em 1950 a população de cor no Brasil era de 10,94% e em 1960 passou para 8,71% evidenciando redução no número de declarantes. Em 1950 enquanto 2,7% de brancos concluíram Ensino Superior o número de negros foi de 0,18% o que significa que o número de brancos portadores de diploma na época era quatorze vezes ou 1400% maior do que número negros graduados, revelando a falta de oportunidades, desigualdades educacionais e ineficiência das políticas afirmativas de promoção da igualdade racial na perspectiva de possibilitar aos negros acesso, permanência e conclusão de cursos no Ensino Superior. Na segunda parte do capítulo entre a sobrevivência e a escola: o negro e o trabalho precoce apresentamos as narrativas dos entrevistados, fotografias de estudantes negros de época em escolas urbanas e rurais, dados sobre a educação municipal e mapas de Uberlândia com seus distritos. Destacamos que em 1950, segundo dados divulgados pelo censo do IBGE, 64% da população do município era urbana e que em decorrência das migrações populacionais e do êxodo rural o processo de urbanização intensificou-se. Segundo Lima (2011,p.10) as autoridades políticas desejavam incentivar a permanência do homem no campo especialmente nas comunidades com grande número de crianças em idade escolar. As necessidades, precariedades e dificuldades de escolarização se somaram as difíceis condições de vida das populações mais pobres. Muitas crianças tinham que trabalhar para sobreviver e

quando havia oportunidade de estudo tinham que se desdobrar e sacrificar enfrentando o cansaço da rotina pesada do trabalho em busca de uma vida melhor.

No capítulo três abordamos as relações étnicas em espaços educativos, apresentaremos na primeira parte o cotidiano escolar na visão dos alunos negros. São várias entrevistas publicadas cujas narrativas revelam aspectos da escolarização que abordam o assunto na perspectiva de compreender o contexto histórico em que essas experiências sociais ocorreram. Na segunda parte do capítulo adentramos nas temáticas relacionadas com preconceito e escolarização e fizemos algumas reflexões com base nos depoimentos relatados pelos colaboradores. Na terceira parte do capítulo apresentaremos algumas análises das crônicas sobre reportagem publicada por Jerônimo Arantes na Revista Uberlândia Ilustrada em 1956 destacando a fotografia da vencedora do concurso Miss Negra Roland Salvador. A matéria foi patrocinada pelo Clube José do Patrocínio, instituição composta por intelectuais negros. Ressaltamos a importância das análises históricas dessa fonte por estar vinculada com a história da educação dos negros em Uberlândia por apresentar vastas evidências das manifestações culturais, políticas, religiosas de diversos movimentos sociais das comunidades dos negros que atuaram no município em 1956 que está dentro do recorte temporal da pesquisa.

Por fim, realizamos algumas discussões sobre a criação do discurso histórico relacionado com a produção de memórias coletivas, abordamos aspectos teóricos sobre a aplicabilidade da história oral em estudos e pesquisas históricas e apresentamos algumas discussões relacionadas com o tema resistência étnica na escola e racismo.

CAPÍTULO 1

DA DIÁSPORA AFRICANA À EDUCAÇÃO DOS NEGROS

Projetando-os no seio da plebe sem livrá-los dos efeitos diretos ou indiretos dessa classificação. Em plena fase de consolidação da ordem social competitiva e de regime de classes, a população de cor subsiste numa posição ambígua, representada confusamente, como se constituísse um estamento equivalente ocupado pelos libertos na velha estrutura social. [...] O regime extinto não desapareceu por completo após a abolição. Persistiu na mentalidade, no comportamento e até na organização das relações sociais dos homens, mesmo daqueles que deviam estar interessados numa subversão total do antigo regime (FERNANDES, 1965, p.196 *apud* BONILHA, 2012, p.16).

Apresentamos no primeiro tópico deste capítulo algumas discussões sobre a representação social de alguns pensadores sobre os povos africanos, abordaremos algumas reflexões sobre a diáspora forçada dos negros durante a escravidão e as lutas históricas pela justiça e liberdade; mencionaremos movimentos de resistência dos negros contra as opressões sociais dos senhores no Brasil durante a vigência do regime escravista. Tratamos das contradições sociais presentes na sociedade colonial como o caso de ex-escravos que tornaram senhores de escravos e a insegurança jurídica deixada pela Lei Áurea em 1888 que não garantiu os direitos sociais dos negros. Na segunda parte abordaremos a história da educação dos negros desde o início da colonização do Brasil quando os primeiros jesuítas da Companhia de Jesus na América Portuguesa impuseram aos nativos e negros a catequização; trataremos também alguns aspectos da sociedade escravagista no que diz respeito à luta pela alfabetização dos escravos, as tentativas dos libertos pela educação na perspectiva de acenderem socialmente, a Reforma Pombalina e suas consequências para o sistema educacional, a Lei do Ventre Livre de 1871, a Reforma Leôncio de Carvalho em 1879. Trataremos também das mudanças sociais com a proclamação da República e a educação, a organização da Frente Negra Brasileira em 1937 de cunho político que almejava efetivar a luta histórica na perspectiva de resguardar os direitos sociais dos negros além de combater inclusive no campo jurídico o racismo, preconceito e injustiças sociais. Abordaremos as principais diretrizes legislativas sobre educação na Era Vargas, a Reforma Capanema, a Convenção Nacional do Negro realizada em 1945 em São Paulo, o Teatro Experimental Negro, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961 até o Golpe civil-militar de 1964. Na terceira parte apresentaremos alguns aspectos

relacionados com a ocupação dos negros na região do Triângulo Mineiro, a formação dos quilombos e as guerras com os bandeirantes que culminaram em genocídios no período da colonização. Apresentaremos breves discussões sobre a exploração da mão de obra escrava no período imperial na São Pedro de Uberabinha e as lutas pela alforria no município e região.

1.1 Da diáspora africana à escravidão brasileira: breves reflexões

No artigo intitulado: “A Exclusão Intelectual do Pensamento Negro”, Rocha (2014) discute, com base na filosofia, narrativas históricas que suprimem dos textos didáticos o protagonismo dos africanos e dos negros nas lutas contra a opressão, a escravização e demais injustiças sociais.

Rocha (2014) cita Hegel, entre outros expoentes da filosofia e suas concepções sobre os negros para demonstrar tais narrativas de exclusão, vejamos:

O caráter tipicamente africano é, por isso, de difícil compreensão, pois para apreendê-lo temos que renunciar ao princípio que acompanha todas as nossas idéias, ou seja, a categoria da universalidade. A principal característica dos [as] negros [negras] é que sua consciência ainda não atingiu a intuição de qualquer objetividade fixa, como Deus, como leis, pelas quais o homem se encontraria com a vontade, e onde ele teria uma idéia geral de sua essência. Em sua unidade indiscriminada e compacta, o africano ainda não chegou a essa distinção de si como indivíduo e de sua generalidade essencial. Por isso, carece também do conhecimento de uma essência absoluta, que seria um outro, superior a ele mesmo. O negro representa, como já foi dito, o homem natural, selvagem e indomável. Devemos nos livrar de toda reverência, de toda moralidade e de tudo o que chamamos sentimento, para realmente compreendê-los. Neles, nada evoca a idéia do caráter humano (HEGEL *apud* ROCHA, 2014, p.108).

Ao constituir tal juízo de valor o pensador alemão elaborou seu discurso pautado na visão eurocêntrica na perspectiva de não reconhecer a história e a cultura dos povos africanos:

Essa visão imperialista inscreveu em nossa subjetividade: histórias, imagens, maneiras assimétricas de nos relacionar com o continente africano, que só são possíveis de ser (des) construídas, e visualizadas de outra forma, com a descolonização do nosso próprio pensamento (ROCHA,2014, p.110).

Tal representação social do negro foi constituída ao longo de séculos devido à diáspora africana⁷. Segundo Ogot (2010), tal movimento se constituiu em um dos fenômenos históricos mais injustos da história da humanidade, entretanto, por toda parte em que chegaram para o trabalho escravo, houve resistência e luta por liberdade por parte dos africanos e seus descendentes:

Estas lutas, com o passar do tempo, despertaram as consciências a preocupação generalizada da redenção da África e da libertação dos negros do mundo inteiro. [...] Apesar da dominação colonial, tal processo seguiu seu curso, tratando-se provavelmente da mais importante consequência histórica da diáspora africana (OGOT,2010 p.1064).

Salienta ainda que os povos africanos não foram os únicos escravizados ao longo da história, mas que foi construída uma assimilação entre os termos escravo e africano:

Antes de mais nada, que lugar deve ocupar o tráfico de escravos na história da África? Em outras palavras, que interesse o tráfico de escravos representa para nós, historiadores da África? Todas as raças foram escravas outrora: o próprio termo vem da palavra eslavos, que designa os europeus do Leste. Mas todos os outros grupos populacionais encontraram um meio de eliminar esta noção de sua consciência histórica. Os judeus, por exemplo, foram outrora escravos, mas no presente eles interpretam a escravidão como uma condição especial e única que lhes tinha sido atribuída por Deus. Os africanos sobrestimam tanto a importância da escravidão em sua história que há uma assimilação ou quase entre os termos escravo e africano (OGOT, 2010, p.1081).

Outra fonte do processo de inferiorização dos povos africanos são os meios de comunicação que frequentemente veiculam notícias sobre a África mostrando imagens associadas à miséria, a guerras e a epidemias sem mostrar as singularidades históricas na perspectiva de reconhecer a importância e protagonismo dos povos africanos para o desenvolvimento e consolidação da história da humanidade. Um dos resultados da ação das mídias sobre o continente africano foi a construção da representação social pautada na concepção de que a África é uma e que todos os povos africanos possuem os mesmos

⁷Embora não se possa dizer que as pessoas de pele escura da África, os chamados negros, tenham sido dispersados por todos os reinos da terra, elas certamente migraram para um grande número destes. E as forças que as levaram para o exterior, a escravidão e o imperialismo, foram semelhantes àquelas que espalharam judeus. Portanto, é fácil entender por que a expressão “diáspora africana” tem obtido aceitação como uma descrição do grande movimento que, de acordo com uma estimativa de 1946, foi o responsável por criar mais de 41 milhões de descendentes de africanos no hemisfério ocidental (EDWARDS,2017,p.51).

traços culturais é equivocada dada a grande diversidade de comunidades humanas completamente diferentes a começar pela língua.

Além das diferenças linguísticas também podemos ressaltar a questão da diversidade religiosa, Gonçalves (2007) faz uma análise sobre a educação religiosa dos negros e o papel da Igreja Católica quanto ao posicionamento em relação à escravidão dos africanos no período colonial no Brasil:

Grandes mestres da Sociologia já mostraram o quanto o cristianismo foi crucial na construção do mundo moderno. Com ele se difunde e se expande a noção de sujeito que liberta os indivíduos das amarras do sistema. Foi por meio da noção de sujeito que os indivíduos passaram a lutar contra todo tipo de dominação. Por mais que essas ideias sejam atraentes, não concordo plenamente com elas. Nas conquistas iniciadas no século XVI, as religiões dos colonizadores eram cristãs. Entretanto, o cristianismo dos colonizadores portugueses não emancipou os negros escravos nem os livres. Ele não foi uma religião da liberdade. Ao contrário, ele “legitimou prática e teoricamente o sistema colonial”, aplicando castigos “aceitos na época como princípio moral da formação do trabalhador” e ameaçando os escravos fujões com a excomunhão. Quando se fala em catequese dos negros, não há qualquer indício de que a educação dos cativos estivesse nos planos da Igreja Católica. Todas as vezes que evocamos o descaso da Igreja para com a educação dos negros no Brasil no período colonial, há sempre uma boa alma que nos lembra do magnífico trabalho dos artistas mestiços do barroco mineiro que bebiam, certamente, nos cálices divinamente dourados de Ouro Preto ou de São João Del Rey. Mas não são os acidentes históricos que nos interessam no momento e sim as regularidades da vida cotidiana (GONÇALVES,2007, p.329).

De acordo com Santos (2012) havia restrição total da cidadania aos africanos e seus descendentes durante a vigência da sociedade escravocrata:

No período da escravidão uma série de atos oficiais legitimava as restrições que subtraíam aos africanos e seus descendentes direitos sociais e políticos básicos. Era proibido aos escravizados, por exemplo, fazer negócios, alugar casas, andar a noite após as dez horas sem a autorização escrita do senhor, entre outras restrições utilizadas pelo Estado para manter a ordem escravista (LIMA, 2002 *apud* SANTOS, 2012, p.4).

Não podemos ignorar que havia o choque cultural que também era fator de lutas no campo ideológico dado a diversidade linguística étnica e social. Muitos dos africanos cuja base cultural era oralizada carregavam consigo culturas ancestrais valiosas transmitidas de geração em geração.

Um dos principais fatores responsáveis pelas desigualdades sociais entre os negros e os brancos foram as restrições econômicas impostas desde a vigência do sistema escravista através da exploração da mão de obra pelo trabalho não pago.

Durante o período colonial e imperial o Estado brasileiro, associado com as elites econômicas, lucrou durante séculos com o trabalho escravo. As riquezas econômicas produzidas com a exploração do trabalho dos africanos e dos negros foram apropriadas pelas elites provocando as maiores desigualdades sociais, que persistem ainda nos dias de hoje.

Sem a liberdade e renda acumulada os escravos dificilmente conseguiam ter acesso à propriedade privada, acesso aos bens educacionais e culturais que permitiriam a eles enfrentar as adversidades e injustiças sociais historicamente constituídas.

A imposição cultural forçada pelos colonizadores portugueses era pautada pelo desprezo das culturas africanas. Antes de desembarcarem nessas terras os africanos eram obrigados a mudar de nome, aceitar a religião cristã e assimilar os hábitos sociais vigentes na sociedade da época.

Durante o processo de colonização dos territórios sul americanos iniciada no século XVI pelos portugueses, é que se estabeleceu o fluxo de escravos africanos trazidos pelos traficantes com o objetivo de servirem de mão de obra para alavancar a produção nos engenhos de açúcar principalmente no Nordeste.

Furtado (1991) destaca a necessidade da utilização de mão de obra escrava africana para produção da indústria açucareira:

As dificuldades maiores, encontradas na etapa inicial advieram da escassez de mão-de-obra. O aproveitamento do escravo indígena, em que aparentemente se baseavam todos os planos iniciais, resultou inviável na escala requerida pelas empresas agrícolas de grande envergadura que eram os engenhos. A mão-de-obra africana chegou para a expansão da empresa, que já estava instalada. É quando a rentabilidade do negócio está assegurada que entram em cena, na escala necessária, os escravos africanos (FURTADO,1991, p.41).

Sabe-se que o processo de escravidão não se deu sem conflitos, Reis (2000) menciona as lutas de resistência dos negros contra os opressores destacando que elas foram frequentes ao longo da história brasileira; normalmente os escravos fugiam para as matas e formavam os quilombos, outras práticas como sabotagem da produção do açúcar, destruição das lavouras de cana por queimadas e mesmo o assassinato de senhores eram formas de enfrentar as atrocidades e injustiças cometidas nos cativeiros.

As rebeliões representaram a mais direta e inequívoca forma de resistência escrava coletiva. Mas nem toda revolta previa a destruição do regime escravocrata ou mesmo a liberdade imediata dos escravos nela envolvidos. Muitas visavam apenas corrigir excessos de tirania, diminuir até um limite tolerável a opressão, reivindicando benefícios específicos -- às vezes a reconquista de ganhos perdidos -- ou punindo feitores particularmente cruéis. Eram levantes que almejavam reformar a escravidão, não destruí-la. Em 1789, por exemplo, no engenho Santana de Ilhéus, Bahia, os escravos mataram o feitor e se adentraram nas matas com as ferramentas do engenho, até reaparecerem com uma proposta de paz em que pediam melhores condições de trabalho, acesso a roças de subsistência, facilidades para comercializar os excedentes dessas roças, direito de escolher seus feitores, licença para celebrarem livremente suas festas, entre outras exigências (REIS,2000, p.3).

Por mais que os traficantes de escravos tentassem apagar as identidades culturais dos africanos trazidos para o Brasil submetendo-os as mais diversas formas de opressões, torturas, infortúnios e sofrimentos muitos conseguiram sobreviver, adaptar e resistir no Novo Mundo.

Entre os séculos XVIII e XIX os portos de Salvador e do Rio de Janeiro receberam africanos escravizados; muitos cativos foram forçados a trabalhar na mineração em Minas Gerais e nas lavouras cafeeiras do Vale do Paraíba em São Paulo.

Com a formação de centros urbanos as oportunidades de ascensão social melhoraram para as pessoas. Surgiram várias profissões como ferreiros, sapateiros, tecelões, ourives, chapeleiros, etc. Dessa forma, com o desenvolvimento dos centros urbanos os senhores utilizavam os escravos de ganho⁸ para exercerem atividades comerciais como venda de mercadorias ou mesmo na prestação de serviços e alguns deles conseguiram acumular pecúlio e comprarem suas cartas de alforria adquirindo a liberdade.

Em reportagem publicada em 2015 no jornal *O Globo* intitulada: “Escravos Prosperavam Comprando Negros, mas eram Esnobados pela Elite” o jornalista Renato Grandelle cita a entrevista contada pelo historiador Dr. João José Reis – professor da Universidade Federal da Bahia -,em que o africano Manoel Joaquim Ricardo

⁸Os escravos de ganho, no período colonial e no Império, eram capturados pela elite em batalhas, realizavam tarefas remuneradas a terceiros, e repassava parte da quantia recebida para o seu senhor. Foi relativamente comum este tipo de escravo conseguir formar um pecúlio, que empregava na compra de sua liberdade, pagando ao senhor por sua alforria. Embora conhecida desde o século XVII nas áreas urbanas, na época do Império a prática foi mais controlada pelo estado, que concedia licença aos proprietários para o seu uso. As principais atividades a que se dedicavam eram as de carregadores, doceiras e pequenos consertos, embora alguns senhores induzissem as escravas à prostituição, o que era proibido por lei (WIKIPÉDIA,2019,p.1).

considerado um dos dez homens mais ricos de Salvador que foi escravizado e antes mesmo que fosse alforriado prosperou como traficante e senhor de escravos:

Quando Manoel Joaquim Ricardo morreu, em 1865, tinha 27 escravos, três casas e uma senzala. Era um dos dez homens mais ricos de Salvador. É um grande feito, ainda mais considerando que Manoel era negro e vivia em um país ainda escravocrata. Em 1841, antes mesmo de ser alforriado, Manoel já era dono de seis escravos. Estendeu sua rede de negócios até a África. Lá, ele e seus sócios trocaram correspondência sobre seu sucesso na importação de “noz de cola” — segundo autoridades britânicas, este era um código para “escravos”. Embora o tráfico negreiro ainda não tivesse sido abolido, a opinião pública era cada vez mais resistente ao trabalho forçado dos negros (REIS, 2015, p.1 *apud* GRANDELLE, 2015, p.1).

O caso de Manoel Joaquim Ricardo revela as contradições sociais presentes na sociedade escravocrata em que mesmo tendo vivenciado a escravidão prosperou escravizando outros africanos.

Os problemas da sociedade escravocrata não terminaram com a promulgação da Lei Áurea nº 3.353/1888, de acordo com Monteiro (2012) ocorreu grande falta de regulamentação com o fim da escravidão já que não houve garantias indenizatórias e trabalhistas ou outros direitos sociais aos trabalhadores:

A razão que mais contribuiu para a chamada “liberdade escravizante” ou, como queiram, para o fracasso da abolição, teria sido a falta de regulamentação da Lei imperial n. 3.353/88, norma de complexo conteúdo social, que embora precisa e revestida de eficácia plena, não se preocupou em antever as situações dela decorrentes, tampouco nas consequências da libertação dos escravos, no que resultou em liberdade dissociada de justiça (MONTEIRO,2012, p.368).

No mesmo artigo, Monteiro (2012) destaca a falta de justiça aos ex-cativos provocada pela insegurança jurídica com a promulgação da Lei Áurea:

Transportando a previsão legal, os conceitos e a doutrina para lei sob análise, dada que foi promulgada pela Princesa regente, investida, conforme se viu, de poderes de Chefe do Executivo, aliados ao fato de que a lei possuía forte conteúdo social, capaz de criar, num momento estante, direitos fundamentais a um exército de 720 mil brasileiros negros, não é difícil admitir que caberia ao Estado, sem dúvida, estabelecer com este contingente fraco da população, relações jurídicas assecuratórias ao exercício dos seus direitos e garantias fundamentais através de um Decreto Regulamentar privativo do Chefe do Poder Executivo (MONTEIRO,2012, p.370).

A crítica no que se refere à Lei Áurea diz respeito a não regulamentação jurídica aos direitos de propriedade, trabalhistas e fundamentais:

Ao *contrario sensu*, seria a edição da referida lei sucedida de um decreto regulamentar, de competência do próprio Poder Executivo, o qual, comprometido com a reparação social da escravidão, atrelasse a liberdade recém-concedida aos negros a um mínimo de garantia e benefícios assistenciais que os fizessem sobreviver ao “é declarada extinta a escravidão”, ações afirmativas, por exemplo, a demarcação das terras dos Quilombos como reserva dos libertos e o acesso ao trabalho remunerado, à saúde e à educação públicas, interferências administrativas que garantiriam, também e fundamentalmente a aplicabilidade social da Lei Áurea (MONTEIRO,2012, p.371).

Dessa forma, nenhuma garantia em relação aos direitos sociais foi dada aos negros no ato da Lei Áurea, aqui em específico, trataremos da luta dos negros por escolarização na história brasileira.

No próximo tópico abordamos a educação dos negros no Brasil no decorrer da história nacional.

1.2 A história da educação do negro no Brasil

Como vimos, o interesse desta pesquisa é buscar compreender o acesso dos negros de Uberlândia-MG ao sistema escolar na segunda metade do século XX, quando ocorreu a ampliação das oportunidades de escolarização na cidade e também em muitas regiões do Brasil, acompanhando o fenômeno da urbanização. Conforme enfatizou Fonseca (2017, p.68): a população negra não teve acesso à escola antes da segunda metade do século XX.

Quando recuamos no tempo, evidencia-se a exclusão dos negros do processo de escolarização. No projeto de catequização imposto pelos jesuítas da Companhia de Jesus na América Portuguesa aos nativos e africanos buscava-se facilitar e acelerar o processo de assimilação cultural destes povos. Nesta perspectiva, na prática, a educação escolar atuava no sentido de difundir a crença cristã e os preparando para servirem aos interesses políticos, econômicos, religiosos e culturais dos europeus.

Ao referirmos à educação dos africanos escravizados e trazidos para a colônia brasileira devemos ressaltar que alguns deles eram intelectuais, sabiam ler e escrever em seus idiomas.

Oliveira (2009) defende a ideia de que os escravos domésticos que conviviam mais próximo com as famílias dos senhores poderiam ter mais chances de receberem alfabetização:

Um provável caminho foi apontado pela historiadora Kátia Mattoso (1992), quando diz que a aprendizagem da leitura e da escrita, por parte de escravos, tenha, talvez, se efetuado na casa do senhor. Portanto, para uma reconstrução do caminho percorrido por escravos para se alfabetizarem, tem que ser levada em consideração a sua relação com as famílias dos senhores. Trata-se, como é óbvio, de percurso difícil de ser reconstruído, uma vez que essas relações, estabelecidas dentro dos casarios, não deixaram, quanto ao aspecto que se busca, registros em outros lugares da sociedade passada. Os estudos de história social, entretanto, parecem deixar claro que as relações mais 'afetuosas' entre os escravos e as famílias dos senhores tinham mais chances de se estreitar com os chamados escravos domésticos, ou seja, aqueles que ocupavam lugares de trabalho dentro dos domicílios. Tais relações seriam mais raras com os escravos urbanos, uma vez que viviam a trabalhar nas ruas, em várias atividades comerciais, como ambulantes, carregadores etc., apenas repassando o ganho obtido ao seu dono, e também com os escravos rurais, porque as atividades agrícolas não possibilitavam contatos mais diretos entre eles e os senhores. Desse modo, dos grupos de escravos mencionados – os domésticos, os urbanos e os rurais –, foram os primeiros, talvez, os mais prováveis a estabelecer relações, além de trabalhistas, com a família do senhor. Mesmo os que se denominam como escravos domésticos não podem ser considerados como um todo homogêneo. Guarde-se que, mesmo estando todos na esfera do labor doméstico, havia cargos, por assim dizer, mais nobres que outros. Isso, ao que parece, se refletia nas relações entre senhores e escravos. Explicando melhor: dentro do mesmo espaço de convívio, um carregador de dejetos não tinha o mesmo 'prestígio' que uma mucama ou um escravo tido como 'braço direito' de um senhor. Portanto, não será desarrazoado considerar que alguns postos possibilitariam um contato mais afetivo com a família senhorial e, conseqüentemente, que a seus ocupantes fossem, por causa disso, facultada a oportunidade de alfabetização, mesmo que rudimentar (OLIVEIRA, 2009 p.17).

Ainda de acordo com Oliveira (2009) cita que em Salvador (BA), os libertos dificilmente conseguiam ascender socialmente e também enfrentaram dificuldades para acessar a educação com a finalidade de alfabetização:

Sem dúvida estariam entre os livres e libertos as maiores chances de a população africana se letrar, mas, pelo menos para Salvador, o ingresso para a sociedade de homens livres não significava, para a maioria esmagadora dos exescravos, ascender socialmente e, conseqüentemente, ter abertas as portas da alfabetização. Se não havia nenhuma lei que impedisse os forros ou livres de freqüentarem as instituições formais de ensino, como existia para os escravos, as condições de vida a eles proporcionadas se encarregavam de cerrar as suas portas. A dura e penosa sobrevivência dos libertos e livres parecia, então, constituir a prisão que os impedia de se letrarem. Mesmo para aqueles que constituíram uma categoria especial de libertos, como foram os indivíduos pesquisados por Oliveira (1988, p. 7) – porque deixaram testamentos e, conseqüentemente, estavam mais

integrados à sociedade –, entre o período de 1790 e 1890, na cidade de Salvador, a situação, no que toca ao domínio das letras, igualmente não se configura como especial. Em um universo de 482 indivíduos – 240 homens e 242 mulheres –, apenas 22 sabiam assinar o nome e 3 declararam também saber escrever. Interessante a distinção feita pelos libertos entre saber assinar o nome apenas e escrever. Os testamentos deixados por esses forros foram, dessa forma, escritos por mãos de outros, uma vez que eles, em sua maioria, eram analfabetos (OLIVEIRA,2009, p.30).

Durante o período colonial houve a Reforma Pombalina inspirada no Iluminismo. O Marques de Pombal expulsou os jesuítas em 1759 e o ensino passou a ser responsabilidade de outras mantenedoras. O panorama educacional permaneceu praticamente inalterado por quase trezentos anos e a população formada de nativos e de brancos colonizadores se misturavam com os africanos escravizados que não conseguiam direito à educação, lembrando que as mulheres também tinham pouco acesso a escolarização nesse processo.

No artigo intitulado: “Estudos Menores e Reformas Pombalinas”, Gomes et al (2014) destacam que a reforma pombalina objetivava preparar os cidadãos para o Estado ao contrário dos jesuítas que educavam os cidadãos para a religião. Na colônia brasileira a educação que era precária piorou ainda mais haja vista, segundo o mesmo, a população continuava excluída e faltavam professores e estabelecimentos educacionais:

Durante os primeiros nove anos de governação de Pombal, os Inacianos mantiveram a direcção em quase todo o ensino preparatório, que dava acesso aos Estudos Superiores. Tal como sublinha Adão (1997, p. 94), com a publicação da sentença da expulsão dos Jesuítas de todo o território português, em 12 de Janeiro de 1759, acusados do crime lesa-majestade, e com o confisco dos respectivos bens, o Marquês de Pombal viu-se confrontado com a falta de estabelecimentos de ensino que pudessem acolher os estudantes dos colégios jesuítas, entretanto fechados. Para suprir esta lacuna, D. José I publicou a 28 de Junho de 1759 uma “geral reforma”. Este Alvará extingue, em definitivo, todas as escolas jesuítas, ficando os próprios proibidos, em absoluto, de todos os estudos. A partir de então foram criadas aulas régias gratuitas de gramática latina, de grego e de retórica. Esta mesma Lei impôs, pela primeira vez, uma centralização régia deste tipo de ensino com a criação do cargo de Director-Geral dos Estudos. Este mesmo director tinha como funções fazer cumprir as disposições do diploma, ficando a ele subordinados todos os professores régios destas mesmas disciplinas (GOMES, 2014, p.46).

Embora a chegada da família real portuguesa ao Brasil no início do século XIX tenha tido grande repercussão para a história do Brasil elevando a colônia à condição de

Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a educação continuou a ter importância secundária num país quase que integralmente rural.

A Lei “Rio Branco” nº. 2040 de 28 de setembro de 1871, conhecida como “Lei do Ventre Livre” promulgada pela princesa Isabel durante o regime imperial brasileiro determinava que todas as crianças nascidas a partir da data da promulgação da referida lei seriam livres. Sobre tal legislação, afirma Ramos (2008):

Assim, ao entendermos a Lei do Ventre Livre condicionada à educação das crianças que nasceriam livres, desde a data de sua criação em 1871, compreendemos, também, que essa preocupação esteve ligada a uma apreensão por parte das elites da época, em relação ao fator de integração social dos negros no processo gradual de transição para o trabalho livre. A intencionalidade da Lei era ter a educação como um importante mecanismo de controle, para garantir a ordem, a mão-de-obra nas lavouras, e manter a “ordem” social. Consideramos, neste momento atual, que os escravos e as mulheres deveriam ter sido ensinados a ler. Naquela época, contudo, o contexto histórico era outro e para a população negra escravizada eram colocadas necessidades mais urgentes, como a da própria sobrevivência e a da luta pela liberdade. É certo que, com as mudanças advindas do novo sistema econômico social, a educação popular começou a ser favorecida, ou discutida para atender a todos (RAMOS,2008, p.11).

Já Almeida (2016) destaca a importância da Reforma Leôncio de Carvalho em 1879 no sentido de tornar livre o ensino primário, secundário no município da Corte e o Superior em todo o Império:

(...) com a reforma do Ensino Primário e Secundário de Leôncio Carvalho - nome dado em referência ao Ministro que defendia a adoção da educação de adultos, dos cursos noturnos, e da autorização de frequência à escola pelos escravos - instituiu-se a obrigatoriedade do ensino dos sete aos quatorze anos e caiu o veto que proibia a frequência dos escravos nas escolas públicas. Alguns escravizados passaram a frequentar escolas profissionais e, a partir daí, tornaram-se aptos para promover o letramento de outros negros em espaços informais, o que se configurou, segundo Gonçalves e Silva (2000), em mais uma das formas de acesso do negro ao conhecimento escolar primário antes que a escravidão fosse legalmente extinta (ALMEIDA,2016, p.238).

Assim, vemos que mesmo de forma incipiente, a alfabetização de uma parcela dos negros começou a acontecer. Tais iniciativas permitiram o surgimento e a atuação de intelectuais abolicionistas em prol de suas comunidades e trabalhadores negros nos

campos jurídicos, políticos, institucionais e educacionais com o propósito de assegurar os direitos fundamentais dessas populações.

Há negros nas universidades, nas academias, nos colégios e nas escolas; há negros médicos, advogados, em todas as profissões; há negros deputados e senadores; há negros padres, em todos os ramos da religião cristã. E ninguém ousa mais pôr em dúvida que se possa educar os negros nos mais elevados princípios da ciência e da moral cristã (REBOUÇAS, 1879, p.250 *apud* SCHUELER, 2016, p.194).

Com a queda da monarquia havia toda uma euforia de que a mudança para o regime republicano promoveria a melhoria da vida social e educacional. Porém, Schueler (2016) destaca a crítica de Manuel Querino relativa ao início da educação republicana:

É o asfixiamento das classes menos favorecidas da fortuna, pelo preconceito em antagonismo com o regime republicano. Sob qualquer pretexto fecha-se uma escola pública. A falta de freqüência pode ser oriunda da péssima colocação da escola, fora do centro mais populoso por desídia do professor. Pois bem: não se procura remover a dificuldade; fecha-se a escola, o mestre fica em disponibilidade ganhando para trabalhar. As crianças, porém, perdem porque são abandonadas à prática do vício ou ao exercício de vendedores ambulantes de “queimados” e bilhetes de loteria (QUERINO, 1913, p.35 *apud* SCHUELER, 2016, p.208).⁹

De acordo com Palma Filho (2010) o educador e político Caetano de Campos propunha que fosse oferecida à população “educação pública, gratuita, universal, obrigatória e laica”. Ainda na década de 1930, houve grande movimentação por parte dos pensadores educacionais reformistas no sentido de se mudar a educação:

As reformas foram lideradas por um grupo de pessoas que, a partir dos anos de 1930, tiveram participação ativa nos movimentos de renovação educacional, iniciado com a publicação do “Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova” em 1932. Trata-se de propostas de mudanças no campo educacional, originárias do clima de discussões gerado pelo “entusiasmo pela educação” que superestimaram o papel da educação no processo de renovação social do Brasil (PALMA FILHO, 2010, p.80).

⁹ Palma Filho (2005) menciona que os republicanos mantiveram a estrutura institucional com base na situação criada pelo Ato Adicional de 1834 que na época delegava as Províncias a responsabilidade de oferecer à população ensino primário dispensando a responsabilidade do governo central em cumprir a obrigação constitucional. Na prática, os Estados que tinham melhores condições financeiras e estrutura administrativa organizaram seus sistemas de ensino.

Mesmo assim, com toda a movimentação em torno da luta por educação de massas, a educação dos negros ainda era um desafio na República. Lucindo (2016) cita as desigualdades sociais entre negros e brancos, o sistema de exclusão social imposto aos negros mesmo com a promulgação da Lei Áurea e principalmente a mobilização das comunidades de negros na perspectiva da criação de entidades políticas, jornalísticas e culturais com a finalidade de denunciar e combater discriminações utilizando o mundo letrado e promover a união e solidariedade social dessas comunidades.¹⁰

Lucindo (2016) destaca ainda a preocupação dos republicanos com a educação já que havia o desejo de se preparar os indivíduos para a cidadania em um mundo de constantes transformações sociais inclusive na esfera do trabalho com a intensificação da industrialização e da urbanização dos grandes centros urbanos: “A República valorizou em seus discursos a educação popular, considerando que a eliminação do analfabetismo significava colocar o Brasil entre as civilizações notáveis.”¹¹

No começo do século XX as comunidades constituídas por imigrantes estrangeiros investiam na construção de escolas que pudessem escolarizar seus filhos como forma de preservar as tradições culturais. Ainda segundo Lucindo (2016), seguindo o exemplo dos imigrantes, os negros também se organizaram em entidades beneficentes e buscavam alfabetizar quem estava excluído da escola. Mesmo nos Grupos Escolares estudantes enfrentavam e exclusão escolar por motivos que iam desde a necessidade de trabalhar para sobreviver até por não terem vestes e calçados adequados para frequentar às escolas.

¹⁰Utilizamos como fonte de pesquisa testemunhos deixados por afrodescendentes que viveram em São Paulo nas primeiras décadas do século XX, que podem ser encontrados nos livros de Teresinha Bernardo (1998), na autobiografia de José Correia Leite (escrita com a colaboração de Cuti) e uma entrevista que ele concedeu a Zeila Dermartini, publicada na revista ANDE, em 1989. Os jornais de imprensa negra, encontrados no arquivo do Instituto de Estudos Brasileiro (IEB/USP): *O Getulino* (1923); *A Liberdade* (1919); *O Alfinete* (1918); *Auriverde* (1928); *O Baluarte* (1904); *O Clarim*, que mudou de nome em menos de um ano para *O Clarim D'Alvorada* (1924); *O Menelik* (1915); *Progresso* (1928). Também foram usados os jornais da grande imprensa, como *A Província/O Estado de São Paulo* e o *Correio Paulistano*. Os estatutos das associações de afrodescendentes: *Club 13 de Maio dos Homens Pretos*, 1902; *Centro Cívico Palmares*, 1926, *Centro Humanitário José do Patrocínio*, 1920; *Centro Recreativo Dansante Defensores da Pátria*, 1922; *Grêmio Recreativo Dramático e Literário Elite da Liberdade*(Antigo Grêmio de Damas Elite Flor da Liberdade), 1923; *Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos*, 1908; *Grêmio Recreativo Smart*, 1925 (LUCINDO,2016, p.309).

¹¹ Ainda afirma o mesmo autor: Os Grupos Escolares foram símbolos da importância dada à escola e mais um agente de mistificação da instrução, que veio a se transformar em uma espécie de regeneradora da nação; assim, até a arquitetura dessas escolas tinha que transmitir os valores republicanos. A educação deveria representar a “vitória das luzes e da razão sobre as trevas e a ignorância”, pondo fim à sociedade arcaica que foi o período Imperial escravista e, assim, era o grande projeto social, principalmente dos liberais paulistas (SOUZA, 1998 *apud* LUCINDO, 2016, p.314).

Um exemplo de entidade organizada pelos negros foi a Frente Negra que segundo Petrônio Domingos (2016) lutou em defesa pelos direitos sociais dos negros, entretanto em 1937 com a vigência da ditadura do Estado Novo o movimento arrefeceu até o fechamento da entidade em 1938:

À medida que a FNB foi adquirindo maior representatividade no cenário nacional, surgiu a ideia de transformar a organização em partido político. Em 1936, depois de um longo processo de articulação e pressão política, a ideia tornou-se realidade: o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral permitiu o registro do Partido da Frente Negra Brasileira. Mas o novo partido não teve oportunidade de demonstrar sua força política e passar pelo teste das urnas: em 10 de novembro de 1937, com o apoio das Forças Armadas, Getúlio Vargas determinou o fechamento do Congresso Nacional e anunciou em cadeia de rádio a outorga de uma nova Constituição da República. A “polaca”, como ficou conhecida, foi inspirada nas constituições fascistas da Itália e da Polônia. A partir de sua vigência, ficou praticamente regulamentada a ditadura do Estado Novo: foram suprimidos os direitos civis e muitas das liberdades individuais. Em 2 de dezembro de 1937, um decreto aboliu todos os partidos políticos, declarando-os ilegais. Como consequência, a FNB encerrou suas atividades, alguns meses antes das comemorações dos cinquenta anos da Abolição, em 1938 (DOMINGUES,2016, p.356).

A Constituição de 1937 foi imposta por Getúlio Vargas e substituiu a Constituição de 1934. No campo “Da Educação e da Cultura” sete artigos norteavam as diretrizes gerais da educação, destacamos o que segue:

Art. 129. Á infancia e á juventude, a que faltarem os recursos necessarios á educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municipios assegurar, pela fundação de instituições publicas de ensino em todos os seus grãos, a possibilidade de receber uma educação adequada ás suas faculdades, aptidões e tendencias vocacionaes. O ensino prevocacional profissional destinado ás classes menos favorecidas é, em materia de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municipios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionaes. E’ dever das indústrias e dos syndicatos economicos crear, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operarios ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxilios, facilidades e subsidios a lhes serem concedidos pelo poder publico (BRASIL,1937, p.84).

Em termos gerais a Constituição de 1937 não alterou a estrutura institucional herdada das constituições anteriores que delegava aos Estados a responsabilidade pelo

ensino primário ressaltando sua obrigatoriedade e gratuidade. No artigo 129 é possível verificar a preocupação do Estado com o ensino profissional dirigida aos filhos de operários, o que pode evidenciar que os dirigentes não desejavam ver os estudantes menos favorecidos socialmente matriculados no Ensino Superior o que certamente dificultaria a mobilidade social.¹²

Assim, mesmo com a implantação da República os negros continuaram com dificuldades em se escolarizar. Gonçalves (2007, p.325) ao fazer uma comparação entre as gerações de negros mais jovens (entre 20 e 40 anos nos anos 2000) com outros mais idosos (entre 60 e 80 anos nos anos 2000) percebe que as gerações mais idosas “padecem de altíssimos índices de analfabetismo. Por exemplo, em um total de 3 milhões, o percentual é 70%. Entre as mulheres a situação é pior: quase 90%”.

Dessa forma o Estado Novo de Vargas continuou não atendendo a tantas demandas no campo da educação, priorizou especialmente, o ensino profissional como política para alavancar a industrialização. De acordo com Santos (2007), ocorreu a intensificação do processo de urbanização no país, sobretudo nos grandes centros urbanos:

Assim sendo, intensifica-se o processo de expansão industrial no Brasil com base na substituição de importações, entrelaçado também pela mudança do perfil da sociedade brasileira, cuja população foi gradativamente tornando-se urbana (56% da população, em 1970, ocupava os grandes centros urbanos), motivada pelas próprias características da industrialização que se desenvolveu nos grandes centros urbanos avançados do país (SANTOS, 2007, p.215).¹³

Em 1942 Getúlio Vargas havia criado o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) que ficou responsável por parte da educação profissional ao passo que o ensino industrial básico ficou a cargo do Ministério da Educação e da Saúde. Segundo Menezes (2001), as diretrizes gerais da Reforma Capanema destacavam:

(...) sob o comando do ministro da educação e saúde Gustavo Capanema. Essa reforma, de 1942, foi marcada pela articulação junto aos ideários nacionalistas de Getúlio Vargas e seu projeto político

¹² Outro artigo destacava: Art. 131. A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência (BRASIL, 1937, p.84). Preparar os jovens para o trabalho principalmente nos grandes centros urbanos que estavam em processo de industrialização e urbanização, ensinar o jovem a respeitar e amar à pátria além do higienismo ao introduzir a Educação Física nos currículos escolares, visando a saúde dos estudantes.

¹³ Ainda, de acordo com Santos (2007, p.216) destaca ainda que a industrialização foi da ordem de 475% entre os anos de 1929 e 1957 colocando o país entre as dez maiores economias do mundo e que era necessário preparar a força de trabalho para promover o desenvolvimento econômico da nação.

ideológico, implantado sob a ditadura conhecida como “Estado Novo”. De todas as áreas do plano educacional, a educação secundária seria aquela em que o ministério Capanema deixaria sua marca mais profunda e duradoura. Segundo os autores de *Tempos de Capanema*, o sistema educacional proposto pelo ministro correspondia à divisão econômico-social do trabalho. Assim, a educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. Teríamos a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina; uma educação destinada à elite da elite, outra educação para a elite urbana, uma outra para os jovens que comporiam o grande “exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação” e outra ainda para as mulheres. A educação deveria estar, antes de tudo, a serviço da nação, “realidade moral, política e econômica” a ser constituída (MENEZES, 2001).¹⁴

Segundo Schwartzman (1983, p.360) entre 1930 e 1945, o governo federal interferiu na questão do ensino primário estabelecendo a obrigatoriedade de estados e municípios a aplicarem recursos no sistema educacional referente à essa etapa de ensino, algumas medidas que demonstram tal política foi a assinatura do Convênio Nacional de Ensino Primário entre a União e os estados em 16 de janeiro de 1942 e no mesmo ano a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário, pelo Decreto lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942.¹⁵

Em relação ao ensino secundário, até 1930, segundo Schwartzman (1983), essa etapa de ensino era para poucos privilegiados, havia cem estabelecimentos de ensino por todo o país com menos de cinquenta mil matriculas; em 1945 havia oitocentas e vinte e seis escolas secundárias e o número de matriculas era de duzentos e dez mil estudantes.¹⁶

Após a Era Vargas, houve a formulação de uma nova Constituição Federal e a educação foi destacada em alguns artigos dela, como o que se segue:

¹⁴ De acordo com Schwartzman (1983, p.359) o ensino primário foi deixado, tanto no Império como na república, à iniciativa local, das províncias ou dos estados. O governo nacional não intervinha nem para estimular, nem para cooperar, o resultado foi um desenvolvimento falho e retardado, que tornou crônica a nossa situação de tão extenso analfabetismo.

¹⁵ Em 1932, havia em todo o país 27.662 escolas primárias com 2.071.437 alunos; em 1945, o número dessas escolas era de 44.794, com 3.548.409 alunos. O aumento é. Como se vê realmente notável. (...) E assim teve início esse belo movimento de educação popular, a que o atual governo está conferindo grande amplitude e vigor e que vai prestar ao país incalculáveis benefícios (SCHWARTZMAN, 1983, p.362).

¹⁶ Em 1942, fez-se nova reforma, para dar organização aos estudos, para conferir ao ensino secundário melhor sentido e qualidade. Dividiu-se esse ensino em dois ciclos: um, de quatro anos, o ginásio, que permite articulação com o ensino comercial, industrial, agrícola e normal; outros, de três anos, o colégio, de mais elevado preparo para carreira maiores, nas universidades (SCHWARTZMAN; 1983, p.363).

Art. 172. Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar (SOBRINHO, 1946, p.87-88).

O artigo 172 da Constituição de 1946 trata de um tema de extrema relevância para a população brasileira: assistência estudantil especialmente para os estudantes carentes ou que vivem em risco social. Considerável parcela das populações negras foi deixada à própria sorte após a promulgação da Lei Áurea e a inclusão educacional foi negligenciada no fomento do desenvolvimento social e efetivação da cidadania. A partir desta perspectiva o referido artigo vai de encontro aos anseios do povo e da democracia.

Já no período político seguinte, Lafer (2002, p.47) destaca que a eleição de Juscelino Kubitschek “ocorreu em um período marcado pela emergência do populismo na política brasileira” e que através do voto, as massas populares ansiavam pela democratização social e ampliação da oferta de empregos. Com base na ideia desenvolvimentista, Kubitschek queria superar a crise brasileira através de políticas que fomentassem fortemente o setor econômico estimulando a produção de riquezas pelas quais os trabalhadores iriam usufruir:

O quinto e último setor do Plano de Metas era a educação, que compreendia uma única meta. Meta 30- Pessoal técnico, visando à intensificação da educação para desenvolvimento. O objetivo era aumentar as oportunidades de instrução nos níveis primário, secundário e superior (LAFER, 2002, p.145).

O quadro a seguir mostra alguns números da educação no período cujo presidente foi Juscelino.

Quadro 2 - Brasil: matriculados na educação nos níveis educacionais primário, secundário e superior (1956-60)

Ano	Primário	Secundário	Cursos Superiores
1956	6.674.830	867.131	78.659
1957	6.860.983	942.394	79.505
1958	7.363.750	1.032.795	84.481
1959	7.613.456	1.106.504	89.586
1960	7.917.450	1.224.485	95.691

Fonte: Brasil. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, 1966 (Lafer, 2002, p.146).

Ainda segundo Lafer (2002, p. 145) Kubitschek obteve resultados satisfatórios com a ampliação do acesso de mais estudantes ao ensino básico e superior, entretanto

estava aquém de resolver o problema da falta de mão de obra qualificada, a escolarização de toda a população e erradicação do analfabetismo, conforme os números do quadro 2 demonstram.

Mesmo com ampla legislação educacional promulgada ao longo da República, o país adentrava aos anos de 1960 com muitas deficiências no campo educativo. Sayed (2013) destaca a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nesse período:

A data de 20 de dezembro de 1961 é crucial para entender as lutas por uma educação diferenciada, ampla e de qualidade, que elevasse o nível dos debates acadêmicos e social, numa crescente conscientização política da população a respeito da importância da educação e daquele momento decisivo. Esta é a data em que o projeto se torna a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Ela, em sua essência, deveria responder às necessidades de uma realidade em que a rede pública de ensino médio vinha crescendo desde 1930, dentro do debate sobre a importância do Estado e de uma nova pedagogia, num ambiente em que o público e o privado na educação acirravam as discussões (SAYED, 2013, p.30).

Em 1961 o então presidente da República Jânio Quadros renunciou ao mandato por motivos não explicados abrindo precedente para que João Goulart – vice-presidente -, conhecido como Jango assumisse o cargo presidencial. Entretanto, os setores de direita (conservadores), e a ala mais linha dura dos militares não viam com bons olhos tal possibilidade que mais tarde tornou-se fato.

Sayed (2013, p.27) destaca que naquele momento o país atravessava grave crise econômica: a inflação crescente e estagnação do PIB no final da década de 1950 são objeto de interpretações distintas entre os economistas Goulart foi vice-presidente durante o mandato de Juscelino Kubitschek¹⁷ (1956-1961) e ambos divergiam no que diz respeito sobre as ações políticas com a finalidade de desenvolver o país, intensificar a industrialização na tentativa de superar a dependência das exportações de matérias primas que sempre agregaram pouco valor de troca comercial.

O modelo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek angariou investimentos de instituições financeiras externas provocando dependência econômica, via o trabalhador como um meio para conseguir o progresso sem que o mesmo pudesse

¹⁷Na tese intitulada: O Projeto de Nação do Governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964), Silva (2011) destaca as diretrizes do Plano de Meta: Em suma, o Plano de Metas possuía quatro pontos básicos. O primeiro era o investimento das estatais em infraestrutura, principalmente no setor de energia e transporte. Nesse período a ênfase em logística passou das ferrovias para as rodovias. O segundo foi o incentivo ao aumento na produção de bens de capital como máquinas e equipamentos, e de bens intermediários, como aço, carvão e cimento. O terceiro foi o incentivo à introdução dos setores de bens de consumo duráveis e em quarto o estímulo à produção de alimentos (SILVA, 2011, p.50).

efetivamente participar da divisão das riquezas produzidas. Goulart, ao contrário, criticava a política de Kubitscheck, achava que o papel do Estado em promover o desenvolvimento deveria ser o de fomentar a indústria de base ampliando a industrialização, criar forte mercado interno impulsionado pelo aumento da renda do trabalhador além de promover as reformas de base que permitiriam a justa distribuição da riqueza nacional e a promoção da justiça social.¹⁸

No Brasil, desde a redemocratização com o fim do Estado Novo, multiplicaram-se os partidos políticos, e os de esquerda como socialistas e comunistas voltaram a atuar oficialmente no cenário nacional reivindicando as reformas estruturais políticas e econômicas que contrariavam os setores mais conservadores associados aos partidos de centro e direita representantes das camadas mais abastardas. As tensões políticas avolumaram-se nas disputas entre os setores sociais que desejavam manter a ordem social vigente estabelecida e os demais que queriam reformas com fins a beneficiar efetivamente a população despossuída.

Segundo Silva (2005) um dos eventos mais importantes do Movimento Negro Brasileiro na década de quarenta foi a realização da Convenção Nacional do Negro em dois momentos: a primeira em 1945 em São Paulo:

O conclave tinha dois objetivos principais: O primeiro que a discriminação racial e o preconceito passassem a ser crimes previstos em lei. O segundo, que se criasse um sistema nacional de bolsa de estudos para estudantes negros nas universidades e no ensino secundário (SILVA,2005, p.2).

O segundo momento foi realizado no Rio de Janeiro pelo TEN (Teatro Experimental Negro) em 1949. Outro grande momento do Movimento Negro brasileiro foi a realização do I Congresso do Negro Brasileiro no Rio de Janeiro. Segundo Silva (2005):

Aqueles três encontros de escopo nacional contribuíram com diferentes avanços na pauta de reivindicações dos negros organizados no país. Se a Convenção Nacional do Negro trazia o tema da discriminação racial e o racismo a serem consignados como crimes previsto em lei. O I Congresso do Negro Brasileiro procurava interferir não apenas no quadro legal, mas também, nas análises teóricas, ainda com evidente ênfase culturalista. Foram, portanto,

¹⁸As transformações sociais que delineavam o cenário internacional com o fim da Segunda Guerra Mundial influenciaram os acontecimentos na década de 1950, sobretudo pela Guerra Fria (disputa hegemônica entre Estados Unidos e União Soviética nos campos ideológicos, políticos, militares, tecnológicos e sociais) gerando tensões e conflitos por inúmeras regiões do globo salpicando de discussões a política regional.

acontecimentos estruturantes daquele movimento, tornando-o mais popular e manifesto para a opinião pública nacional (SILVA, 2005, p.2).

Entre as décadas de 1950-1960 havia ânsia social em modernizar, industrializar o país enviesada nas concepções desenvolvimentistas e progressistas que contribuíram para impulsionar o alavancamento de obras de infraestrutura por todo o país, com destaque para a construção da capital federal finalizada em 1960: Brasília.

Um dos problemas que dificultava a implementação do propósito era que a oferta de mão de obra (sobretudo qualificada) era extremamente importante para efetivação destas políticas; assim sendo, as autoridades governamentais vigentes voltariam às atenções para a educação nacional, setor estratégico, sintoma disso foi a promulgação da primeira LDBEN nº 4.024/61, como vimos anteriormente.

No aspecto da educação básica, este momento da história da educação brasileira é particularmente importante haja vista que é constituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional resultado de discussões entre pensadores cujas correntes ideológicas perpassavam pelo campo dos estatistas que defendiam que só o Estado poderia educar e que a educação deveria preparar o indivíduo para o bem da sociedade e a outra corrente liberal que defendia a concepção segundo a qual não caberia ao Estado negar ou garantir a educação e que tal obrigação deveria ser efetivada pela família.

Embora tenha permanecido pouco tempo no poder, João Goulart contribuiu significativamente para o avanço e aperfeiçoamento da educação brasileira tendo assinado em 20 de dezembro de 1961 a Lei nº 4.024/1961 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -, após amplas discussões dos especialistas.

Título I – Dos Fins da Educação: Art. 1º A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e sua participação na obra do bem comum e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio f) a preservação e expansão do patrimônio cultural g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como quaisquer preconceitos de classe ou raça (BRASIL, 1961, p.10).

A LDBEN nº 4.024/1961 buscou estabelecer o desenvolvimento educacional com base na liberdade de pensamento, a solidariedade e o desenvolvimento da personalidade humana além de enfatizar o aspecto diferencial que trata da preparação para o Ensino Superior através de formação qualitativa para que o estudante pudesse prosseguir nas etapas seguintes da carreira estudantil. Outro aspecto importante que deve ser evidenciado é a obrigação da união em investir no mínimo 12% dos recursos do orçamento para o Ensino Primário e de acordo com a lei, os Estados deveriam investir no mínimo 20% em educação.

Segundo Sayed (2013), em discurso proferido no Congresso Nacional em 1964, João Goulart enfatizava a importância da democracia ao buscar promover a educação para a população:

O propósito de integrar na comunidade brasileira largas faixas marginais de nossa população é um movimento irreversível, no sentido de democratização do ensino e da adequação de nosso sistema educacional às exigências do desenvolvimento do País. Extenso programa para a democratização da escola de grau médio e sua adaptação às necessidades de habitação da juventude para as tarefas do desenvolvimento, foi elaborado pelo Ministério da Educação e encontra-se em fase executiva. Seu objetivo inicial é possibilitar a instalação, em todos os municípios brasileiros, de escolas de ensino de grau médio, voltadas todas no sentido da educação para o trabalho (BRASIL, 1964, p.21 *apud* SAYED, 2013, p.51).

Ao propor a inclusão de largas parcelas no processo de escolarização, João Goulart focava a população excluída, historicamente como vimos anteriormente, os negros foram os principais atores sociais que ficaram fora das escolas. Assim, o presidente buscava esse discurso para implantar suas políticas de combate as desigualdades e injustiças sociais, para tal seria fundamental efetivar as reformas de base.

Com o Golpe civil-militar de 1964, João Goulart foi deposto pondo fim a todas as expectativas das transformações sociais que a sociedade brasileira necessitava, sobretudo no campo educacional. Várias reformas educacionais foram empreendidas pelo governo autoritário orientadas pelos acordos MEC-USAID¹⁹, entre elas, citam-se

¹⁹Acordos “MEC-USAID” foram implementados no Brasil com a lei 5.540/68. Negociados secretamente, só se tornaram públicos em novembro de 1966 após intensa pressão das massas. Foram secretamente negociados e colocados em prática entre; o Ministério da Educação (MEC) do Brasil e a United States Agency for International Development (USAID) para reformar o ensino brasileiro de acordo com padrões impostos pelos EUA. Apesar de ampla discussão anterior sobre a educação (iniciada ainda em 1961 na gestão Jango), essas reformas {Continuada com a “reforma consentida” em 1968} foram implantadas pelos militares (...) Os acordos MEC-USAID objetivavam enquadrar o ensino superior brasileiro nos moldes estadunidenses. A educação orientada conforme os acordos, visava instituir uma metodologia

as alterações de 11 de agosto de 1971 na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que passou por reformulações por meio da Lei nº 5.692/1971.

A Lei nº 5.692 fundiu o ensino primário com o ginásio, retirando deste os ramos profissionais, e constituiu um novo segmento de primeiro grau com oito anos de duração, obrigatório para as crianças e jovens de sete a 14 anos de idade. O segundo grau ficou reduzido aos três ou quatro anos do segundo ciclo do antigo ensino médio, agora universal e compulsoriamente profissional. A antiga função do ensino médio de fornecer uma educação preparatória ao estágio superior foi subordinada à habilitação profissional: a formação de técnicos e auxiliares-técnicos destinados ao preenchimento de postos de trabalho na indústria, no comércio, nos serviços e na agricultura passava a ser o objetivo de todas as escolas de segundo grau. Para diminuir as resistências dos jovens, principalmente os que cursavam o ensino secundário, o novo ensino foi chamado de profissionalizante. Pretendia-se distingui-lo do ensino profissional, estigmatizado como de “segunda classe”, destinado aos filhos da classe trabalhadora. Essa reforma de ensino decorreu da política governamental voltada para a contenção da demanda do ensino superior, considerada incompatível com as necessidades nacionais (FGV,1971, p.3).

Couto (1999) enumera alguns dados referentes à educação do ensino básico e universitário no período da Ditadura Civil-Militar, como podemos ver, o empenho maior no movimento de ampliação de vagas foi junto ao ensino superior, buscando conter os efeitos gerados pela crise dos excedentes do ensino médio e os protestos da classe média por mais cursos superiores:

tecnicista e liberal da educação onde esta seria concebida somente enquanto formadora de trabalhadores. A educação enquanto “*emancipação e para a compreensão da história humana e a elevação do intelecto/social*” não teria espaço na política destes acordos, pois a escola e a universidade teriam como tarefa a formação de quadros para a indústria. Sendo assim: Brasileiros seriam formados de acordo com suas funções nas linhas de montagens, aptos a obedecer ordens. Os convênios tinham como objetivo uma profunda reforma no ensino brasileiro e a implantação do modelo estadunidense nas universidades brasileiras. Pelo acordo MEC/USAID, o ensino superior exerceria um papel estratégico porque caberia a ele forjar o novo quadro técnico que desse conta do novo projeto econômico brasileiro, alinhado com a política norte-americana. Além disso, visava a contratação de assessores americanos para auxiliar nas reformas da educação pública, em todos os níveis de ensino. Para norte-americanos no contexto histórico a reforma visível para as massas ocorreu na renomeação dos cursos. Os antigos cursos primário (5 anos) e ginasial (4 anos) foram fundidos e renomeados como primeiro grau, com oito anos de duração. Já o antigo curso científico foi fundido com o clássico e passou a ser denominado segundo grau, com três anos de duração. O curso universitário passou a ser denominado terceiro grau. Essa reforma eliminou um ano de estudos, fazendo com que o Brasil tivesse apenas 11 níveis até chegar ao fim do segundo grau enquanto países europeus e o Canadá possuem um mínimo de 12 níveis. Para a implantação do programa o “acordo MEC-USAID” impunha ao Brasil a contratação de assessoramento estadunidense e a obrigatoriedade do ensino da língua inglesa desde a primeira série do primeiro grau. Os técnicos oriundos dos Estados Unidos criaram a reforma da educação pública que atingiu todos os níveis de ensino. A implantação deste regime de ensino também retirou matérias consideradas obsoletas do currículo, tais como: Filosofia, Latim, Educação Política, cortou-se a carga horária de várias matérias e inseriu outras como Educação Moral e Cívica. Matérias como História tiveram sua carga horária reduzida para que estudantes da época não tivessem seus olhos abertos em relação à ditadura (VILLORBLUE,2015,p.1).

Quadro 3 - Dados estatísticos sobre a educação entre 1963-1983

	1963	1983	Multiplicador
Crianças de 10 a 14 anos em escola (milhões)	5	9	1,8
Ensino Universitário (mil)	124	1.300	10

Fonte: COUTO: Adolpho João de Paula. A Revolução de 1964 a Versão e o Fato. Porto Alegre. Gente do Livro, 1999, p.315.

Também foram introduzidas mudanças curriculares, entre elas a disciplina de Educação Moral e Cívica, segundo Couto (1999), buscavam acabar com os efeitos da subversão dos estudantes influenciados na época pelo movimento estudantil francês.²⁰

Com as alterações promovidas pelo governo da época na Lei nº 5.692/1971 o caráter de formação profissional no segundo grau seria mais específica isto é, mais técnica. O governo desejava que os estudantes formassem em menor espaço de tempo e ocupassem as vagas disponíveis no mercado.

Para os estudantes mais carentes tal medida tornaria o sonho de cursar universidades públicas com fins a pleitear melhor formação técnica e científica e obter melhores chances de salário, trabalho e condições de vida estaria cada vez mais distante.²¹

As classes trabalhadoras e média se opuseram à reforma educacional que deixou de ser obrigatória em 1980, assim, a luta pela educação foi importante nesse contexto.

O resultado das políticas do governo autoritário seria o reforço do *status quo*, assim, Nascimento (1978) fez crítica ao sistema de ensino brasileiro que não considerava a diversidade da cultura do país, tampouco as questões relativas aos negros:

Sistema educacional é usado como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino

²⁰ Observando os efeitos deletérios que a subversão exercia sobre os estudantes, ainda exacerbados em 1968 como resultado da revolta estudantil iniciada na França, o governo Costa e Silva instituiu em 1969, como disciplina obrigatória nos três níveis de ensino, a Educação Moral e Cívica (EMC) que, em nível superior, assumiu a forma de Estudos de Problemas Brasileiros – EPB. É evidente que, além de sua finalidade puramente educativa, a iniciativa tinha também uma motivação política, pois procurava dotar os jovens de instrumentos eficazes que lhes permitissem resistir aos insistentes apelos do proselitismo subversivo, que acabou por conduzir muitos deles pelos descaminhos da contestação violenta, e até da luta armada, com o sacrifício de preciosas vidas (COUTO, 1999, p.316).

²¹ A habilitação profissional passou a chamar-se específica, isto é, passou a voltar-se para diferentes especialidades técnicas, sendo entendida como meio de tornar o jovem consciente do domínio que deveria ter das bases científicas de uma profissão, além de apto à aplicação da tecnologia adequada. Assim, a formação profissional em nível de segundo grau ficou a cargo de escolas técnicas, tal como antes, sendo fornecida por cursos longos ou compactos para alunos que concluíssem alguma habilitação básica, ou ainda, por treinamento em serviço (FGV, 1971, p.3).

brasileiro – elementar, secundário, universitário – o elenco das matérias ensinados (...) Se a consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo, foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? Quando há uma referência ao africano ou negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra (NASCIMENTO, 1978, p.95).

As raízes étnicas da população nacional resultaram da miscigenação social entre vários povos. São várias matrizes culturais compostas pela diversidade social que historicamente incorporaram elementos culturais associados à intelectualidade, a religiosidade, a educação, a língua, etc. A valorização das culturas afrodescendentes está diretamente relacionada com a história do negro.

A valorização do pluralismo étnico, cultural e educacional é fundamental para a edificação de sociedades mais justas, fraternas e igualitárias. O desenvolvimento social de qualquer sociedade se forma no embate das diferenças, do contraditório ideológico, filosófico e histórico associados à educação. Quando culturas diferentes são incorporadas socialmente a homogeneidade do sistema social pode ser perturbada em sua inércia podendo provocar rupturas históricas que levem a outras realidades sociais.

No próximo tópico abordaremos temática relacionada com a ocupação dos negros ao longo da história nacional. Suspeitamos que antes mesmo da chegada das primeiras famílias de fazendeiros a quem são atribuídas o título de fundadores de Uberlândia, a região fosse habitada por negros que viviam em quilombos com relatos que conviviam com os índios.

1.3 População negra no Triângulo Mineiro

Antes de discutirmos a escolarização dos negros do município de Uberlândia e região faremos breve apresentação sobre a população negra no Triângulo Mineiro. Mano (2015) destaca que a vinda dos negros para Minas Gerais e a região do Triângulo Mineiro (no século XVIII conhecido como região do Campo Grande) esteve vinculada com a vinda dos colonos portugueses atraídos pela descoberta do ouro.

O movimento de expansão da sociedade colonial para os sertões a oeste de Minas Gerais foi marcada na década de 1730, pela abertura de caminhos que ligavam São João Del Rey Vila Boa de Goiás – a picada de Goiás. Ela cortava a Comarca do rio das Mortes, o alto do Rio São Francisco, Serra da Canastra e adentrava no atual Triângulo Mineiro para sair no sul de Goiás. Como mencionado na

documentação da época parte desse sertão era denominado de Campo Grande e seus primeiros povoados foram Piumhi e Bambuí, no alto rio São Francisco (MANO, 2015, p.524).

Ainda segundo ele, já existia alguns quilombos na região antes da chegada dos colonizadores e que há indícios de que os negros fugidos do sistema escravista eram auxiliados pelos índios Cayapós na luta contra os ocupantes:

Os “calhambolas” e as “nasções silvestres”, dentre as quais os “Cayapó”, estavam, pois, habitando os mesmos espaços e atacando nos mesmos locais e, segundo outros indícios, pareciam estar também se auxiliando mutuamente. Há relatos de que em 1774, em um ataque dos “Cayapó”, eles “invadiram o distrito (...), mataram um negro, roubaram ferramentas e possibilitaram a fuga de escravos”. Mas além de ajudarem na fuga, há ainda indícios de que os “gentios” ajudavam os negros fugidos em suas defesas. Em 11/07/1760 Jozé Antonio F. e Andrada relata ao conde de Bobadela três partidas do capitão do mato em busca de quilombos. Nas duas primeiras os quilombos são atacados e neles são feitos prisioneiros. Porém, a terceira, não consegue atingir seu alvo, pois é repelida por um contra ataque fulminante (MANO, 2015, p.538).

Mano (2015, p. 525) cita que em decorrência da crise aurífera das minas muitos negros migraram para o interior formando quilombos, eles eram chamados de “calhambolas”.

Na obra intitulada: “As Histórias de Uberlândia”, Pereira (2001) aborda diversos assuntos relacionados a história do Triângulo Mineiro desde a chegada dos primeiros colonos que desbravaram essas terras, nela há um capítulo denominado: “A Presença Humana no Triângulo: Os Negros”. O memorialista narra histórias que sugerem a presença de negros quilombolas na região conhecida como Sertão da Faria Podre, e como em muitos escritos memorialistas, a narrativa buscava sempre reforçar o papel social de cada grupo de indivíduos, e os negros dos quilombos eram vistos como subversivos:

Aqui em nossa região, vários grupos se acotaram entre os rios Grande e Paranaíba. Os pontos principais de seu estabelecimento, entretanto, eram as cabeceiras dos rios São Francisco, Paranaíba, Abaeté, Quebra Anzol e das Velhas. Escondiam-se também nas lombadas das serras da Canastra, Mata das Cordas, Samambaia e outras. O principal desses núcleos foi o Tengo-Tengo cuja lenda é a do padre Caturra. O seu chefe era um rei, o Ambrósio. O Tengo-Tengo tinha a sua sede na região compreendida entre Ibiá e São Gotardo. Esses quilombos grandes geralmente tinham outros sub-núcleos próximos. Os quilombolas, além dos prejuízos que causavam, ainda eram um constante perigo para os viajantes assaltando caravanas, tanto as que

iam para Goiás pela picada que atravessava o futuro Estado de Minas de lado a lado, quanto as que seguiam pela estrada do Anhanguera que atravessava o Triângulo (SILVA, 2001, p.96).

Pereira (2001, p.96) narra no texto que a partir de 1741 as autoridades políticas mineiras contratavam mercenários para destruir os quilombos existentes na região destacando a atuação do bandeirante Bartolomeu Bueno do Prado: consumada a carnificina Bueno foi autorizado a destruir outros quilombos na parte baixa do rio Sacupáí.

Outra obra que trata da história da região e de Uberlândia foi escrita por Oscar Virgílio Pereira em 2010 intitulada: “Das Sesmarias ao Polo Urbano: Formação e Transformação de uma Cidade”. Na respectiva obra, o bacharel em direito dedicou o capítulo VI: “Aspectos Locais da Escravidão” que trata diversos aspectos do sistema escravagista.

Tal foi o fundamento da escravidão: os escravos se integravam ao processo de produção, obrigados a trabalhar de graça, apenas em troca do sustento que lhes refizesse as energias gastas, a serem novamente exauridas em ciclos imutáveis dia após dia. Assim se amortizava o investimento inicial do custo do escravo, através da acumulação do valor de seu trabalho, até que começasse a ocorrer o lucro. E o braço do negro gerou riquezas que se multiplicaram. Os municípios do Triângulo que mais cresceram e progrediram foram exatamente aqueles para onde foram trazidos mais negros e, conseqüentemente, onde houve mais trabalho escravo. O desenvolvimento de qualquer município da região foi diretamente proporcional ao alicerce econômico que seus negros escravos construíram (PEREIRA,2010, p.116).

Vemos que Pereira (2010) denunciou a exploração da mão de obra dos trabalhadores negros durante o sistema escravagista sob o qual desenvolveu o progresso das cidades e da região. Ainda, segundo ele:

Das crueldades usuais contra os escravos pouco se registrou; como que envergonhados, seus autores procuraram lançá-las ao esquecimento. As gerações seguintes dos senhores, que não tinham naqueles fatos motivo de orgulho, evitaram comentários e recordações. Assim, das barbaridades, dos castigos, dos suicídios provocados por maus tratos, dos atos de revolta e insubmissão, ou mesmo de atos de nobreza e humanidade, de tudo isso pouca lembrança restou (PEREIRA,2010, p.117).

No que diz respeito à alfabetização dos escravos em Minas Gerais no final do século XIX, “o censo de 1872 apontou 370.314 escravos em Minas Gerais; destes, apenas 145 eram alfabetizados.

No artigo intitulado: “A Fabricação da Liberdade: Alforrias e Abolição da Escravidão no Triângulo Mineiro 1821-1888”, Ribeiro Junior (2007) realizou pesquisa sobre as cartas de liberdade obtidas por ex-escravos em cartório do município de Uberaba na época em que o regime escravista estava vigente.

Ribeiro Junior (2017,p.282) cita que Uberaba influenciava outras freguesias como São Pedro do Uberabinha, Nossa Senhora do Carmo de Frutal e que em 1872 havia população de 19.978 pessoas sendo 3.302 escravos (menos de 20% do total).

A partir da análise de 377 cartas de liberdade distribuídas entre 1812 e 1888, o historiador tratou da atuação dos negros e negras na luta pelas liberdades individuais e coletivas.

Quanto aos períodos seguintes, 1871 a 1880, e os últimos oito anos da escravidão, 1881 a 1888, eles apresentam significativas evidências de uma sintonia dos proprietários de escravos da cidade de Uberaba e da região do Triângulo Mineiro em relação ao avanço nacional da campanha abolicionista e a todo o debate travado em torno da questão da mão-de-obra escrava e livre, entre os proprietários de terra, mas também aos acontecimentos dando conta das indisciplinas e do descontrole sobre os escravos em regiões próximas, especialmente no chamado Oeste Novo Paulista. Neste sentido, o aumento das alforrias poderia representar uma tentativa por parte dos proprietários locais de resolver no mesmo ato a questão do suprimento de mão-de-obra e controle social (RIBEIRO JUNIOR,2007, p.283).

Segundo Ribeiro Junior (2017) a alforriamento podia ser concedido de três formas: através do condicionamento (a obtenção da carta de alforria poderia ser concedida com o parcelamento do pagamento ou prestação de serviço por um tempo determinado), em dinheiro ou sem ônus.

Quadro 4 - Modalidades predominantes de obtenção de alforria

DECÊNIO	CONDICIONANTES	DINHEIRO	SEM ÔNUS
1831/40	50%	30%	20%
1841/50	29%	33%	38%
1851/60	29%	25%	46%
1861/70	35%	18%	47%
1881/88	20%	25%	55%

FONTE: História & Perspectivas, Uberlândia (36-37), 281-309, jan.dez.2007,p. 284.

Havia certa dúvida no que diz respeito como alguns escravos conseguiam reunir pecúlio (dinheiro) para comprar suas cartas de alforria. Ainda de acordo com Ribeiro Junior (2017) de certa forma os escravos aproveitavam o tempo livre e usavam de negociações para obter os recursos.

O pesquisador destaca que no decênio 1851/60 Uberaba estava passando por crise econômica e alguns moradores de Uberaba migraram para regiões mais ao sul de Minas Gerais em busca de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho e que a alforria sem ônus concedida teria aumentado em razão dos senhores abdicar da responsabilidade de tratar e manter os cativos.

Se considerarmos os dados apresentados até aqui, principalmente aqueles que correspondem aos últimos dezoito anos da escravidão, notaremos que o número de cartas de liberdade aumentava significativamente, ao mesmo tempo em que as condições impostas para que se desse a liberdade também eram alteradas. Havia um conflito explícito entre senhores e escravos. As maneiras como esse conflito emergiu foram as mais variadas possíveis e com inúmeras motivações. Assassinatos, espancamentos, interpelações judiciais, negociações entre as partes envolvidas, deram a tônica a esses momentos decisivos. O modo como as soluções para esses conflitos eram encaminhadas representava uma atualização da dominação senhorial e, ao mesmo tempo, abria a possibilidade aos negros escravizados, libertos e livres desconstrução de traços de identidade, que se apresentavam a partir dos laços de solidariedade, expressos entre familiares, parentes, amigos, agregados, etc. (HALL, 1998, p. 30 *apud* RIBEIRO JUNIOR, 2007, p.287).

Fica evidente no texto o clima de tensão entre escravos e senhores durante o regime escravista na região do Triângulo Mineiro, no caso, mais especificamente em Uberaba e nas freguesias de sua jurisdição.

Podemos inferir que nas relações interpessoais havia sempre uma relação de dominação por parte do senhor sobre o dominado (escravo), além disso, o processo de desumanização a que foi social e injustamente imposto ao escravo (sendo tratado como mercadoria passível de compra e venda) foi uma violação clara dos direitos humanos declarados em 1789 pela Revolução Francesa.

Outro dado importante para compreender as relações sociais no Triângulo Mineiro foi, segundo Dantas (2017), a importância do processo de expansão da interiorização salientando a contribuição da ferrovia com o objetivo de escoar a produção de café:

A ferrovia chegou ao Triângulo Mineiro pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, nascida em 1872, por iniciativa de um grupo de

fazendeiros paulistas, para escoar a produção cafeeira. Inicialmente na província de São Paulo, a Companhia recebeu concessão para expandir seus trilhos por Minas Gerais e Goiás. Em 1889, os trilhos ferroviários foram inaugurados em Uberaba, seis anos depois em Uberabinha e, no ano seguinte, em Araguari. A concessão permitia chegar a Catalão, no sudoeste goiano; o que não se concretizou. Araguari, então, tornou-se o ponto final da ferrovia (DANTAS, 2017, p. 214)

O desenvolvimento econômico da região do Triângulo Mineiro no século XIX e início do século XX contribuíram significativamente para o processo de urbanização das principais cidades; ao passo que em 1888 São Pedro de Uberabinha (atual Uberlândia) foi elevada à condição de município, desvinculando-se administrativa e institucionalmente da jurisdição de Uberaba.

Em 1865, o lugar ainda possuía “feitio de aldeia” e convivia com os sérios conflitos entre grupos políticos, os liberais e os conservadores, que se alternavam como autoridades distritais. A despeito disso, é provável que os primeiros melhoramentos tenham sido iniciados no período em foco, dotando-a de “ares de cidade”, na expressão do memorialista Pezzuti. Segundo ele, entre a década de 60 e 90, do século XIX, o afluxo de novos habitantes, com novas ideias, novos propósitos e a conseqüente necessidade de aumento do número de construções, expansão do sítio e das vias de circulação e providência dos meios de subsistência transformaram a vida da maioria dos habitantes e conferiram-lhes um aspecto diferenciado. A melhoria do aspecto que ia se definindo como urbano e o atendimento de reivindicações somaram esforços para o propósito de emancipação da freguesia em cidade. Por fim, o afã de elevar a freguesia à condição de cidade não representou um projeto inédito e exclusivo de São Pedro de Uberabinha. No mesmo ano de emancipação da cidade – 1888 – na Assembleia Legislativa Provincial, tramitavam treze requerimentos de vilas mineiras pleiteando o reconhecimento como município autônomo. Em um contexto mais amplo, as transformações vigentes no país, como a abolição da escravidão e o movimento republicano, ressoaram em várias partes do território, contribuindo com as aspirações por autonomia local (DANTAS, 2017, p.221).

Nas primeiras décadas no século XX Uberlândia passou por intenso processo de urbanização e progresso com a instalação da ferrovia fomentando o comércio, a agricultura e a pecuária, entretanto de acordo com Dantas (2017) nem todos os grupos sociais da população usufruíram deste progresso:

Como o espaço urbano estava segregado, havia duas regiões em que se concentrava a população pobre; nos arrabaldes, abaixo da Rua da Chapada, acima do córrego Cajubá, área em que também estavam reclusos os doentes e leprosos; e no Patrimônio, habitado principalmente pela população negra. Nesses locais, a falta de

infraestrutura era flagrante e as vantagens da modernidade não chegavam. Os trabalhadores que residiam nessas regiões se dedicavam a diversos ofícios como a venda de latas de água, trabalhos domésticos, criação de animais e outros. Do outro lado, na zona urbana ou central, o urbano na concepção de asseado e confortável ia sendo construído e inúmeros procedimentos utilizados para efetivar a construção (DANTAS, 2017, p.222).

Os discursos socialmente produzidos e difundidos pela historiografia regional elencando a ideologia do desenvolvimento social, do progresso, da modernidade, da inovação como atributos de Uberlândia são questionáveis. No período analisado verificamos que o município aumentou consideravelmente a população com a presença dos migrantes que compravam a ideia de uma vida melhor. Massas de trabalhadores lutavam pela sobrevivência em uma cidade extremamente concentradora de renda; as desigualdades e injustiças sociais marcaram a vida dos mais humildes socialmente. Carmo (2000) realizou um ótimo trabalho mostrando as difíceis condições de trabalho e salário dos negros que tiveram de enfrentar muitos desafios ao longo da vida.

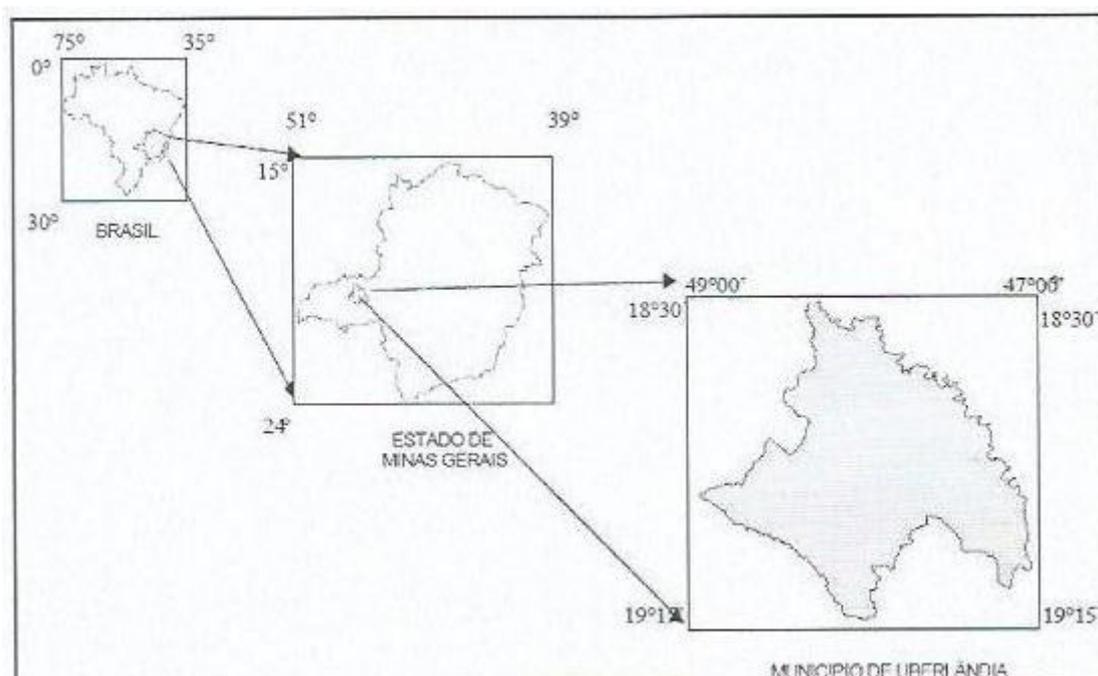
A intensa urbanização do município de Uberlândia em razão da migração contribuiu para a falta de moradias para os trabalhadores despossuídos. Além disso, falhas associadas a falta de planejamento de ocupação do solo desencadearam a luta pela terra, problema social que aflige os trabalhadores:

Os anos 1950 foram de crescimento econômico e social em Uberlândia. Após quatro décadas da elaboração do primeiro plano urbanístico municipal, foi encomendado um novo projeto a uma equipe belorizontina, cujo coordenador era o Sr. Otávio Roscoe. O foco do novo plano era a remodelação do espaço urbano. As propostas abrangiam questões de tráfego, urbanização, zoneamento e arborização, entretanto, não foram previstas iniciativas relativas ao parcelamento do solo e à produção de novas moradias. A ausência dessa preocupação trouxe problemas para Uberlândia que sofreu um grande aumento populacional nos anos subsequentes. A construção de Brasília marcou a cidade (PMU,2010, p.20).

O desenvolvimento econômico de Uberlândia entre 1950-1970 exigia cada vez mais a escolarização da população. A divisão de classes também era vista no campo educacional. Enquanto os filhos dos trabalhadores eram minimamente alfabetizados e preparados para ocupar os postos de trabalho subalternos caracterizados por baixos salários e difíceis condições de trabalho, os filhos das elites eram educados para formação superior com a perspectiva de ocupar cargos de melhor remuneração e condições de trabalho.

A construção de Brasília marcou a cidade de Uberlândia nas décadas de 1950 e 60. Ao transferir a capital para o Planalto Central, Juscelino Kubistchek direcionou o crescimento e a expansão do país para o oeste. Se os focos de desenvolvimento do país estavam concentrados nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, o caminho mais acessível de qualquer desses lugares para Brasília teria que, necessariamente, passar por Uberlândia. Assim a vocação comerciante da antiga Uberabinha observada por Bosi é ainda mais intensificada e a cidade torna-se realmente um entreposto entre o velho pólo produtor e o novo mercado consumidor. Além disso, a produção agropecuária do município também cresce para atender a população crescente do Planalto e com esse aumento, chega a industrialização para somar-se mais ao processo desenvolvimentista (PMU,2010, p.20).

Mapa 1: Localização do município de Uberlândia.



Fonte: Brito; Prudente (2005) In Santos; Silva 2010; Oliveira (2011, p.53).

No próximo capítulo apresentaremos dados estatísticos que delineiam diversos aspectos da sociedade brasileira a partir da segunda metade do século XX com base nos dados de alguns indicadores sociais apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no período pesquisado 1950-1970.

CAPÍTULO 2

ESCOLARIZAÇÃO DOS NEGROS NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA: RESISTÊNCIAS

Percebe-se que educar é uma atividade complexa, que envolve crenças e valores difíceis de serem elucidados via esclarecimento ou pelo auto esclarecimento. É neste aspecto que o enfrentamento do preconceito, no âmbito das práticas sociais e, mais especificamente no âmbito escolar, torna-se uma questão desafiadora, visto que o preconceito é fruto de processos de socialização, dos conflitos entre interesses sociais diversos articulados à estrutura psíquica dos indivíduos (SILVA,2005, p.128).

Na primeira parte deste capítulo apresentamos dados estatísticos que delineiam diversos aspectos da sociedade brasileira a partir da segunda metade do século XX com base nas minuciosas informações levantadas pelo IBGE no período pesquisado 1950-1970 da população em geral e também da população de cor. Outros indicadores sociais como: taxa de alfabetização e taxa de analfabetismo, demografia populacional, população presente, população urbana e rural, instrução da população, número de pessoas com dez anos e mais formadas em pelo menos uma das etapas da educação, população do município de Uberlândia entre 1940-1950 e distribuição da população urbana e rural de Uberlândia de 1940 a 1970 também serão apresentados já que são relevantes para analisarmos o contexto histórico social de época com a finalidade de verificar dados referentes ao processo educacional no país. Na segunda parte apresentamos os caminhos da escolarização dos negros em Uberlândia e região; neste tópico os (as) entrevistados (as) falam de suas experiências no que diz respeito ao processo de escolarização e vivências do cotidiano familiar. No último tópico abordaremos alguns depoimentos de trabalhadores rurais que viveram no campo e lutavam pela escolarização.

Minas Gerais atualmente é um dos estados brasileiros de maior população negra e parda do país. Segundo Mello (2011) pela primeira vez na história a população negra superou a população branca em Minas Gerais. “De acordo com o censo, 9,2% da população é preta e 44,3% parda. Há dez anos, os brancos eram 53% e os negros 45,4% (37,6% pardos e 7,8% pretos)” no censo de 2010.

De acordo com a Luciene Longo, representante do IBGE:

Minas Gerais está acompanhando o aumento da população preta e parda verificada em todo o Brasil. A explicação para isso é o aumento da miscigenação e a diminuição do preconceito, que faz com que as pessoas não tenham vergonha de se autodeclarar negras (LONGO, 2011,p.1).

A miscigenação étnica é um dos fatores que estão relacionados com o aumento da população parda em Minas Gerais; segundo a reportagem, o número de autodeclarantes pardos em dez anos aumentou de 37,6% para 44,3%. Os autodeclarantes negros também aumentaram de 7,8% para 9,2%.

2.1 Estatísticas educacionais no Brasil e em Uberlândia

Com o objetivo de melhor compreender a população negra na sociedade brasileira buscamos no IBGE, dados estatísticos da população brasileira em geral, a partir da segunda metade do século XX, consultando a publicação “Tendências Demográficas no Período de 1950-2000” na qual aponta as seguintes informações:

Em meio século de observação, ou seja, entre os anos de 1950 e 2000, a população do Brasil passou de 51,9 milhões para 169,8 milhões de pessoas, a esperança de vida aumentou de 43,3 para 70,4 anos; a taxa de fecundidade total reduziu em mais da metade; baixando de 6,2 para 2,4 filhos por mulher; e a taxa média geométrica de crescimento anual diminuiu de 2,99% para 1,64% ao ano. O início da segunda metade do Século XX caracterizou-se pelo declínio das taxas de mortalidade, por redução de doenças infecciosas e parasitárias devido ao surgimento dos antibióticos, e como resultado dos avanços obtidos na área do atendimento à saúde. Um outro fator que pode ser acrescido consiste na melhoria dos sistemas de saneamento básico, principalmente dos grandes centros urbanos. As taxas de natalidade permaneceram ainda elevadas, o que justificou as altas taxas de crescimento nos períodos de 1950/1960 e de 1960/1970. O processo de redução das taxas de natalidade tem início na segunda metade da década de 1960, com a introdução no País dos métodos anticonceptivos orais. Com isso, as taxas de crescimento da população começam a experimentar paulatinas reduções, uma vez que a mortalidade continua em sua trajetória declinante aliada às quedas sucessivas das taxas de fecundidade (IBGE, 2010, p.1).

As transformações sociais no país de 1950 a 1970 foram intensificadas com a implantação de políticas desenvolvimentistas alicerçadas principalmente pela indústria de base no eixo das principais cidades: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte herança da era varguista.

Havia necessidade de criar infraestrutura mínima de transportes para que a integração das regiões litorâneas com o interior fosse melhorada. A construção de Brasília impulsionou a ocupação dos territórios principalmente com a criação de rodovias, estimulando a economia do Triângulo Mineiro, por exemplo. Com a intensificação da urbanização ocorre busca por melhorias na qualidade de vida por parte das populações migrantes que saiam da zona rural para as cidades em busca de serviços públicos, especialmente no campo da saúde e da educação.

No que trata da elaboração da pesquisa realizada pelo IBGE no quesito cor ou raça, tem-se a seguinte informação:

A investigação da Cor ou Raça nos censos do Brasil data desde o primeiro levantamento censitário realizado no País, em 1872, ainda no tempo da escravidão. No Censo Demográfico realizado em 1872, o recenseado livre podia se autoclassificar dentre as opções: branco; preto; pardo; ou caboclo, e era de sua competência a classificação dos seus escravos entre duas categorias: pretos e pardos. Nos Censos de 1900 e 1920 a informação não foi objeto de pesquisa, sendo reintroduzida no Censo Demográfico 1940, com a inclusão da categoria amarela, em função da forte imigração japonesa para o País, posteriormente, investigada em 1950 e 1960. No censo seguinte, 1970, o quesito não foi investigado, e, no Censo Demográfico 1980, foi novamente reintroduzido ainda com as quatro categorias: branco; preto; amarelo; e pardo. A classificação utilizada pelo IBGE, no Censo Demográfico 1991, incorporou uma nova categoria “indígena” que nos censos anteriores era classificada dentro da categoria “parda”. Portanto, as categorias investigadas foram nesta ordem: branca; preta; amarela; parda; e indígena e, para o Censo Demográfico 2000, o IBGE manteve a mesma classificação utilizada no Censo de 1991. Pelas declarações fornecidas pela população do País, 53,7% consideram-se brancos; 6,2% pretos; 0,4% amarelos; 38,5% pardos; e 0,4% indígenas, segundo a ordem de opções apresentadas no questionário. A população branca constituiu maioria nas Regiões Sudeste e Sul do País, destacando-se 83,6% na Região Sul, cujo processo de colonização teve como alicerce uma imigração predominantemente européia. Em contrapartida, a população parda foi maioria nas Regiões Norte (64,0%) e Nordeste (58,0%). Já a Região Centro Oeste apresentou um equilíbrio entre as proporções de brancos e o conjunto de pretos e pardos. As características diferenciais da composição da cor ou raça nas Unidades da Federação revelaram que a proporção de pessoas de cor branca atingiu maior percentual em Santa Catarina (89,3%), ficando o Estado da Bahia com a maior enumeração das pessoas que se declaram pretas e pardas. O Censo Demográfico 2000 revelou uma proporção menor de pessoas que se declararam pardas (38,5 %) em relação ao Censo Demográfico 1991 (42,4%), isto ocorreu em praticamente todas as regiões brasileiras, com exceção da Região Sudeste, cujos percentuais mantiveram-se no mesmo patamar. A proporção de pessoas que se declararam como de cor preta, em 1991, foi inferior àquela observada em 2000. Portanto, no confronto dos resultados censitários de 1991 e 2000, diminuiu a

proporção de pardos e aumentou a correspondente aos pretos, o que pode ser um indicativo de mudança nos padrões de identificação e de autoclassificação (IBGE, 2000, p.16).

Por meio dessa citação é possível reafirmar que o percentual de pretos e pardos tem aumentado em função de dois fatores: miscigenação e mudanças no padrão de autoclassificação.

No que diz respeito à educação, é possível inferir de acordo com os dados apresentados na mesma análise que o número de analfabetos vem diminuindo desde 1950:

Quadro 5 – Taxa de alfabetização e analfabetismo no Brasil (15 anos ou mais)

ANO	Taxa de Alfabetização	Taxa de Analfabetismo
1950	49,4	50,6
1960	60,3	39,7
1970	66,2	33,8
1980	74,5	25,5
1991	79,9	20,1
2000	86,4	13,6

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1950-2000, p.24.

Analisando o quadro acima no que se refere ao indicador alfabetização das pessoas de quinze anos ou mais de idade é possível inferir que entre os anos de 1950 e 1960 a taxa de alfabetização aumentou em 22,06%; entre os anos de 1960 e 1970 em 9,78%; entre os anos de 1970 e 1980 em 12,53%; entre os anos de 1991 e 1980 em 7,24% e entre o ano 1991 e 2000 em 8,13%. É possível, ainda inferir que entre os anos de 1950 e 1960 o analfabetismo diminuiu 27,45%; entre os anos de 1960 e 1970 o mesmo diminuiu 17,45%; entre os anos de 1970 e 1980 diminuiu 32,54%; entre os anos de 1991 e 1980 diminuiu 26,86% e entre o ano 1991 e 2000 diminuiu 47,79%.

Pelo exposto na análise referente ao indicador alfabetização verifica-se que ela foi maior no período nas décadas de 1950 e 1960, recorte de nossa pesquisa, ao passo que ela foi menor entre o período 1991 e 1980. Em relação ao indicador analfabetismo verifica-se que sua redução foi maior no período entre 1991 e 2000 ao passo que ela foi menor entre o período entre 1960 e 1970.

Conclui-se que no período 1950-1960 tivemos significativo aumento da alfabetização; entre 1960-1970 a redução do analfabetismo foi modesta.

Um dos indicadores que permite identificar o nível educacional de uma população consiste na taxa de alfabetização/analfabetismo. No caso brasileiro, a alfabetização vem sendo investigada pelos Censos Demográficos de forma padronizada desde 1950. Portanto, a tendência observada para as pessoas de 15 anos ou mais de idade foi a superação das proporções de alfabetizados sobre os analfabetos na década de 1950, e a partir daí o crescimento das pessoas alfabetizadas no País foi contínuo, alcançando 86,4% contra 13,6% de analfabetos em 2000. O nível de alfabetização da população do Brasil e das Grandes Regiões permaneceu em ascensão, entretanto ainda não pode ser considerado o ideal, embora a evolução tenha sido intensa nas últimas décadas. Em 1970, por exemplo, a taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade do Estado de Alagoas era 38,9% e a da Região Nordeste ainda não tinha atingido a 50,0%. Em 2000, mais de 73% das pessoas de 15 anos ou mais de idade da Região Nordeste já estavam alfabetizadas (IBGE,2010, p.24).

Como estamos pesquisando a história da educação dos negros entre as décadas de 1950 e 1970 encontramos dados referentes à estatística do período em publicações do recenseamento geral do IBGE no período destacado.

Quadro 6 – Demografia populacional – declaração de cor (1950-1970)

DADOS	1950	%	1960	%	1970	%
Homens	25.855.001	49,72	35.059.546	49,94	45.754.659	49,54
Mulheres	26.059.396	50,28	35.131.824	50,06	46.586.897	50,46
Branco	32.027.661	61,59	42.838.639	61,03	(-)	(-)
Pretos	5.692.657	10,94	6.116.848	8,71	(-)	(-)
Amarelos	329.082	0,60	482.848	0,68	(-)	(-)
Pardos	13.786.742	26,51	20.706.431	29,49	(-)	(-)
Sem declaração de cor	108.255	0,20	46.604	0,06	(-)	(-)
TOTAIS	51.994.397	100	70.191.370	100	92.341.56	100

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral de 1950 a 1970,p.1.

Em 1960 a população brasileira passou para 70.191.370 pessoas, um aumento 18.196.973 pessoas o que equivale a porcentagem de 34,99% em relação ao ano de 1950. Observa-se também que em 1960 as mulheres superam os homens em 72.278, um número menor do que os 204.395 de 1950. Ainda de acordo com a tabela, a população brasileira presente em 1970 é de 92.341.556 pessoas. No período de 1960 a 1970 verifica-se um aumento de 22.150.186 pessoas o que equivale a 31,55% em relação ao ano de 1960.

No quesito cor verificamos que em 1950 os que se autodeclararam brancos corresponde a 61,59%; negros 10,94% e pardos 26,51%. Somando os que

autodeclararam da cor negra e parda tem-se 19.479.399 pessoas, que corresponde à porcentagem de 37,46% sobre a população total do mesmo ano.

Em relação ao ano de 1960, as porcentagens das pessoas que se autodeclararam brancas é de 61,03%; já a população dos negros corresponde à porcentagem de 8,71%; a dos pardos 29,49%. Somando os que autodeclararam da cor negra e parda tem-se 26.823.279 pessoas que corresponde à porcentagem de 38,21% sobre a população total do mesmo ano.

Se compararmos as porcentagens dos dados de 1960 com os dados de 1950 verificamos que as pessoas que se autodeclararam brancas permaneceu estável (61,59% em 1950 contra 61,03% em 1960); os que se autodeclararam negros em 1950 era de 10,94% caiu para 8,71% em 1960 e a dos pardos subiu de 26,51% em 1950 para 29,49% em 1960.²²

Considerando o somatório dos que se autodeclararam negros e pardos tem-se que em 1950 havia 19.479.399 pessoas com porcentagem equivalente a 37,46% da população total do mesmo ano. Em 1960 o número dos que se autodeclararam negros e pardos é de 26.823.279 pessoas com porcentagem equivalente a 38,21% da população total. Comparando os dados no período entre 1950 e 1960 salientamos que houve um aumento de 7.343.880 autodeclarantes de matriz afrodescendente (negros e pardos).

Quadro 7 - População urbana e rural no Brasil (1950-1970)

POPULAÇÃO	1950	%	1960	%	1970	%
Urbana	18.782.691	36,12	31.533.681	44,92	52.084.984	56,40
Rural	33.161.706	63,88	38.657.689	55,08	41.054.053	43,60

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral de 1950 a 1970, p.4.

Em 1950 a população urbana no Brasil era de 18.782.691 pessoas segundo o censo demográfico realizado pelo IBGE e a população rural era de 33.161.706 pessoas como pode ser observado no quadro acima.

Segundo dados apresentados no referido quadro, pode-se afirmar que a população rural no Brasil em 1950 superou a população urbana em 14.379.015 pessoas o que equivale à porcentagem de 27,65% sobre a população total do mesmo ano.

Ainda, de acordo com os dados do quadro acima, a população urbana em 1960 era de 31.533.681 e a rural no mesmo período foi de 38.657.689 pessoas. É possível

²² Em 1970 o IBGE não mensurou a população de cor como nos anos de 1950 e 1960 impossibilitando a análise dos dados.

verificar que a população urbana aumentou 12.750.990 pessoas e a população rural aumentou de 5.495.983 pessoas em comparação com 1950. Em 1960 a população urbana permaneceu menor do que a população rural em 7.124.008 pessoas que em termos de porcentagem equivale a 10,14% da população total.

Em 1970 a população urbana era de 52.084.984 e a rural 41.054.053 pessoas. Em relação a 1960 observa-se que a população urbana aumentou 20.551.303 pessoas ao passo que a população rural aumentou de 23.963.640 pessoas considerando o crescimento populacional.

Em 1970 verifica-se que a população urbana superou pela primeira vez a população rural em 11.030.931 pessoas com porcentagem equivalente a 26,86%. De acordo com esses dados podemos inferir que esteja ocorrendo o fenômeno do êxodo rural que é a migração das populações rurais para as cidades; tal fenômeno certamente está relacionado com a urbanização e o crescimento das grandes cidades que podem oferecer melhores condições de vida e acesso aos serviços públicos básicos como saúde, educação ou mesmo melhores oportunidades de trabalho.

Quadro 8 - Instrução da população de 15 anos e mais (1950-1970)

DADOS	1950	%	1960	%	1970	%
Sabem ler e escrever	14.916.779	28,68	31.362.783	44,68	47.864.531	51,83
Não sabem ler e escrever	15.272.632	29,37	25.578.971	27,70	30.718.597	33,26
Sem declaração de instrução	60.012	0,1	(-)	(-)	744.103	0,80

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral de 1950 a 1970, p.2.

Segundo os dados do quadro acima, tem-se que em 1950 a população de pessoas de 15 anos e mais que sabiam ler e escrever seria de 14.916.779 (ou 28,68% da população total) ao passo que a população das pessoas que não sabiam ler e escrever era de 15.272.632 (ou 29,37% da população total).

Em relação ao ano de 1960 o número de pessoas que sabiam ler e escrever era de 31.362.783 (ou 44,68% da população total) e os que não sabiam ler e escrever era de 25.578.971 pessoas (ou 27,70% da população total).

Já em 1970 o número de pessoas que sabiam ler e escrever era de 47.864.531 (ou 51,83% da população total) e os que não sabiam ler e escrever era de 30.718.597 (ou 33,26% da população total).

Em 1950 os dados da tabela acima referem-se a população de pessoas de 15 anos e mais. Verificamos que no respectivo ano o número de alfabetizados era menor do que o número de analfabetos em 355.853 o que equivale a porcentagem de 0,68% em relação à população total.

Analisando o período de 1960 verificamos que o número de alfabetizados superou pela primeira vez o número de analfabetos em 5.783.812 pessoas o que equivale à porcentagem de 8,24% em relação à população total. Salientamos que os dados referem à população de 5 anos ou mais.

Verificamos que em 1970 o número de pessoas alfabetizadas superou em 17.145.934 pessoas o número de analfabetos o que equivale à porcentagem de 18,56% em relação à população total. Destacamos que os dados referem-se à instrução de pessoas de 5 anos e mais.

Se compararmos as porcentagens a respeito da instrução da população entre os anos de 1950 e 1970, inferimos que houve aumento de 80,71% no número de pessoas alfabetizadas ao passo que o número de analfabetos aumentou 13,24%.

Analisando o contexto histórico social do período estabelecido (1950-1970), salientamos que as políticas públicas educacionais nacionais sofreram modificações. A partir da redemocratização do país em 1946 com o fim do Estado Novo, o Ensino Primário passou a ser obrigatório e gratuito. Com essa política o governo federal esperava que a população fosse alfabetizada. Conforme os dados referentes número de matrículas no Ensino Primário, Secundário e Superior que citamos no quadro 2²³, verificamos que o período que vai de 1956 a 1960 houve aumento contínuo no número de estudantes matriculados em todos os níveis educacionais. Com o Golpe civil-militar²⁴ de 1964 a educação foi reformulada com base nos princípios do liberalismo e no ensino profissionalizante.

²³ Vide p.46.

²⁴ Com o regime iniciado em 1964, houve um aumento do autoritarismo, marcado na área da Educação com o banimento de organizações estudantis como a União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1967, consideradas "subversivas". Em 1969, foi tornado obrigatório o ensino de Educação Moral e Cívica em todos os graus de ensino sendo que, no ensino secundário, a denominação mudava para Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Em 1964, no contexto da Guerra Fria, foram assinados os acordos MEC–Usaid, entre o Ministério da Educação e a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos, através dos quais foram introduzidas algumas mudanças de caráter tecnicista. Em 1968, a LDB passaria por mudanças significativas, com base em diretrizes do Relatório Atcon (de Rudolph Atcon) e do Relatório Meira Mattos (coronel da Escola Superior de Guerra). O Movimento Brasileiro de Alfabetização foi criado em 1967, objetivando diminuir os níveis de analfabetismo entre os adultos. (WIKIPÉDIA;2019,p.1).

Em termos de proporção, consultando o quadro 8²⁵ referente à instrução da população de 15 anos ou mais, verificamos que o número de pessoas que sabiam ler e escrever no período de 1950 a 1960 foi maior do que no período entre 1960 e 1970.

Quadro 9 - Número de pessoas de 10 anos e mais com nível escolar completo (1950-1970)

DADOS	1950	%	1960	%	1970	%
População total	6.542.679	12,58	12.430.931	17,71	20.480.659	22,17%
Homens	3.347.638	51,16	6.323.875	50,87	(-)	(-)
Mulheres	3.195.043	48,83	6.107.056	49,12	(-)	(-)
Grau elementar	5.388.695	82,36	10.073.548	81,03	14.784.258	72,18
Grau médio	987.148	15,08	2.047.538	16,47	5.154.922	25,16
Grau superior	158.070	2,41	287.954	2,30	541.348	2,64
Sem declaração de grau	8.766	0,13	(-)	(-)	131	0

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral de 1950 a 1970, p.24.

De acordo com os dados do quadro acima, o número de pessoas de 10 anos e mais que conseguiram concluir nível escolar completo em 1950 foi de 6.542.679 pessoas equivalente à porcentagem de 12,58% em relação à população total no referido ano.

Em 1960 o número de concluintes foi de 12.430.931 pessoas cuja porcentagem equivale a 17,71% em relação à população total.

Em 1970 o número de concluintes foi de 20.480.659 pessoas com porcentagem equivalente a 22,17% da população total considerando o crescimento populacional.

No período entre 1950 e 1960 o número de formados no grau elementar aumentou de 5.388.695 para 10.073.548 de pessoas ao passo que as porcentagens referentes a essa etapa de ensino de 82,36% e 81,03% tenham se mantido estáveis.

No período entre 1960 e 1970 o número de formados no grau elementar aumentou de 10.073.548 de pessoas para 14.784.258 embora a porcentagem de formados tenha diminuído de 81,03% para 72,18%.

No período entre 1950 e 1960 o número de formados no grau médio aumentou de 987.148 para 2.047.538 de pessoas ao passo que as porcentagens referentes a essa etapa de ensino de 15,08% e 16,47% tenham se mantido estáveis.

²⁵ Vide p.67.

No período entre 1960 e 1970 o número de formados no grau médio aumentou de 2.047.538 de pessoas para 5.154.922 pessoas. A porcentagem de formados passou de 16,47% (1960) para 25,16% (1970) que aumentou 52,76%.

No período entre 1950 e 1960 o número de formados no grau superior aumentou de 158.070 para 287.954 de pessoas ao passo que as porcentagens referentes a essa etapa de ensino de 2,41% e 2,3% tenham se mantido estáveis.

No período entre 1960 e 1970 o número de formados no grau superior aumentou de 253.394 de pessoas passando para 541.348 formandos em 1970.

Quadro 10 - Pessoas presentes de 10 anos e mais que possuem curso completo segundo a cor (1950)

	Branco	Pretos	Pardos	Amarelos	Sem declaração de cor
População Total	5. 613.729	236.213	596.635	84.397	11.705
Grau elementar	4. 523.535	228.890	551.410	74.652	10. 208
Grau médio	928.905	6.794	41.410	8.744	1.295
Grau superior	152. 934	448	3.568	924	196
Sem declaração de grau	8.355	81	247	77	6

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral de 1950, p.24.

Podemos verificar que a população de brancos que possuem curso completo foi de 5.613.729 pessoas ao passo que a população de negros que possuem curso completo foi de 236.213 pessoas.

No que tange aos concluintes da população branca no que se refere ao grau elementar temos 4.523.535 pessoas (80,57%), grau médio 928.905 pessoas (16,54%), grau superior 152.934 (2,72%) sem declaração 8.355 (0,19%).

No que tange aos concluintes da população negra no que se refere ao grau elementar temos 228.890 pessoas (96,89%), grau médio 6.794 pessoas (2,87%), grau superior 448 (0,18%) e sem declaração 81 (0,06%).

De acordo com as informações apresentadas acima podemos verificar que a população auto-declarada de brancos é 22,76 vezes maior que a população auto-declarada de negros.

No que se refere ao grau elementar verificamos que o número de concluintes negros é de 96,89% e o da população branca é de 80,57% o que significa que os negros, em termos de porcentagens, superaram os brancos no grau elementar em 1950.

No que se refere ao grau médio verificamos que o número de concluintes negros é de 2,8% e o da população branca é de 16,54% o que significa que os brancos no grau médio superaram os negros em 4,9 vezes ou 490%.

No que se refere ao grau superior verificamos que o número de concluintes negros é de 0,18% e o dos brancos é de 2,72%, o que significa que os brancos no grau superior superaram os negros. Em termos de proporções os brancos superaram os negros 14,1 vezes no que se refere ao número de concluintes de grau superior em 1950.

Inferimos, de acordo com a análise realizada anteriormente que o número de concluintes negros no grau elementar superou o dos brancos; no grau médio e grau superior os brancos superaram os negros.

Os dados analisados comprovam as desigualdades educacionais entre brancos e negros no que se refere ao número de concluintes de pessoas de 10 anos e mais em 1950.

No que diz respeito aos dados estatísticos publicados pelo IBGE que aparecem no censo de 1960 surge indicador sobre alfabetização o que pode evidenciar a preocupação do Estado com a educação da população na perspectiva de analisar e enfrentar o problema do analfabetismo.

Na obra “Função de Preto: Trabalho e Cultura de Trabalhadores Negros em Uberlândia/MG 1945-1960” Carmo (2000) publicou dados da população de Uberlândia nos anos de 1940 e 1950:

Quadro 11 -População de Uberlândia em 1940 - 1950 segundo cor e sexo:

ANO	1940	%	1950	%
Homens Negros	3.119	7,41	3.182	5,60
Mulheres Negras	3.431	8,16	3.419	6,02
Homens Pardos	291	0,69	3.221	5,67
Mulheres Pardas	241	0,57	3.380	5,95
Homens Brancos	17.592	41,84	21.421	37,74
Mulheres Brancas	17.363	41,30	21.812	38,43
Total Geral	42.037	100%	56.751	100

Fonte: IBGE *apud* CARMO; 2000, p.35.

Analisando os dados do quadro acima verificamos que em 1940 a população de mulheres negras superou a dos homens negros em 312 pessoas e que o número de

homens pardos superou o das mulheres pardas em 50 pessoas. Homens e mulheres que se autodeclararam brancos representam o percentual de 83,15% ao passo que os demais, homens e mulheres negros e pardos constituíram 16,86%. O número de negros de Uberlândia era menor do que no Brasil estatisticamente.

Em 1950, de acordo com os dados da tabela acima o número de homens negros aumentou em 63 pessoas já o número de mulheres negras diminuiu em 12 pessoas. O número de homens pardos subiu expressivamente passando de 291 em 1940 para 3.221 em 1950 e também o de mulheres pardas que passou de 241 para 3.380. Homens e mulheres que se autodeclararam brancos em 1950 corresponde ao percentual de 76,17% ao passo que os demais, homens e mulheres negros e pardos constituíram 23,83%.

Na referida publicação Carmo (2000), publicou dados obtidos sobre a distribuição da população de Uberlândia de 1940 a 1970 tanto urbana quanto rural:

Quadro 12 - Distribuição rural/urbano da população de Uberlândia de 1940 a 1970

ANO	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL
1940	21.077	49,97	21.102	50,00	42.179
1950	36.467	64,25	20.284	35,74	56.751
1960	71.717	81,23	16.565	18,76	88.282
1970	111.640	89,38	13.256	10,61	124.895

Fonte: IBGE *apud* CARMO; 2000, p.45

De acordo com os dados da tabela acima verificamos que em 1940 a população rural de Uberlândia era menor do que a população urbana em 25 pessoas. Uma década depois, em 1950 a população urbana superou expressivamente a população rural em 16.183 pessoas. Em 1960 a população urbana superou em 55.152 pessoas e em 1970 a tendência continuou a mesma com o número da população urbana superando a da população rural em 98.384 pessoas.

No que tange à alfabetização em Uberlândia, segundo Villas Boas (2015, p.44) afirmou que mais de 50% da população era analfabeta enquanto a nacional era de 60,3% segundo dados do IBGE do censo de 1950²⁶. A população urbana no país superou a população rural somente em 1970; em Uberlândia esse fato ocorreu em 1950²⁷.

Analisando os dados da tabela acima verificamos que provavelmente a partir de 1950 tenham ocorridos fluxos migratórios da zona rural para a urbana no município de Uberlândia e alta taxa de analfabetismo da população.

²⁶ Vide quadro 5 ,p. 64.

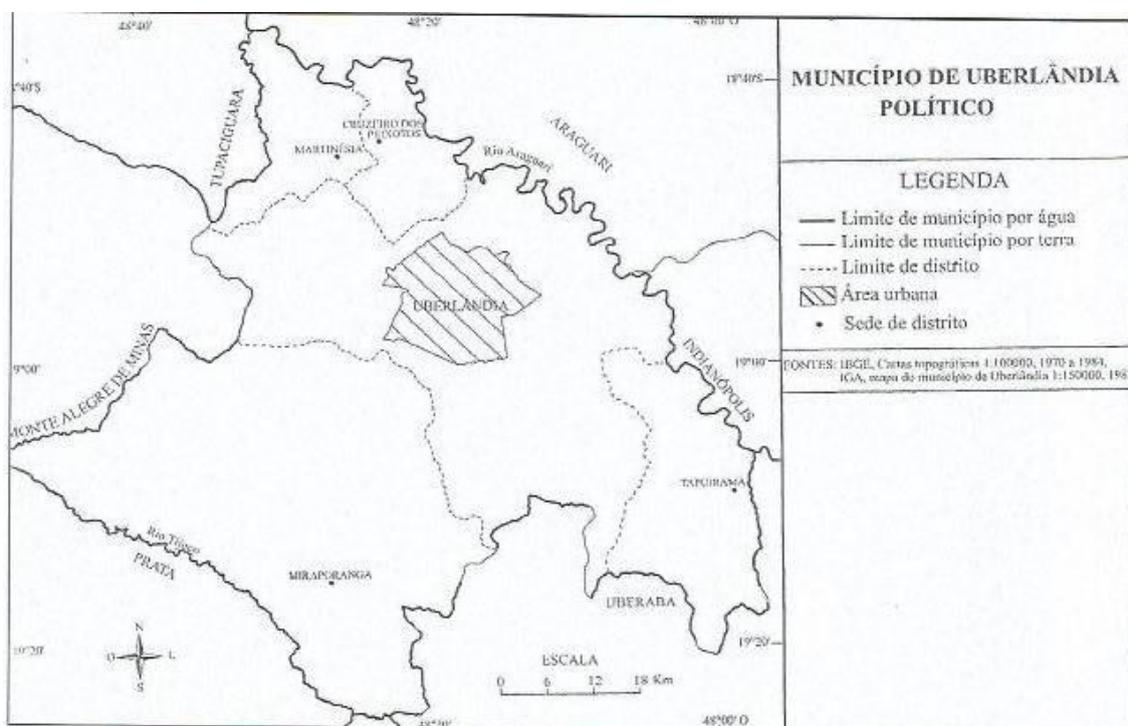
²⁷ Vide quadro 6, p. 65.

No próximo tópico apresentamos narrativas históricas relacionadas com o processo de escolarização dos colaboradores (as) entrevistados; fotografias de estudantes e professores em escolas de Uberlândia e região além de mapa com os distritos.

2.2 Entre a sobrevivência e a escola: as crianças negras e o trabalho precoce

Como vimos no quadro 12²⁸, no ano de 1950, 64% da população do município de Uberlândia já habitava o meio urbano, de forma que em 1970, esse número já chegava quase a 90% da população, demonstrando o movimento de forte urbanização que o município mineiro passou nesse período. Assim, muitos dos colaboradores da pesquisa tiveram experiências nas escolas rurais da cidade e seus distritos naquela época, conforme constatamos pela nossa pesquisa.

Mapa 2: Distritos do município de Uberlândia.



Fonte: Brito, 2007; Oliveira (2011,p.73).

²⁸ Vide quadro 12,p.72.

Lima et al (2011) levantou em seu estudo alguns dados sobre o número de alunos que cursavam a primeira série em instituições escolares localizadas em áreas rurais do município:

Durante a década de 1950, cerca de 3.346 alunos ingressavam na escola e cerca de 3.088 concluíam o ano letivo. Já na década de 1960 o número de ingressantes era cerca de 1.209 e de concluintes 1.095. De 1970 a 1973 o número subiu para 4460 e 3943 de alunos ingressantes e concluintes respectivamente (LIMA,2011,p.23).

Os dados apresentados pela pesquisadora na citação acima demonstram que na década de 1950 havia 3.346 alunos que ingressaram nas escolas rurais do município dos quais 3.088 concluíram o ano letivo; de acordo com a informação 258 estudantes não completaram o ano letivo o que equivale a 7,7%.

Em 1960 houve redução significativa no número de ingressantes, que naquele ano, segundo os dados apresentados, foi de 1.209 alunos dos quais 1.095 concluíram o ano letivo; de acordo com a informação 114 estudantes não completaram o ano letivo o que equivale a 9,4%.Em 1970 houve aumento no número de ingressantes, que naquela ano foi de 4.460 ingressantes dos quais 3.943 concluíram o ano letivo, de acordo com a informação 517 estudantes não concluíram o curso o que equivale a 11,59%.Em 1970 ocorreu a maior taxa de alunos que não concluíram o primeiro ano letivo equivalente a 11,59%, já em 1960 houve uma queda acentuada do número de alunos matriculados na primeira série de 2.137 em relação aos 3.346 alunos matriculados em 1950 segundo os dados apresentados.

Analisando as informações apresentadas por Lima (2011) podemos salientar que apesar do êxodo rural ter sido acelerado nesse período, o que ocorreu foi a ampliação do número de escolas rurais numa tentativa de se conter os indivíduos no campo, contudo, essa política não logrou êxito, apesar de ter ampliado o número de alunos escolarizados no campo.

Ao investigar o ensino rural nota-se que era visto como um instrumento para fins sociais e políticos, era pensado para fixar o homem no campo, não sendo defendido como um meio de qualificar o homem para aprimorar o seu trabalho no campo e tampouco para concorrer a um trabalho urbano. As escolas eram instaladas, em sua maioria, nas fazendas que possuíam um grande número de população em idade escolar (LIMA, 2011,p.10).

Outro aspecto tratado por Lima (2011) no que diz respeito ao processo institucional de implantação de escolas de ensino básico nas regiões mais periféricas,

distritais e rurais do município de Uberlândia diz respeito à relação da política com a educação.

Os problemas subjacentes ao funcionamento das escolas rurais explicam-se fundamentalmente pela relação existente entre política e educação. Em Uberlândia, essa relação se ancorava em um jogo que não se definia apenas pela presença, mas que, ao contrário, prescrevia suas regras em procedimentos caracterizados pela ausência. É dessa forma que atribuímos a exclusão de muitas escolas rurais do roteiro de visita das autoridades educacionais do município como tendo sido uma estratégia empregada para estabelecer as balizas no que dizia respeito aos laços existentes entre a educação escolar rural e o poder político do município (LIMA, 2011, p.10).

De acordo com Lima (2011) existia um clientelismo entre o poder público e fazendeiros na perspectiva de defender interesses eleitorais característicos da política regional e nacional.

A seguir apresentamos algumas fotografias de época que mostram alunos em instituição escolar do município de Uberlândia. As fotos foram encontradas no Arquivo Público Municipal de Uberlândia. As fotografias apresentadas a seguir pertencem à coleção Jerônimo Arantes²⁹.

Por vários meses realizamos inúmeras visitas ao Arquivo Público Municipal de Uberlândia³⁰ analisando minuciosamente os acervos existentes na instituição e verificamos a existência de diversas fontes históricas pertencentes à coleção de Jerônimo Arantes que se referem à educação. Encontramos vários livros de registros escolares de diversas escolas que existiram em Uberlândia, entretanto não havia informações específicas que indicassem indicadores sociais de alunos negros. Analisando o arquivo, encontramos várias fotos de algumas instituições escolares.

²⁹Jerônimo Arantes nasceu em 1893 na cidade de Monte Alegre-MG e faleceu em 1992 em Uberlândia-MG. Instalou-se nessa cidade em 1919 e, no princípio, dedicou-se à docência no ensino primário particular, foi professor e proprietário de escola, o *Colégio Amor às Letras*. Posteriormente, ingressou no serviço público, em que fiscalizou e organizou os trabalhos escolares no município, primeiramente, como inspetor municipal de ensino (1933-1946) e, depois, como chefe do Serviço de Educação e Saúde do Município de Uberlândia (1946-1959). Durante toda a sua vida exerceu um profícuo trabalho no campo do memorialismo, pois colecionou documentos, realizou pesquisas tendo em vista conhecer e produzir a história do município de Uberlândia e publicou livros e textos a respeito do tema. Atuou também no jornalismo, tendo editado 28 números da revista *Uberlândia Ilustrada* durante 26 anos (LIMA, 2008, p.106). Observação: o ano de falecimento de Jerônimo Arantes informado acima pela pesquisadora (1892) provavelmente está incorreto por motivo de erro de digitação, inferimos que o ano correto deva ser 1992.

³⁰Os arquivos públicos são importantes para os estudos históricos pois dependendo das fontes existentes e da pesquisa realizada, descobertas podem contribuir para fomentar os debates historiográficos sobre várias temáticas.

Kossoy (2001) destaca a importância da fotografia para os estudos e pesquisas em História:

Toda fotografia tem atrás de si uma história. Olhar para uma fotografia do passado e refletir sobre a trajetória por ela percorrida é situá-la em pelo menos três estágios bem definidos que marcaram sua existência. Em primeiro lugar houve uma intenção para que ela existisse, esta pode ter partido do próprio fotógrafo que se viu motivado a registrar determinado tema do real ou de um terceiro que o incumbiu para a tarefa. Em decorrência desta intenção teve lugar o segundo estágio: o ano do registro que deu origem à materialização da fotografia. Finalmente, o terceiro estágio: os caminhos percorridos por essa fotografia, as vicissitudes por que passou, as mãos que a dedicaram, os olhos que a viram, as emoções que despertou, os retratos que a emolduraram, os álbuns que a guardaram, os porões e sótãos que a enterraram, as mãos que a salvaram. Neste caso seu conteúdo se manteve, nele o tempo parou. As expressões ainda são as mesmas. Apenas o artefato, no seu todo, envelheceu (KOSSOY; 2001,p.45).

As imagens obtidas por meio de fotografias são importantes para os estudos e pesquisas em História. Como frisou Kossoy (2001), com a obtenção fotográfica a imagem do evento histórico pretérito foi registrada e preservada. A partir dessa descoberta, a fonte histórica pode ajudar a compreender o objeto de investigação científica que em nosso caso diz respeito à educação dos negros.

Foto 1- Grupo Escolar de Uberlândia no século XX.



Fonte: APU (Arquivo Público de Uberlândia).Código AE-JA 1113-95.

Por meio da fotografia um é possível observar que se tratava provavelmente de escola multisseriada³¹ que abrigava alunos de idades variadas, crianças e adolescentes. Na imagem aparecem sessenta e nove pessoas, sendo sessenta e duas crianças junto com alguns adolescentes, cinco adultos e mais ao fundo um senhor e um rapaz. Não se pode afirmar com precisão a localização dessa escola, porém, observam-se algumas casas na imagem que poderia remeter a zona rural da cidade ou a algum dos distritos ou fazenda de Uberlândia. Analisando a foto detectamos que a edificação escolar continha as seguintes informações: Prefeitura Municipal de Uberlândia. Serviço de Educação e Saúde. Escola de São Paulo. Escola de Goiaz.

A seguir apresentamos duas fotos revelando a presença de estudantes e professores em cerimônia de formatura.

Foto 2- Professores e alunos de escola rural.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia (AE-JA/0960-95).

Foto 3 – Fotografia de professores e alunos de escola rural 2.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Uberlândia (AE-JA/0959-95).

³¹Outro problema que perpassava o trabalho dos professores, comprometendo a qualidade do ensino que ministravam, residia na existência de classes multisseriadas. Também conhecidas como classes unidocente e/ou multigraduadas, essa fusão de alunos de séries diferentes em uma única sala de aula foi uma característica marcante no ensino rural em Minas Gerais (LIMA, 2011, p.5).

As fotografias dois e três retratam uma escola noturna do município, a primeira registrando os alunos dessa instituição e a outra as alunas, também é possível observar que o grupo de mulheres, provavelmente as professoras desses estudantes, está presente em ambas as fotos, o que infere que as fotografias foram feitas em uma mesma noite de formatura já que é possível ver uma das alunas sentada trajando uma beca (fotografia três). Destacamos nessas imagens o predomínio de estudantes negros.

A fotografia é apenas um indício para o levantamento da história da educação dos negros em Uberlândia, nossas fontes predominantes foram às entrevistas utilizadas para trazer a tona dados sobre as experiências no que diz respeito ao processo de escolarização e suas impressões sobre a contribuição cultural dos negros nesses espaços institucionais.

Um dado importante na vida dos estudantes negros dos anos de 1950 a 1970 que se revelou nas entrevistas foi o quanto o trabalho precoce na zona rural ou na cidade interferia nos destinos da escolarização dos indivíduos. Em vários depoimentos as referências a necessidade de trabalhar e contribuir com a família foram revelados, vejamos:

Nós éramos e somos nove pessoas na família. Meus pais foram lavradores. Minha mãe cuidava de casa nos afazeres domésticos e meu pai na roça e nós ajudávamos meu pai na roça. Os irmãos trabalhavam na roça e os outros resolveram estudar. Essa prática mesma, uma família negra numa cidade pequena cuja sobrevivência era na roça, na zona rural. Meus pais sempre foram conservadores (SILVA,2017).

O depoimento de Jeremias Brasileiro da Silva³² revela um pouco da rotina das famílias numerosas que viviam na zona rural de Rio Paranaíba, muitas vezes os filhos mais velhos não tinham a oportunidade do estudo, apenas o trabalho na lavoura. Ainda sobre esse tema afirmou

Não me lembro porque era cidade pequena, quando você tem essa vivência de roça, quando você consegue pegar na enxada você já trabalha. No tempo de férias quando não estava estudando ia levar

³²Historiador, poeta e escritor. Sobre sua infância assim narrou: uma relação de unidade. Aliás, essa unidade familiar é que nos permitiu chegar a alguns lugares como chegamos hoje. A união familiar, os irmãos se uniram, os irmãos juntos. Infância boa, uma parte da infância de certa forma boa, mas que só agora a partir de cinquenta anos que ela começa a ser lembrado esse lado bom. Infância mais de trabalho, ajudar pai, ajudar mãe. As brincadeiras nos momentos possíveis, brincadeiras naturais de futebol, brincadeiras de tempos que você tinha que produzir seus brinquedos, fazer carrinho de lobeira, você pegar os carretéis com palitos de picolé para fazer a gominha para enrolar, para fazer o carretel rodar os carrinhos de madeira, os carrinhos de lata de óleo para colocar rodinhas e brincar, as pernas de pau de bambu. (SILVA, 2017).

almoço, ajudar meu pai em capina, bater pasto, colheita de arroz, de feijão de milho. Porque nesses tempos, nessas épocas não existia remuneração nem sequer para meu pai. Você trabalhava naquilo que se chamava de partilhas, trabalho à meia. Então, por exemplo, meu pai plantava arroz, feijão, milho e no tempo da colheita metade ficava para o dono da fazenda e metade ficava com ele (SILVA,2017).

Em outro depoimento Eunice Vitória³³ (2018) narrou sobre a precariedade das condições sociais familiares que a obrigava a trabalhar precocemente:

Nós viemos embora para cá à pé. No trevo a gente pegava carona porque estava fazendo Brasília. Comecei a trabalhar com doze anos porque meu pai estava doente e minha mãe também estava doente. Então eu parei de estudar para trabalhar. Parei dois anos. Empreguei, trabalhei de doméstica, empreguei. E depois virei babá e passei a estudar de manhã. Não quero salário, quero ser bem tratada, comida eu tinha. Eu continuei morando lá eu empreguei nessa casa e virei família (VITÓRIA,2018).

Sobre o processo de êxodo rural de sua família assim narrou Silva (2017):

Por isso é que nós mudamos para Uberlândia; sabíamos que se nós ficássemos lá nosso destino era ser lavradores. Mobilidade social não existia. Alguns amigos migraram pra Goiânia, Brasília, Belo Horizonte e outros vieram para Uberlândia. E os que ficaram se transformaram em lavradores, foram trabalhar na roça e depois que a roça acabou é que chegaram os paranaenses, os japoneses plantando iame, tomate, beterraba e os moranguinhos eles vão ser empregados dessas pessoas. Já muda porque tem o contexto da escola que é diferente. Era a mesma coisa: continuava o estudo, mas continuava trabalhando também na roça. Às vezes, por exemplo, estudava à tarde porque de manhã ia buscar leite, era entregador de leite. Às vezes buscava esterco no carro de boi no período de manha na cidade, mas prioritariamente o que mais trabalhei foi buscando leite. Tirava leite e trazia no burro e entregava o leite onze horas eu já estava tranquilo e ia pra roça (SILVA,2017).

A colaboradora Dandara de Maria³⁴ assim relatou sua experiência na zona rural de Uberlândia:

³³Eunice Vitória é professora aposentada. Sobre sua infância assim relatou: Morávamos meu pai, minha mãe, eu e meus três irmãos; minha mãe ajudava a criar outros meninos. Eram amorosos, tanto é que sou feliz. A felicidade vem do berço. Se você foi feliz quando criança, então você é feliz a vida inteira. Eu brincava muito. Eu gostava de rua. (VITÓRIA, 2018).

³⁴Dandara de Maria tem 74 anos, é aposentada e mãe de três filhos, dos quais Elias Redentor e Marta de Nazaré participaram desta entrevista e são professores. Sobre a família e as vivências na fazenda a colaboradora Maria (2018) narrou: A minha casa era casa de rancho; minha casa era de pau a pique coberta com folha. A gente levantava de noite para matar os barbeiros. A gente ficava com medo de ficar doente por causa dos barbeiros. (...) Meu pai era bom, mas ai ele ficou doente e eu casei. Meu pai

A nossa vida no começo era muito difícil. Eu trabalhava na roça capinando. Trabalhava na roça capinando com criança amarrada nas costas. Capinava para dar o alimento para os filhos e o pai trabalhava pro outro lado mexendo com gado. A vida não foi fácil. Eu ia para a escola todos os dias que ficava vinte quilômetros levando o filho na cacunda. (...) Com dez anos trabalhava na lavoura, fazia polvilho, farinha. Nós saíamos, andávamos vinte quilômetros com duas latas de farinha nas costas pra vender, pra comprar coisas pra comer. (...) Meus filhos eu criei trabalhando na lavoura pegava pasto para roçar. Tinha que passar no meio do mato, naquela estradinha batida de terra. A gente ia a pé ou a cavalo. Nós tínhamos uma infância boa, ficava com os irmãos e mãe ia trabalhar e punha a gente olhar os irmãos; com sete anos eu fazia comida e a mãe ia trabalhar na lavoura. A gente teve uma infância de cuidar dos irmãos, socar arroz, capinar; pegava litro e fazia carrinho com aquela cabaça (MARIA,2018).

E ainda sobre os desafios vivenciados na zona rural e a mudança da família para a cidade Maria (2018) afirmou:

De manter as coisas, o comer, a roupa. Então a gente não queria ver os filhos passar aquela dificuldade. Minha vida mudou, virou outra depois que estou aqui até pra viver com os filhos, os netos. De conviver, de trabalho, melhorou bastante a condição de vida (MARIA,2018).

Sobre a família, Das Graças (2018) afirmou:

Graças a Deus a família que eu trabalhei era uma família unida e respeitava a gente. Nunca ninguém me deu decepção, me humilhou! Fui muito bem tratada (DAS GRAÇAS,2018).

O colaborador Estevão Firmino³⁵ afirmou sobre a vida no campo:

Era uma casa velha de pau a pique não morava mais ninguém. Família muito boa. Eram rígidos e amorosos e tinha muito amor com a gente. Éramos três irmãos e eu sou o mais novo dos irmãos. Tinha uma hora para brincar e trabalhava. Com apenas cinco anos de idade. Trabalhava na roça puxando cavalo, capinava e levava comida para os companheiros. Não recebia (FIRMINO,2018).

Sobre as experiências escolares Firmino (2018) destacou:

quebrou a perna, andava em uma cadeira de roda; meu pai era José e minha mãe Mirtes. Eu tinha doze irmãos sendo que três faleceram.

³⁵Estevão Firmino. Tem 76 anos. É aposentado.

Eram duas léguas. Santa Juliana. Por três anos. Ler e escrever muito mal. Sim a Professora Dona Isabel e o professor senhor João. Eram muito religiosos. Várias. Era o Luís que estudou para ser padre e o Marco Antônio. Eram filhos de Dona Isabel e do senhor João. Vários amigos e amigas. Eles achavam bom. Mas tinha que ajudar no sustento de casa. Nunca estudaram. Sim. Até o quarto ano primário. Mais ou menos, era muito fraco (FIRMINO,2018).

Em vários depoimentos os limites da educação dos negros são revelados, pouco tempo de estudo e de qualidade duvidosa.

Sobre a ausência de escolarização Dos Anjos (2018) afirmou que a prioridade era a sobrevivência:

Antigamente você demorava dois dias pra levar uma carta para a pessoa. Se fosse um lugar perto do outro a gente fazia um fogo pra fazer fumaça pra pessoa ver e saber que está tendo um problema. Olha aquela fumaça lá! Quando eu vi um rádio eu era moleque grande. Então é isso: a gente foi criado nesse ritmo assim sabe não teve infância, não teve boa vida das coisas nem nada. Não, não tive a oportunidade; eu também fui muito ruim pra aprender na parte de leitura, eu era muito nervoso e ninguém tinha paciência dos outros ficarem me ensinando. Mas não tive oportunidade não porque a gente que trabalha chega em casa já cansado. Quando eu vim para cá eu não tinha profissão, fui trabalhar de servente, depois fui trabalhar na cooperativa. Fiquei lá quase cinco anos na empresa. Então a gente fica cansado e não tive oportunidade. A leitura faz falta pra mim, mas talvez uma pessoa aquele cara que talvez uma pessoa mais estudada possa ser mais boba do que eu. Tem gente que é igual pão sabe por quê? Porque um pão tem miolo, mas não tem inteligência. E eu tenho miolo e tenho inteligência (DOS ANJOS,2018).

Ainda sobre os desafios vividos o senhor Dos Anjos (2018) afirmou:

A gente passou uma vida muito triste passando falta às vezes até de alimento, comendo mal com comida. Sabe. Não passamos fome, mas comia ruim, tarde outra hora comida fraca. Comi muita abobrinha, batatinha que servia de arroz e feijão. Quantas vezes nós íamos longe naqueles brejos buscar iame pra comer porque não tinha carne, arroz às vezes não tinha feijão então comia iame. Angu de milho verde a gente comia. Pra merendar minha mãe fazia aqueles bolos de milho verde era gostoso demais. Punha numa caçarola assim, e punha uma tampa por cima e punha brasa naquela tampa e aquele bolo assava ficava a coisa mais gostosa do mundo. Era bom demais da conta, mas em termos de comida de sal assim passamos uma vida muito ruim comendo às vezes até angu pra servir de arroz, feijão e carne que não tinha sabe. Então eu vejo essa juventude hoje. Depois de velho eu posso dizer que eu moro no paraíso Naquele tempo meu pai comprava um par de botinas pra gente e falava assim: oh, você não vai calçar essa botina todo dia não, você vai calçar essa botina só na festa de Santo Reis. A festa de Santo Reis tinha de ano em ano em janeiro. Então aquela botina ali a gente era jovem crescia então quando

chegava janeiro já não servia no pé mais. Então às vezes em janeiro a gente tinha que debulhar milho por dento da botina e por água pra ver se a botina servia no pé. Então essa juventude hoje às vezes tem dois chinelos, tem tênis, tem tudo e às vezes não dá valor na vida, não dá valor em nada. Hoje a vida é mais fácil (DOS ANJOS,2018).

Outro depoimento importante sobre as condições de vida dos colaboradores na zona rural é o do colaborador Pedro dos Santos.³⁶ De acordo com ele:

Pode falar que era minha lutadora também, porque mexia com serviço tocava arroz, levava até a comida pro meu serviço e minhas irmãs ajudavam a trabalhar também. Hoje nós resistimos tenho só duas irmãs. Elas são mais novas do que eu. Dos dez irmãos que eu conheci tinha quatro acima de mim e eu era o mais novo dos quatro mais velhos. Eu morava na beira do rio Tijuco e depois eu mudei pra colônia. Meu pai continuou o empreito, trabalhou a lavoura trabalhou muito com gente, bateu internada fazendo muita cerca de arame. Menino trabalhava desde novo. Quando fui virando moço tinha vontade de estudar. O que a gente estudou foi depois de casado (SANTOS,2018).

Depoimento parecido sobre a infância foi o do colaborador Emanuel dos Anjos³⁷ (2018) que assim narrou:

Eu nunca tive infância, eu nunca tive infância! Minha infância sempre foi trabalhar. Olha minhas mãos como é que é: cheia de calos. Eu nunca tive infância nunca aprendi eu não fazer e nem saltar uma pipa. A única coisa que meu pai deixava fazer era pescar com ele e matar passarinho naquele tempo não era proibido (DOS ANJOS, 2018).

Nazaré³⁸ (2018) também descreveu situações difíceis na vida:

No início da fala minha mãe falou que tinha muito barbeiro, deu chagas e também deu anemia falciforme. Outro fato quando nós éramos menores, eles trabalhavam muito com lavoura; antigamente tinha muita queimada, então eles fazendo ali aquela queimada, ele (o pai) devido à fumaça não viu, ele caiu em uma voçoroca e ficou pendurado em uma árvore. Ele achava que já era o fim dele. Ele começou a gritar e os irmãos dele viram e tiraram ele de lá. Só que ele deu um desvio na coluna; ele veio aqui pra Uberlândia e os médicos disseram pra ele que ele não poderia mais trabalhar que ele não ia andar mais. O patrão falou pra ela (mãe) que o esposo não tinha mais condição de trabalhar ai minha mãe falou eu vou levar meus filhos pra roça, vou limpar, capinar e plantar. Graças a Deus ele voltou a andar e ele trabalhou na fazenda como vaqueiro, nessa época de lavoura de café nós mudamos pra uma casa de alvenaria (NAZARE,2018).

³⁶O senhor Pedro dos Santos tem 85 anos. É aposentado. Sobre a família, o colaborador Santos (2018) informou que o nome do pai é Arlindo e o nome de sua mãe é Albertina.

³⁷Emanuel dos Anjos tem 72 anos. É aposentado.

³⁸Nazaré é filha de Maria e irmão de Elias Redentor. É professora.

Sobre a forma de comunicação que se fazia com os parentes que moravam em Uberlândia, Nazaré (2018) destacou:

A rádio educadora, inclusive na época quando vinha alguém da cidade avisava quando tinha falecimento, avisa quando alguém doente estava chegando (NAZARÉ,2018).

Sobre o trabalho na fazenda após o falecimento do pai Redentor (2018) narrou:

Logo que mudou o dono da fazenda as crianças, naquele tempo, as crianças trabalhavam. De manhã elas iam pra escola e à tarde iam encher o saquinho pra plantar café. Só tinha aula de manhã; quem trabalhava não podia estudar (REDENTOR,2018).

Vemos que o trabalho precoce foi a regra para quase todos os colaboradores da pesquisa. Para Alberto et al (2011) o trabalho infantil pode afetar o sistema psicossocial da criança afetando o processo de escolarização:

O trabalho infantil viola os direitos das crianças e adolescentes e tem implicações em seu desenvolvimento psicossocial e em sua escolaridade.(...)As mudanças que ocorrem no processo de articulação interna e externa referem-se a aspectos que, se por um lado dificultam determinadas aquisições e domínios, por outro, o processo de adaptação e de superação dessas crianças, configuram-nas como sujeitos automatizados, adultizado e coletivizados (ALBERTO, 2011,p.216).

Santos et al (2013) apontou as consequências do trabalho precoce na vida de crianças e adolescentes. Segundo Santos (2013), as principais consequências da exploração do trabalho infantil são:

Físico: exposição a riscos e lesões, deformidades físicas que em muitos casos são superiores às possibilidades de defesa de seu corpo. Emocional: dificuldades para estabelecer vínculos afetivos em razão da exploração a que tiverem expostos. Social: o trabalho precoce leva as crianças a desenvolverem atividades que requerem maturidade de adultos, afastando-se do convívio social com pessoas de sua idade. Educacional: incidência de repetência e desistência. Democrático: o trabalho dificulta o acesso à informação para exercer seus direitos plenamente (SANTOS,2013, p.44).

As condições existenciais e materiais dos indivíduos que vivem nas sociedades de classes determinam as oportunidades de realização social.

Embusca dos direitos mais básicos, nessa perspectiva, a educação entra na vida dos entrevistados como possibilidade de mudar a realidade de vida.

Carmo (2000) destacou a preocupação dos pais com o futuro de seus filhos já que não queriam que eles enfrentassem as difíceis condições de vida:

O estudo como possibilidade concreta para se mudar de vida constituiu, para uma parcela considerável dessa geração de trabalhadores negros, no melhor legado a ser transmitido aos filhos e demais descendentes, apoiando, muitas vezes, numa história de vida marcada por necessidades e um conjunto de sujeições, a serem contornadas, exatamente pela falta desse estudo e as possibilidades que encerram de uma vida em que o distanciamento da condição de subsistência seja um regozijo incomum, numa vida marcada por dificuldades. E, por fim, algumas vezes, a comparação com os filhos se deu em momentos de quase desabafo e desesperança, em que o descontentamento com a escola dos filhos, o não estudo, a pouca força compreendida, o desânimo frente às dificuldades ou com os caminhos escolhidos pelos filhos para a condução de suas vidas, muitas vezes, não agradavam aos pais, que viram no esforço para concluir os estudos a melhor probabilidade para se afastarem das condições de instabilidade e imprevisto e sujeição que marcaram algumas daquelas vidas. E mesmo que os pais que conseguiram conduzir os filhos até o término dos estudos, os relatos de difíceis situações experimentadas, pela cor da pele que traziam, tinham a princípio duas funções: a primeira, alertar para o fato de que, mesmo com o término dos estudos, a discriminação e o preconceito podem se transformar, mas não desaparecer; a segunda é que sem o estudo e a possibilidade de se armar para o mercado de trabalho, para não ser tão facilmente alvo de sujeições, a provenção das condições materiais e espacialmente, a possibilidade de armar melhor a próxima geração para enfrentar essa condição histórica é muito pequena. Assim, se, por um lado essa capacidade de alertar as pessoas negras que chegam à cidade e aos filhos sobre a diferença entre o discurso da igualdade de condições entre as pessoas, para acessarmos mecanismos de ascensão social, de respeito individual, religioso, cultural, de um modo de vida, e a efetivação desse discurso que é muito distante, marcam essa tentativa incessantemente implementada pelos pais, que utilizam, inclusive, a sua vivência, o seu aprendizado junto aos inúmeros mecanismos de segregação explícita, desse período recente da história do relacionamento diário entre negros e brancos na cidade de Uberlândia que, como exemplo, não tem conseguido sensibilizar a mais nova geração (CARMO, 2000, p.165).

Segundo Carmo (2000), não bastaria que os filhos enfrentassem e superassem o desafio da conclusão dos estudos em uma época conturbada pela preocupação dos pais pela inclusão dos filhos no mercado de trabalho. Eles deveriam se preparar para enfrentar o racismo e o preconceito que advinha após o processo de escolarização. Como vimos os depoimentos acima mostram alguns (des) caminhos de escolarização dos negros. No tópico a seguir apresentamos algumas narrativas históricas a respeito da escolarização em Uberlândia.

2.3 Caminhos da escolarização dos negros no município de Uberlândia

Neste tópico trabalhamos com os relatos dos indivíduos com diferentes níveis de escolaridade, como portadores do ensino elementar incompleto, graduados e pós-graduados. Destacamos alguns dados apontados pelos colaboradores que contribuíram para a compreensão de suas experiências educativas institucionais, os diferentes caminhos desses sujeitos que em alguns casos eram a primeira geração de suas famílias a adquirirem algum nível de escolaridade.

A colaboradora Hosana Batista nos recebeu gentilmente na Tenda de Umbanda Coração de Jesus e nos relatou uma interessante experiência de alfabetização em um espaço escolar não institucionalizado como conhecemos hoje. Batista³⁹ (2017) relatou suas experiências escolares:

Aqui na Tenda Coração de Jesus⁴⁰ havia uma sala de alfabetização que minha avó fazia voluntariamente para as crianças filhas dos médios que frequentavam a casa na época e amigos. Então hoje fala o prézinho. Fui alfabetizada aqui mesmo na Tenda Coração de Jesus. Aqui existia o Externato Coração de Jesus. Quando fui alfabetizada fui levada para escola São Vicente e lá estudei até o segundo ano primário depois eu fui para o Colégio Central⁴¹. Antes eu fui para o Afonso Arinos⁴² que era perto do correio e depois que estava mais adiantada fui para o Colégio Central. Depois eu fiz admissão lá no Afonso Arinos e depois eu fui para o José Inácio⁴³ e lá eu terminei o ginásio. Na minha época a gente terminava o primário e para entrar no ginásio a gente fazia um período de admissão. Alguns estudavam o ano todo para depois a gente entrar no ginásio. Enquanto a gente aqui na escola Externato Coração de Jesus estava dentro da nossa comunidade religiosa de amizade e tudo mais tudo bacana e a gente era criança na época (BATISTA,2017).

³⁹Hosana Batista tem 65 anos e é umbandista.

⁴⁰Sobre a história da Tenda Coração de Jesus, Arantes (2011) relatou: “A Tenda Coração de Jesus foi fundada na data de 24 de junho de 1945, pela Ialorixá Irene Rosa de Xangô, Irene Rosa fazia quitandas que vendia na “beira da Linha Mogiana”. Quando se muda para Uberlândia passa a desenvolver a mesma atividade do pai: proprietária de depósito de lenha, atividade desenvolvida com o auxílio dos filhos e netos. Com o tempo consegue comprar 3 lotes na rua Rafael Rinaldi, onde hoje se localiza a “tenda Coração de Jesus”, primeiro terreiro de Umbanda a abrir as portas na cidade. Além da filha, criou mais 18 filhos adotivos. Irene Rosa lecionava para os filhos e para as crianças vizinhas, pois criou uma escolinha chamada “Externato de Umbanda”. Dona Maria do Rosário relata que ela ensinava mais a ler do que escrever, pois as condições econômicas não permitiam comprar material como cadernos, lápis e giz de escrever. Fabricavam giz com pedaços de mandioca para escrever na lousa. Sua casa era também abrigo para muitas pessoas que vinham para a cidade em busca de tratamento médico ou em busca de trabalho. Irene Rosa era “a madrinha Irene” ou “Mãe Ireninha” (ARANTES, 2011,p.1).

⁴¹O Colégio Central atualmente foi extinto e registros não foram encontrados. Localizava-se na região central de Uberlândia, foi uma escola particular onde muitos alunos negros foram formados.

⁴²Idem.

⁴³Idem.

Como narrado Batista (2017) estudou em escolas tradicionais da cidade de Uberlândia como o Colégio Central, o Afonso Arinos e o José Inácio. Batista (2017) mencionou a preocupação de sua avó com a educação de crianças que eram filhos dos médiuns que frequentavam a Tenda e também da família. A preocupação com a alfabetização de acordo com a narrativa não ficou restrita ao campo familiar, ela foi ampliada para os filhos dos colaboradores da Tenda o que pode indicar o fortalecimento dos laços de coesão e solidariedade social.

Apresentaremos a entrevista da colaboradora Eunice Vitória. Sobre sua infância Vitória (2018) afirmou:

Minha mãe arrumou pra estudar de manhã na escola e a tarde ia fazer tarefa. Brincava de casinha, de cantar, de teatro. Toda vida eu gostei de teatro. Minha mãe era louca com escola. Nossa Senhora! Eu entrei no jardim com três anos e meio e sai com dez anos (VITÓRIA, 2018).

Na narrativa de Vitória (2018) destacamos o oferecimento por parte da escola de atividades pedagógicas que estimularam a aluna no seu desenvolvimento cognitivo, comunicativo e corporal. A equipe gestora, as diretrizes ou propostas de formação curricular e a efetivação de atividades escolares informadas pela entrevistada contribuíram para a sua formação humana diferenciada que permitiu ao longo da vida galgar a superação dos desafios sociais e chegar aos postos mais altos da política uberlandense.

Já a colaboradora Débora Guerreira⁴⁴ assim relatou parte de suas experiências escolares:

Desde a infância eu iniciei no Externato Coração de Jesus, fiz até o quarto ano primário. Eu saí daqui e fui para o Dr. Duarte⁴⁵. Passei pelo Afonso Arinos e de lá eu fui para o Bueno Brandão⁴⁶. Eu conheci a primeira bomba, mas não era bomba. Foi o primeiro ano que saiu a palavra recuperação. Eu não conhecia a palavra recuperação. A professora chegou e falou para mim: olha Débora sua nota ficou muito baixa e você ficou de recuperação e você vai ter mais um mês de aula. Pra mim foi o fim do mundo. Eu fiquei doente e fiquei com náuseas. Ai eu fiquei um ano fora da escola. No próximo ano seguinte eu fiquei e me matriculei. Ou você fazia mais um ano ou então você... Foi minha primeira ausência de escola. Mamãe eu vou trabalhar. Aqui

⁴⁴Débora Guerreira tem 59 anos. É pedagoga e é irmã de Hosana Batista e Joana da Bondade. Elas estudaram no Colégio Brasil Central.

⁴⁵Idem.

⁴⁶Idem.

no Clarimundo⁴⁷ levantaram-me a minha auto-estima. Eu fiz a quinta, a sexta e a sétima série (GUERREIRA,2017).

Segundo a entrevistada Guerreira (2017) foi narrado que ela passou por uma experiência escolar traumática, difícil que a deixou muito abalada emocionalmente. Veja que houve o estranhamento cultural, um aluno negro que achava a recuperação o “fim do mundo”, uma rejeição. Será que isso não seria mais intenso com os negros com cultura familiar de histórico de exclusão escolar? O insucesso escolar provocou na estudante amargura e sofrimento e como consequência ela parou de estudar temporariamente até que se matriculou em outra escola e encontrou o ambiente social mais amistoso.

Sobre sua trajetória escolar, Joana da Bondade⁴⁸ assim narrou:

Na minha época eu fiz até a sétima série. Eu estudei no Externato Coração de Jesus, depois no Brasil Central e depois eu estudei no Afonso Arinos que é uma escola que é anexo do Brasil Central⁴⁹. Na nossa época, em 1960, 1970 era muito pouco a gente ter essa liberdade. Nas épocas cívicas a gente tinha certa liberdade porque foi uma coisa que a Rosa nos ensinou foi a nunca ter medo de fazer as coisas. Se for para fazer então vamos fazer. Na época do índio a gente fazia representação no dia do índio, fazia representação, fazia teatro da escravatura. Quando eu saí do Brasil Central e fui para o Afonso Arino começou essa apresentação dentro da escola; então a gente fazia apresentação sobre o índio, sobre o escravo, a gente fazia pesquisa sobre a árvore. No Afonso Arinos⁵⁰ nós começamos a ler aquele livro o Saci que falava sobre o Sítio do Pica Pau Amarelo. Nós fomos fazer uma representação da história do Sítio do Pica Pau Amarelo, depois a gente foi representar o teatro, depois teve uma dança do Saci. Cada época tinha uma coisa pra mostrar para gente. Dissabor em sala de aula eu nunca tive não (BONDADE,2017).

Batista (2017) narrou suas vivências escolares:

Quando nós passamos pro Colégio Central ai à coisa mudou completamente de figura. Por quê? Porque lá estudava só pessoas de classe alta, porque era um colégio que era no centro da cidade. E lá só pessoas de pele clara e os daqui mais era tudo negro. E como minha avó tinha amizade com a diretora da escola(a dona Raquel) nós fomos inseridos, levados para lá porque aqui não tinha espaço para nós por causa do estudo que estava mais adiantado e elas fizeram uma parceria e então a dona Raquel nos pegava aqui e levava para o Colégio. Isso

⁴⁷Idem.

⁴⁸Dona Joana da Bondade tem 62 anos. Colabora com atividades religiosas na Tenda de Umbanda Coração de Jesus.

⁴⁹A Escola Central é pseudônimo de uma escola particular que se localizava na região central de Uberlândia. Atualmente a escola não está ativa.

⁵⁰A Escola Estadual Afonso Arinos está localizada na Rua Eduardo Marques nº 1032 no Bairro Oswaldo em Uberlândia.

era um ato de caridade e boa vontade porque ela não tinha nada que fazer isso para nós. Foi por amizade mesmo. Quem estava no terceiro ano primário, era tudo diferente. Então até tivemos a adaptação. E depois nós viramos um terror lá no Colégio Central. Por quê? Porque a criança mais pobre, os nossos brinquedos eram diferentes dos deles lá na hora do recreio. Minha avó - Rosa-, fazia um panelão de sopa ali que a gente alimentava ali na hora do recreio e ela saía pedindo verdura aqui na rua pra fazer a sopa e então a gente comia aquilo tudo, - às vezes não tinha prato-, era nos litros de óleo que existia antigamente. Quando a gente chegou ao Colégio Central todo mundo levava o seu lanchinho dentro da lancheira embrulhado no guardanapo e levavam até suco; e nós chegamos lá ficamos parecendo: meu Deus o que isso? A gente não conhecia aquilo (BATISTA,2017).

Inferimos de acordo com a entrevista da colaboradora Batista (2017), que a inserção dos negros no novo espaço escolar foi marcada pelo estranhamento cultural de ambas as partes.

Sobre a escola a colaboradora Vitória (2018) assim relatou:

Na cidade. Eu vim de Ituiutaba na quarta série. Eu entrei no jardim com três anos e meio e sai com dez anos. Tudo! De cantar a valorizar a vida, valorizar as colegas, a respeitar um ao outro. Era muito bonita a escola. Eu acho que antigamente só não estudava quem não queria. O Estado sempre teve escola (VITÓRIA,2018).⁵¹

Salientamos que de acordo com as estatísticas já apresentadas as condições sociais impediam ou mesmo dificultavam o processo de escolarização da população em geral e não havia escolas para todos, por isso em 1950 quase 50% da população de Uberlândia era analfabeta.

Sobre suas vivências no Colégio Central, Batista (2017) narrou:

O nosso lanche era todo mundo junto. Nós fomos fazendo a adaptação com os professores com a própria escola. Quando nós fizemos essa adaptação então lá tudo grande muito bem arrumado as salas divididas aqui era tudo junto. E aí nos fomos adaptando. Quando nós tivemos essa adaptação, aí nós esquentamos o Colégio Central porque a gente ia brincar de roda, era de pique de correr (que aqueles meninos não sabiam o que era isso), pular corda, de jogar bola; os meninos iam jogar bola na quadra então a gente deu uma revolucionada, lógico sobre a supervisão da diretora e tudo mais, mas nós demos uma esquentada lá (BATISTA,2017).

⁵¹Eu nasci estrela! Os meus amigos das escolas são meus alunos. O meu amigo se chama Miguel. Eu me lembro dos meus colegas. Eu me lembro dele ele tem um negócio que vende vinho. Chama Artur. O Artur era milionário eu era ninguém, mas eu era tudo. Eu era tudo porque todo aniversário deles eu ia fazer festa não saía da casa deles. Eu não vejo pobreza! A pobreza é o espírito da gente. Você troca uma roupa, põe uma roupa bonitinha e vai pro aniversário. Vai quem é você! Pra você ir pro aniversário arrumadinha. Você não tem que ir outro, você não é outro menino. Você tem que por na cabeça as pessoas tem muita pose. Quem é você? Só isso. As pessoas têm muita pose (VITÓRIA,2018).

A colaboradora Batista (2017) destaca que elas e as irmãs alegraram a escola com as músicas, os jogos e brincadeiras:

No começo foi meio complicado porque nós ficamos retraídos tinha até medo até de falar, porque lá todo mundo muito bem arrumadinho porque o nosso uniforme era um pouco inferior até que a nossa avó e a dona Raquel foram arrumando isso tudo para nós. E sentimos também aquela troca de professores; que até então aqui nós tínhamos um professor uma professora para tudo. Lá não, cada horário (é como hoje) cada horário era um professor porque nós estávamos no terceiro ano. Então isso aí nós demoramos um pouco para ter essa adaptação, essa mudança de professores. Mas no geral eu te falo que foi muito bom pra nós. Muito bom porque depois que nós tomamos conhecimento do ambiente e dos alunos, pra nós foi café pequeno porque aí brincava a gente participava. Nós estudávamos e éramos festeiros; nós carregamos isso para lá, porque lá não existia nada disso era só estudar e estudar o povo muito polido aí chegou o povo mais humilde para não falar pobre aí nós passamos nossas músicas de roda aqui que a gente brincava, ensinamos os meninos a jogar peteca, bola, os três marinheiros (BATISTA,2017).

No universo das crianças a socialização, de acordo com a narrativa, foi amistosa e, ao que tudo indica houve interação entre ambas as partes através das brincadeiras. No diálogo com os adultos elas acabam aprendendo o preconceito.

Sobre suas vivências na escola, Silva (2017) afirmou:

A partir dos seis anos de idade a gente ia direto para o Grupo Escolar, não tinha maternal, creche. Foi o primário, lembro que era a primeira, segunda, terceira e quarta série. Nas férias é que a gente tinha essa possibilidade de ir para roça. A carência era suprida porque a gente tinha uniforme, todo ano a gente ganhava uniforme, sapatos (chamava de kongá ou kichute). A carência material a gente tinha, era inevitável. Não conseguia comprar o lápis de cor que os meninos mais sabidos compravam, a gente não tinha o lanche que os meninos mais rebuscados possuíam, mas tinha o lanche que a gente chamava de merenda a sopinha (SILVA,2017).

Vitória (2018) narrou:

Eu já estava dando aula. Eu continuei morando lá. Eu empreguei nessa casa e virei família. Dar aula é a mesma coisa, é uma arte! Pra mim é a arte de mexer com o ser humano, e mexer com o ser humano é mexer com a saúde. Eu fiz o ginásio aqui em Uberlândia. Eu fiz o exame de admissão e depois fiz 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries. Fiz a prova de admissão no Museu⁵² e passei. Tinha o clássico ou científico, mas eu escolhi o magistério (VITÓRIA,2018).

⁵² O Museu foi uma das escolas públicas mais tradicionais do município de Uberlândia. Aos poucos os negros foram ocupando as escolas tradicionais no processo de escolarização.

Sobre o processo de escolarização no Colégio Central Batista (2017) afirmou:

Então são coisas assim que até é oportuna essa entrevista sua com a gente que nós podemos lembrar a nossa infância que foi linda, foi maravilhosa com liberdade! A gente brincava na rua, a gente brincava dentro da escola com bolinha de gude e a gente levou isso para lá pro Colégio Central porque lá não existia isso: dependurar nas árvores, andar em cima do muro isso é coisa que nós fazíamos aqui e lá não faz. E o estudo lá muito bom. Sempre que nós nos lembramos da dona Raquel a gente pede muito pra Deus abençoar o espírito dela onde que estiver porque se nós hoje nós temos o conhecimento que temos e conseguimos chegar aonde nós chegamos nós agradecemos a ela também porque ela é que nos deu o impulso pra esse nosso estudo porque ela e a dona Rosa que nos davam uniforme, caderno, lápis e caneta tudo que precisavam elas davam porque os pais eram muito pobres. Agradecemos a ela e a dona Rosa. Anos atrás, em 1976 que o prefeito tirou a professora daqui do Externato eu vim dar aula. Eu dei aula aqui doze anos alfabetizando as crianças e depois disso eu fui deixando um pouco a escola de fora (BATISTA,2017).

Sobre suas vivências escolares, Silva (2017) narrou:

Quatro anos (primário). Foi a escrever. Eu sempre me lembro de escrever. Na realidade crianças que tinham condições de estudar eram noventa por cento das que estavam em sala de aula. No meu caso eu era a exceção! Os que não tinham condição de estudar ou que não conseguiram estudar era uma dezena de pessoas, principalmente os negros pobres que habitavam o alto do morro da cidade. Evasão naquele momento praticamente não existia. Para que houvesse evasão era bem difícil. Primeiro pela rigidez que se faltasse o professor, o inspetor e até o diretor iam à casa do aluno pra saber as motivações dele não estar indo estudar. Dos que entravam no colégio nas primeiras séries praticamente evasão era uma coisa que não ocorria. O que havia era dificuldade de entrada de nós os alunos pobres e negros. Mas isso já era um divisor de águas na cidade (SILVA, 2017).

De acordo com o entrevistado Silva (2017) verificamos que ao mencionar que muitos negros e pobres que habitavam o morro da cidade não conseguiram estudar percebemos que a consciência de classe e étnica do entrevistado revela a preocupação com a comunidade dos negros.

Sobre os estudos na infância, assim afirmou Silva (2017):

Na infância uma professora que me marcou foi a Sofia pelo simples fato dela levar bolacha, bola, essas coisas. Foi nesse sentido mesmo. Para te falar a verdade se for pensar em termos da importância do estudo da infância não saberia. Eu só posso dizer que para os meus pais era importante a gente continuar estudando. Eles não eram analfabetos, tinham noção de estudo, de escrita, para eles era

importante estudar, colocar o filho na escola para eles era algo importantíssimo (SILVA, 2018).

O lanche ou a merenda escolar era importante para os depoentes, então crianças negras naquele momento, quando a professora levava bolacha reforçava os vínculos afetivos com os alunos com base em ações de solidariedade que contribuíam para o acolhimento e a inclusão social no ambiente escolar.

Sobre suas vivências escolares, Silva (2017) narrou:

Yasmim, essa professora de repente descobriu que eu escrevia poesia. Eu estava lá no fundo da sala quieto e no final ela resolveu me ajudar. Comprou uma briga com a escola e em 1980 eu publiquei meu primeiro livro de poesia. Quando ela acredita em mim e investe no meu trabalho aí a raiva desapareceu. Por quê? Por que no lugar da raiva aparece a caneta e aparece a poesia. E aí aparece essa pessoa que vai me incentivar. Mesmo assim parei de estudar de novo, não conseguia acompanhar o ritmo do trabalho (SILVA, 2017).

Sobre a educação, Silva (2017) afirmou:

É como eu disse: para os meus pais estar na escola era importante porque veja bem eu estou numa escola onde meus irmãos antes estiveram. Então era a única escola e para pais negros numa cidade racista já era um diferencial de sociedade, não importa se meu filho está bem ou não, mas ele estuda, ele está na escola. Aquele medo, aquele receio de que o filho, a filha não estudar vai virar malandra. Sempre exigiram, era exigência de pai e mãe. Minha mãe foi até professora na zona rural, mas a minha mãe nunca estudou. Ela era autodidata. Pouco tempo ela que veio da roça para cidade. Ela sabia tabuada como ninguém, tinha noção da leitura por isso em algum momento ela deu aula na zona rural. Meu pai tinha o conhecimento básico de época que provavelmente foi no Grupo Escolar no lugar que ele deve ter estudado. Todos meus irmãos estudaram. A gente tem um irmão formado em administração, uma irmã que foi pedagoga especialista e é aposentada; tem outra que é especialista em educação e trabalhou na superintendência de ensino e as outras duas que tem ensino médio. Aliás, para a gente que é pobre se tem uma coisa que pode ajudar de alguma forma ainda que minimamente é o estudo. Por isso que talvez meus pais batessem nessa tecla. O único caminho que a gente tinha era a educação, não tinha outra porta na vida, outros caminhos sociais diferentes principalmente na nossa cidade (SILVA, 2017).

Segundo Silva (2017) o apoio e orientação da professora foram importantes na vida escolar:

Yasmim. Teve outros importantes, mas eu prefiro ficar com ela. Eu gostava dela porque ela acreditou em mim. Eu gostava do jeito que ela ensinava. É muito difícil, raramente um professor que está na sala de aula de repente ele detectar que tem um aluno no fundo que está só e de repente perceber que naquela solidão possa existir alguma coisa

maior. Por que às vezes é mais fácil você fingir que não está vendo nada. A questão de ela aproximar de mim: o que você está fazendo? Você gosta de poesia? Gosto. Você gosta de escrever? Escreva algumas coisas aí pra mim. Aí ela datilografava e colocava no pátio. Aí ela datilografou e colocou no pátio colocou lá Jeremias Brasileiro da Silva. Aí começou: escreve mais um poema que vou ver se escrevo um livrinho. Disse: Você está louca? Houve resistência? Você está louca ajudar esse menino? Porque na realidade o que é esse menino? É um menino negro servente de pedreiro e que não tinha futuro. Mas foi tudo isso que me marcou nela. E o fato dela me dizer o seguinte: o que eu pude fazer por você foi só isso. Agora não importa o caminho que você vai seguir. O caminho que você vai trilhar acredite na poesia que um bom poeta você pode ser (SILVA,2017).

Sobre a poesia, Silva (2017) destacou:

Depois que os meninos começaram a descobrir que eu era poeta, que eu escrevia poesia, os meninos ficavam pedindo poesia. Os meninos pediam poesia para mandar para as meninas. Aí isso foi outra relação, mas não me tirou o meu lugar de solidão não (SILVA,2017).

Os depoimentos acima remetem a um período onde a escolarização da população uberlandense (décadas de 1950 e 1960) seria condição fundamental para o progresso do município, Villas Boas (2015)⁵³ afirmou:

O cenário desenvolvimentista instaurado a partir de meados dos anos 50 criava condições especiais para concretizar o plano de Uberlândia de se tornar pólo comercial. Se essa possibilidade atraiu empresas para o município, não se pode dizer que esta ofereceu uma contrapartida-chave: mão de obra escolarizada. Uberlândia não fugia às estatísticas nacionais: mais de 50% da população era analfabeta (assim como o era em outras cidades tidas como progressistas, daí o analfabetismo ser visto como um mal da década de 60) (VILLAS BOAS, 2015, p.44).

Villas Boas (2015) realizou uma importante pesquisa que ajudou na compreensão da importância do Grupo Escolar 13 de Maio para a comunidade na tentativa de suprir as demandas educacionais das populações dos negros que habitavam o bairro Tabocas na época.

Ainda de acordo com a autora, o analfabetismo era um problema social que afetava a sociedade uberlandense e dificultava o progresso da cidade na época por falta de mão de obra qualificada que pudesse atender o mercado de trabalho. Mas quem eram os beneficiados pelo progresso? A elite política e econômica proprietária do capital e

⁵³ Oliveira (2011, p.54) citou que a população não alfabetizada no município de Uberlândia de 15 anos ou mais em 1970 foi de 17,40%.

dos meios de produção foi e continua sendo na essência quem iria lucrar com os empreendimentos; nessa lógica os movimentos políticos no sentido de alfabetizar a população estava associada à lógica da reprodução do capital. A educação entraria como fator de modernização tecnológica na base da infraestrutura com a finalidade de qualificar o trabalhador sem se preocupar necessariamente com a sua valorização e bem estar, mas sim com a possibilidade de atingir saltos qualitativos que pudessem agregar qualidade nos processos de produção agrícola, comercial ou industrial otimizando todos os processos produtivos.

Como vimos nos depoimentos, à população negra deveria lutar pela sobrevivência, a escola seria quase um privilégio de uma minoria, o que beneficiava as elites políticas e econômicas no acesso e permanência na escola. As populações mais humildes e despossuídas eram mais acometidas pelas desigualdades sociais fazendo com que as pessoas buscassem a escolarização na perspectiva de ter empregabilidade, e quem sabe um futuro melhor. O progresso citado por Villas Boas (2015) foi desigual, fruto da sociedade de classes onde a força de trabalho era explorada pelos capitalistas.

Um caminho de escolarização dos negros estava nas escolas noturnas, frequentadas por trabalhadores, de acordo com Silva:

Os grupos noturnos não ofereciam condições adequadas aos alunos e professores, que eram obrigados a conviver com a estrutura precária dos prédios, falta de energia, falta de materiais didáticos e até mesmo de água. Nessa perspectiva, é interessante pensar que eram disponibilizadas vagas aos alunos, porém, não se oferecia condições para que estes permanecessem nas escolas, já que para se chegar até elas, era preciso enfrentar problemas, como a falta de estrutura física dos bairros distantes da área central do município, problemas de locomoção e outros (SILVA,2015, p.109).

Na citação acima, Silva (2015) destaca a precariedade das instituições escolares no município bem como as dificuldades de permanência dos estudantes no processo de escolarização o que pode ter contribuído para que as taxas de analfabetismo fossem elevadas na época. Nas décadas de 1950 a 1970 percebemos cada vez mais as reformulações das políticas educacionais no sentido de fomentar a educação profissionalizante através de associações como sindicatos, o SENAI e outros espaços formativos na perspectiva de cooptar as populações que estavam excluídas do sistema de ensino. No próximo capítulo adentraremos nas discussões relacionadas com as relações étnicas nos espaços escolares.

CAPÍTULO 3

RELAÇÕES ÉTNICAS EM ESPAÇOS EDUCATIVOS

A limitada participação da população de cor no processo educacional formal é marcado por contradições. Em acréscimos aos mecanismos de discriminação de classe do sistema educacional – cujos efeitos são especialmente sentidos por negros e mulatos devido à sua maior concentração nos setores subordinados da estrutura de classes – a cor da pele opera como um elemento que afeta negativamente o desempenho escolar e o tempo de permanência na escola. Embora a educação no Brasil tenha sido o principal canal de ascensão social para a população de cor, há boas razões para acreditar quanto maior for o nível educacional atingido por uma pessoa de cor, maior será a discriminação experimentada por ela no mercado de trabalho. Em outras palavras, o retorno de anos adicionais de escolaridade: em termos de ganhos ocupacionais e de renda, tende a ser proporcionalmente menor para os não-brancos do que para os brancos (HASENBALG,2005, p.191).

Na primeira parte deste capítulo apresentamos as narrativas dos colaboradores que concederam as entrevistas sobre as vivências escolares. Além destas informações alguns colaboradores que atuam em movimentos sociais dos negros como o MONUVA -*Movimento Negro Visão Aberta de Uberlândia*-, personalidades políticas, congadeiros e religiosos da Umbanda expressaram seus pontos de vista sobre a realidade do negro no município e região.

Na segunda parte deste capítulo verificamos que alguns depoentes declararam que foram vítimas de discriminação étnica durante o processo de escolarização, falam sobre a intolerância religiosa e os desafios sociais em suas lutas pela sobrevivência na sociedade de classes cujo discurso da igualdade reverbera cada vez mais distante da realidade dos negros.

Dedicamos à última parte deste capítulo a todos negros que atuaram persistentemente na defesa da identidade étnica, da liberdade, da cultura e educação e que construíram a própria história através do protagonismo social em suas lutas diárias contra a opressão do sistema capitalista, das injustiças sociais e do preconceito que lamentavelmente persiste.

Apresentaremos algumas análises sobre algumas crônicas apresentadas na reportagem especial do jornalista e professor Jerônimo Arantes (*In Memoriam*), intitulada: “O Negro de Uberlândia (1918-1956): Primeiros Escravistas – Fazendas e

Senzalas – Expressão de Elementos Negros Civilizados na Vida Social da Cidade”, em 1956, na revista *Uberlândia Ilustrada*.

3.1 O cotidiano escolar do ponto de vista dos alunos negros

Como vimos anteriormente, boa parte dos colaboradores tiveram seu primeiro contato com o mundo escolar na zona rural. Assim, a atividade rural sempre foi marcante na vida dessas pessoas em geral, mas também nas suas experiências de escolarização.

A atividade produtiva de no campo era fundamental para a economia da cidade de Uberlândia haja vista que os produtos consumidos como alimentos e outras matérias primas que eram utilizados na fabricação de uma gama variada de produtos formava mercado consumidor na zona urbana. Seria necessário manter o homem na zona rural, mas o que vimos que estava acontecendo não era o êxodo urbano e sim o rural.

A pressão pela qualificação dos trabalhadores rurais era imprescindível para primeiramente manter o trabalhador nas regiões rurais para que a atividade produtiva que por sua vez mantinha a exploração dos trabalhadores do campo cuja educação elevaria a possibilidade de algum nível de ascensão social.

A necessidade da qualificação da mão de obra era uma necessidade vital para a manutenção e ampliação do sistema produtivo. As populações rurais, muitas das quais analfabetas deveriam ter acesso à escolarização adequada, completa e de qualidade; na prática o que as pesquisas tem mostrado é que a precariedade envolvendo todo o processo educativo desde as instalações prediais até a contratação de professores.

Sobre o número de escolas rurais Lima (2004) citou:

O aumento do número de escolas rurais continuou a processar-se nos anos subseqüentes, pois consta que, em 1952, o seu total atingiu 44 estabelecimentos, com uma matrícula de 1.549alunos, sendo que, em 1954, esses números elevaram-se para 51 escolas e 1.877 alunos matriculados (UBERLÂNDIA ILUSTRADA, 1952,p.12 *apud* LIMA, 2004,p.108).

No que diz respeito aos estabelecimentos rurais, de acordo com Lima (2004), em 1952 havia 44 estabelecimentos com matrícula de 1549; dois anos depois, em 1954 passou para 51 escolas, um aumento de sete estabelecimentos.

Na imagem que segue temos alguns alunos de frente a fachada de uma das escolas rurais municipais designada de Jamil Tannus⁵⁴.



**Figura 2- Alunos do Grupo Escolar Jamil Tannus.
Fonte: REDENTOR, 2018.**

A colaboradora Nazaré (2018) estudou em uma dessas escolas rurais do município de Uberlândia, assim ela se referia a relação de sua família com as professoras dessa escola:

Nessa época da escola Felipe dos Santos⁵⁵, a professora morava dentro de nossa casa pra poder dar aula; a escola estava a quinhentos metros. Primeira a Maria Inês, depois Vangela, depois Célia e depois a Maria de Fátima. Estudei até a segunda série (NAZARÉ,2018).

Em meio aos desafios na luta pela sua sobrevivência e da família, Maria (2018), sua filha Nazaré (2018) reconheceram a importância do aprendizado oferecido pelas professoras na vida da família que haviam incentivado os estudos através da paciência, da solidariedade e da fraternidade:

⁵⁴ A escola Jamil Tannus localizava-se na fazenda de São Vicente no distrito de Miraporanga (OLIVEIRA,2011, p.90).

⁵⁵ Não encontramos registros da Escola Municipal Felipe dos Santos. No campo de buscas aparece que a instituição está paralisada e que se localizava em uma fazenda denominada Fazenda Europa.

A Vangela era uma professora carinhosa com minha mãe e com meu pai. A forma de ela ensinar era uma forma carinhosa porque a pessoa de idade pra ela estar memorizando o que ela diz, tem que voltar; o que ela estava transmitindo era com carinho os conteúdos. Então ela marcou muito e a Vangela, nesse sentido era muito carinhosa. Então ela foi uma pessoa que marcou muito a vida da minha mãe e do meu pai. Era aquela pessoa que na hora estava transmitindo os conteúdos marca a vida do idoso. Antes de falecer meu pai sempre comentava (NAZARÉ,2018).

Que a Vangela tinha esse carinho, sempre que conversava com ele sobre todo jovem na adolescência, aquela fase que eles estão agitados. Ela gostava muito de cozinhar, ela ia pra cozinha pra fazer comida com ele (MARIA,2018).

Ainda sobre a mesma escola na mesma fazenda Maria (2018) afirmou:

Todas elas eram boas, mas teve uma que tocava mais o sentimento da gente, chamava-se Vangela, era evangélica, morava dentro da minha casa, nunca tive nada que reclamar dela, uma convivência muito boa (MARIA,2018).

A professora Vangela e a sua forma com a qual se dispunha a ensinar no exercício da docência marcou profundamente a memória da família de Maria e de Nazaré.

Ao indagar Maria sobre porque ela se esforçou para estudar e também para que seus filhos estudassem, assim respondeu:

Eu sempre incentivei mesmo porque a vida para mim foi muito difícil sem estudo e eu não queria ver ele passar aquela vida que a gente passou. A gente queria uma vida boa porque a gente não tinha estudo. Os outros passavam a gente pra trás, quando a gente acordava já era tarde! Então eu sempre os incentivei, levava eles longe pra ir pra escola, todo dia ia a pé com eles, deixava eles na escola e ia para casa. E ai, depois a professora sabia que nunca estudei, vamos estudar também? Ai comecei a ficar junto e comecei a incentivar os filhos a dar valor na escola. Tinha a, e, i, o e u; o sá, sé, si, só e su. Tudo isso a gente achava bom (MARIA,2018).

Segundo o relato de Maria (2018) sobre as experiências escolares verificamos que para essa população rural e negra a educação era mínima reforçando o que vários autores dizem que sempre dependia da caridade ou do assistencialismo de alguma autoridade branca. As condições sociais afastavam os pobres dos bancos escolares e em sua maioria constituído por negros.

A atuação dos pais em levar os filhos para a escola fez com que Maria (2018) voltasse a estudar.

Sobre a composição dos alunos na sala de aula da escola Nazaré (2018) afirmou:

Eu tinha cinco anos. Tinha mais crianças e jovens, a única adulta era ela (a mãe). Tinha trinta alunos. Era uma sala seriada, os menores sentavam sempre na frente, cada um fazia sua própria tarefa (NAZARÉ,2018).

A sala multi seriada, ou seja, alunos de várias idades frequentando o mesmo espaço e cada um em um grau diferente de aprendizagem.

De acordo com o relato de Dona Maria (2018) pelo método de alfabetização descrito verificamos que a pedagogia tradicional predominava nas zonas rurais o que demonstra a pouca inovação no processo de ensino escolar.

O método sintético (...) consistia em iniciar o ensino da leitura e da escrita com a apresentação das letras e seus nomes (método da soletração alfabética), ou dos sons (método fônico), ou das famílias silábicas (método da silabação), sempre obedecendo a uma ordem de dificuldade das letras, primeiramente, as sílabas simples e, posteriormente, as sílabas complexas. E a escrita ficava restrita à caligrafia e à ortografia, por meio de cópias exaustivas, ditados e formação de frases simples (DOMINGUES,2015,p.116).

Sobre as decepções e alegrias escolares, Bondade (2017), Redentor (2018), Das Graças (2018) e Firmino (2018) assim afirmaram:

Dissabor em sala de aula eu nunca tive não (BONDADE,2017).

Tenho só orgulho. As pessoas trataram a gente bem (RENDENTOR, 2018).

Nunca ninguém me deu decepção, me humilhou!Fui muito bem tratada (DAS GRAÇAS⁵⁶,2018).

Era muito bem tratado (FIRMINO,2018).

Sobre suas vivências escolares na zona rural de Uberlândia, Santos afirmou:

Depois o meu pai contratou um professor que morava na fazenda vizinha, naquele tempo tinha palmatória e tudo, mas esse homem, o Túlio começou a beber. Naquela época não falava nada das pessoas pra ficar sabendo, não tinha assinatura. Eu tinha nove anos. Mas quando nós mudamos pra beira do rio ai o fazendeiro, ai a gente

⁵⁶ Madalena das Graças tem 78 anos e é casado com o senhor Emanuel dos Anjos. É aposentada.

estudou o MOBRAL, era de noite aquela dificuldade danada. Era quase meia légua que a gente tinha que ir. A gente estudou em Miraporanga na época que a empresa comprou. Tinha uma base mais ou menos de 50 anos. A empresa que deu essa oportunidade. Trabalhava de dia não era fácil. Aí não estudei mais. Trabalhava de dia não era fácil (SANTOS,2018).

Oliveira (2011) realizou uma importante pesquisa para a história da educação referente do projeto de alfabetização de jovens e adultos conhecido como MOBRAL desenvolvido pelo governo federal e foi implementado também no município de Uberlândia em algumas escolas localizadas em regiões distritais. O MOBRAL era destinado às pessoas que não haviam concluído o processo de escolarização da educação básica no tempo regular.

Segundo a pesquisadora a partir do Golpe civil-militar de 1964, o governo desejava que a economia do país se desenvolvesse rapidamente com investimentos em infraestrutura, uma época marcada pelo ufanismo. Um dos problemas que dificultava o crescimento econômico era o analfabetismo. O MOBRAL surge neste contexto.

No início da década de 1970, o Mobral enfatizava a promessa de acabar, em dez anos, com o analfabetismo, que era considerado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici como “vergonha nacional”. O surgimento do programa como instituição pública visava também amenizar o efeito da repressão política instaurada, por meio de uma participação limitada e da falsa ideia de ascensão social via alfabetização. Assim, seria possível recompor o controle da dinâmica social e minimizar a insatisfação da população, pois foi produzido um sentimento de integração nacional (OLIVEIRA,2011, p.40).

Segundo Oliveira (2011, p.40) cerca de 500 mil alunos foram atendidos pelo programa e a meta seria alfabetizar 11 milhões de alunos até 1971. A pesquisadora questionou a eficiência do programa especialmente na área rural do município de Uberlândia:

Nesse sentido, constata-se que os cursos aligeirados do Mobral não possibilitavam aos alunos se alfabetizarem de fato, por outro lado, eram impedidos de se inscreverem novamente nas salas de Alfabetização Funcional, pois cada pessoa podia se matricular apenas uma vez no Mobral. Diante disso, verifica-se que esse processo contribuiu para elevar as estatísticas governamentais, contudo, não mudou a realidade de milhares de brasileiros que, mesmo tendo passado pela experiência do Mobral permaneceram não alfabetizados (OLIVEIRA,2011, p.130).

O colaborador Santos (2018) participou do programa MOBRAL com o objetivo de concluir sua escolarização e confirma em seu depoimento que o ensino deixava a

desejar. Vemos que em geral, as primeiras experiências escolares dos colaboradores da pesquisa eram breves e precárias.

O colaborador Dos Anjos (2018) relembrou os conselhos da mãe sobre a importância do estudo para a vida:

Na questão da escola a minha mãe sempre foi a favor da gente, ela falava assim pro meu pai assim vamos mudar pro lugar pra uma roça que tenha escola pra esses meninos estudar; ele achava que o mundo não ia desenvolver que a modernidade hoje a tecnologia de hoje que está matando o próprio ser humano também. Ele achava que isso não ia chegar ao ponto que está hoje. Falava assim pra minha mãe: filho meu tem é que trabalhar não é virar vagabundo não. Quem estudava era vagabundo. Coitado! Ele não pensava nisso (DOS ANJOS, 2018).

Segundo a fala do colaborador Dos Anjos (2018) o pai dele achava que estudar era coisa para vagabundo. Refletindo sobre o que foi dito no depoimento devemos levar em consideração a educação familiar por ele recebida e a cultura que a família estava inserida.

De acordo com Dos Anjos (2018) a mãe possuía o desejo de que o filho pudesse ser escolarizado mesmo que tivessem que mudar para outra fazenda. O descenso entre seus pais no que diz respeito à educação dos filhos fazia parte da realidade. Nós estamos analisando um depoimento de trabalhadores rurais, de pessoas que tinham de lutar, trabalhar duro para sobreviverem em um mundo extremamente opressivo socialmente! Tudo que eles tinham na vida era apenas a força de trabalho e a esperança de algum dia terem uma vida melhor.

Ao dizer que seu pai havia dito que estudar era coisa para vagabundo percebemos que o próprio resistia às mudanças ao mundo moderno que agora valorizava o espaço escolar, mas muitas vezes o morador do campo rejeitava esse novo mundo que ameaçava o seu cotidiano tradicional vivido por gerações na zona rural, pois o trabalho era para ele o que mais importava na vida, era o que permitia prover a família, era a realidade que vivia. Ao que tudo indica a mãe Dos Anjos (2018) via na educação a possibilidade de mudança daquela vida cheia de desafios e dificuldades.

Inferimos que se trata da resistência ao novo, da mudança e que na tal modernidade o estudo era somente para os ricos que poderiam se dar ao privilégio de não trabalhar. É óbvio que na sociedade de classes as oportunidades são diferentes para todas as pessoas e que a competição na luta pela sobrevivência ou manutenção do status quo é a regra de ouro e figura entre as causas das desigualdades educacionais.

De certa forma, diante da ausência ou das precariedades das escolas rurais existentes na época em decorrência da carência de recursos humanos ou financeiros, as dificuldades de transporte dos alunos para chegarem a escola, o cansaço advindo do trabalho que certamente contribuía para a não continuidade dos estudos, a falta de professores e instalações prediais inadequadas para que os alunos pudessem minimamente serem alfabetizados são fatores que contribuíram para a exclusão escolar que de certa forma excluía (salvo exceções) os mais pobres do direito à educação, entre esses, historicamente os negros.

A colaboradora Das Graças (2018) não mencionou detalhes sobre sua relação com os pais, ela diz que morava nos locais em que trabalhava e era tratada com respeito pelas pessoas com quem conviveu.

Eu trabalhava lavava passava e deixei boa fama graças a Deus. Com quatorze anos em escola estadual. Estudei até a quarta série. Depois quando eu trabalhei na medicina eu fiz a oitava série no CESU (Centro Estadual de Educação Continuada de Uberlândia). Assim coisas de ruim nunca aconteceu. Uma vez tinha um menino muito levado aí a professora chamou a atenção dele. Ele só brincava, levava na brincadeira. Aí a professora chamou a atenção dele se você quiser estudar...agora se você não quiser estudar a porta está aberta. A porta está aberta! E ele foi embora da escola? Não foi de jeito nenhum! Agora vai à escola pra brincar, não pode. Primeiro fiz a quinta e sexta séries em escola municipal (DAS GRAÇAS, 2018).⁵⁷

De acordo com o relato da colaboradora Graça (2018) ela presenciou uma cena do cotidiano escolar que obrigou a professora a chamar a atenção do adolescente pelos comportamentos inadequados. Será que o fato da colaboradora lembrar desse episódio teve relação com racismo?

Outro dado interessante é que a educação para essas populações tinha um caráter moralista, vinculado a religiosidade. Isso foi destacado nas falas onde ser religioso era apontado como algo positivo em relação à figura dos professores.

Sobre sua vida escolar, o colaborador Santos (2018) relatou:

Na fazenda. Eles me deram o diploma do quarto ano. Ai eu parei na quinta série. Minha mãe estudou, mas naquela época a escola era atrasada. Aquele estudo dela era pouco. Agora meu pai estudou. Em São Vicente era solteiro; aí a gente casou ai eles voltaram com o

⁵⁷Em razão da dificuldade em lembrar-se das vivências sociais a filha de Madalena - Isadora -, a auxiliou a resgatar algumas lembranças. Isadora (2018) informou: ela trabalhava na saúde. Ela era auxiliar de laboratório, ela trabalhava no setor de esterilização, auxiliar de esterilização. Ela trabalhou dez anos à noite nesse setor. Depois ela foi pra lavanderia. A chefia dela falou lá assim que eles tinham que estudar. (ISADORA, 2018).

MOBRAL.A gente estudou com a Regina depois eu estudei com a Anita. Estudei com a Odete. Depois dessas na fazenda em Miraporanga,⁵⁸ tinha uma época que teve aluno à noite e a gente estudou. Depois que a empresa comprou a gente continuou estudando (SANTOS, 2018).

Segundo o colaborador Santos (2018), ao longo de suas vivências escolares o processo de escolarização foi permeado de interrupções justificadas ora pelo cansaço após a jornada provavelmente exaustiva de trabalho, limitações em prosseguir as etapas posteriores do ensino provavelmente por falta de escolas, professores e todos os recursos necessários para a alfabetização.

O entrevistado afirmou em sua fala por várias vezes que o estudo era fraco, que a escola na época em que os pais deles estudaram era atrasada. A educação era mais precária na zona rural, portanto, não era um problema que atingia somente os negros, contudo, a situação de vida precária e a questão racial se associavam para acentuar a exclusão dos negros da escola.

Sobre as condições de estudo na fazenda Santos (2018) afirmou:

Nessa época quando a gente era mais velho, a gente viu os primos tudo estudando na cidade, já sabia que o estudo fazia falta, tinha dezesseis, dezessete anos. Tinha vontade de estudar, mas aí não tive aquela oportunidade. Deram a planta, depois o prefeito resolveu colocar dois professores na sala. Aí depois que ele fundou a sala ele levou a banda de música lá na fazenda. E depois puseram escola à noite, foi a empresa que pôs. Depois a gente continuou de novo que tinha escola a noite que ia pegar aluno à noite (SANTOS,2018).

Aos poucos as políticas de alfabetização foram sendo multiplicadas forçando empresas e municípios a ampliarem as oportunidades de estudo na zona rural e com escolas noturnas.

Sobre o aprendizado na escola, Santos (2018) narrou:

Eu não sabia muita coisa, mas favoreceu já um pouquinho. Estudei aí eles deram o diploma da primeira série. É a vida. A gente morava na fazenda, mas criou assim tinha vontade de um dia ter uma condução pra ir pra casa dos pais. Os pais tinham até vontade de mudar pra cidade, mas a família continuou na fazenda e foi ficando. O pai faleceu já estava na fazenda, mas continuei. Tinha vontade de comprar uma casa na cidade, o dia que tiver uma bolsa, tanto que eu comprei o terreno aqui tem mais de trinta e cinco anos que eu comprei isso aqui não tinha nada, ter casa aqui em volta era pouco. Era aquela vontade

58Miraporanga é o distrito mais antigo no município brasileiro de Uberlândia, do estado de Minas Gerais. Também é conhecido como “Santa Maria”, que foi seu nome até 1943, e também como os moradores designam o distrito até nos dias atuais. O território do Distrito é fronteiro aos municípios Prata, Monte Alegre, Veríssimo e Uberaba (WIKIPÉDIA,2018,p.1).

um dia que de ter casa e vir na cidade. Ai eu imaginava, um dia que eu puder ter uma casa na cidade eu quero aprender a trabalhar de pedreiro porque o dia que eu quiser fazer uma pra mim eu mesmo faço (SANTOS,2018).⁵⁹

Gentilmente o senhor Santos (2018) mostrou alguns livros que havia guardado referente à época que estudou. Na imagem abaixo obtemos uma foto com o título do livro: “Oficina das Letras”, utilizado para a alfabetização de adultos.

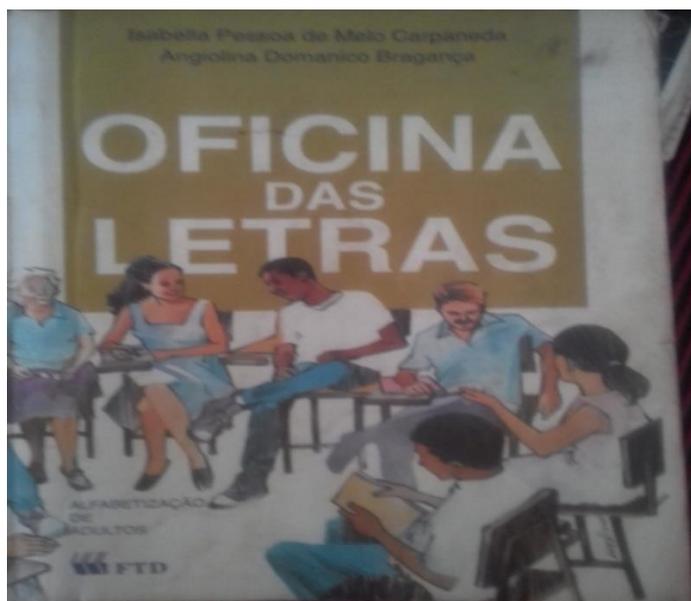


Figura 2- Capa de livro: Oficina das Letras.
Fonte: (SANTOS,2018).

Sobre as vivências escolares, Santos (2018) falou sobre a palmatória, esse instrumento da educação tradicional e secular:

Ela é uma roda que tinha um cabo assim desse tamanho, era uma rodinha mesmo e tem um buraco no meio e quatro buraco de banda. E a gente entrava na escola lá. Aí esse menino tinha estudado lá numa escola lá na fazenda na divisa ele foi pra lá ele já tinha um princípio de estudo. Ai o professor, ele tampava a letra e o número, e aquele que acertasse falasse pro homem se não acertasse de verdade batia aquilo na mão do menino. Naquela época botava às vezes até de castigo. Eu nunca cheguei a ficar de castigo (SANTOS,2018).

Analisaremos alguns aspectos relacionados com o processo de escolarização dos (as) colaboradores (as) entrevistados.

⁵⁹Neste trecho da narrativa perguntei ao senhor Pedro porque ele queria estudar. Ele disse que queria comprar uma condução para visitar os pais e que também ele queria comprar uma casa na cidade. Pedro menciona que o pai falecera na fazenda. Ao dizer que conseguiu juntar uma bolsa significa que ele conseguiu juntar um dinheiro e comprou o terreno onde com o tempo construiu a casa onde reside.

Maria, a matriarca da família, não poupou esforços para que os três filhos estudassem mesmo que a escola fosse distante da casa onde moravam. Maria foi envolvida no processo de escolarização acompanhando os filhos durante o ensino escolar. Redentor relatou que muitas crianças ficavam sem estudar por ter de trabalhar na lavoura. Santos praticamente dedicou sua vida ao trabalho em área rural; o que nos chama a atenção é que ele queria estudar e na trajetória de vida enfrentou inúmeras dificuldades que estavam associadas à falta de escola, professor ou mesmo ao cansaço produzido por um dia de labuta no trabalho que provocava ausência na escola. Ele observou que alguns primos migraram para Uberlândia e tiveram acesso a melhores condições de vida. Em relação ao Dos Anjos podemos verificar que passou por muitas privações inclusive alimentares. Nos momentos que teve acesso à escola salientou que não tinha paciência para estudar, entretanto em sua narrativa fala muito em solidariedade, em humanidade. Das Graças destacou o trabalho e as boas relações com a família na casa em que trabalhou. Firmino afirmou que gostava muito de viver na fazenda e que achava o ensino muito fraco.

Todos os entrevistados migraram para o município de Uberlândia em busca de melhores condições de vida, de escolarização, de moradia, de acesso à saúde, etc.

Em relação à educação no campo Oliveira (2011) relatou:

Os elevados índices de reprovação, especialmente nas áreas rurais, estabeleciam-se em função de diversas dificuldades enfrentadas. Tratavam de problemas como a pobreza do aluno, que necessitava a trabalhar já na infância para ajudar no sustento da família. A evasão da escola, portanto, era uma das consequências de problemas sociais mais amplos e de profundas raízes no Brasil. Nesse sentido os estudantes do campo, quando tinham a oportunidade de frequentar a escola, faziam-no por pouco tempo, pois tinham que se dedicar ao trabalho ainda na infância (OLIVEIRA,2011,p.22).

No que diz referência à qualidade do ensino rural, Dos Santos e Firmino havia dito que era fraco. Já Maria, Redentor e Nazaré disseram que era bom e destacaram a atuação da professora Vangela.

Sobre o ensino nas escolas rurais, Silva (2015) afirmou:

Em relação às práticas docentes, percebemos que os grupos e as escolas noturnas reproduziam as práticas das escolas diurnas, dessa maneira, adolescentes e adultos recebiam o mesmo ensino que as crianças, esse fato é nítido nas festas cívicas, comemorações e finais de ano letivo. Percebemos, ainda, que as docentes sofriam uma grande pressão da diretora e do inspetor para que tudo fosse feito com rigor

disciplina, traços da educação do Estado Novo, período anterior ao pesquisado (SILVA,2015, p.109).

Carmo (2000) autor da obra intitulada: “Função de Preto: Trabalho e Cultura de Trabalhadores Negros em Uberlândia/MG – 1945/1960,” é referência historiográfica para os pesquisadores locais que discutem temas relacionados com a cultura afro. Através do seu trabalho foi possível compreender um pouco do contexto histórico social da época dos (as) trabalhadores (as) negros (as) que viveram e trabalharam em Uberlândia. O pesquisador utilizou a história oral e entrevistou algumas pessoas que falaram de suas experiências e vivências sociais. De acordo com Carmo (2000):

Os trabalhadores negros, no seu relacionar com os vários mecanismos presentes no interior das relações de trabalho junto das “funções de preto”, da aparente segregação do mercado de trabalho, do possível preconceito por parte de sua presença em determinadas atividades, contido nas análises dos trabalhadores não negros, da evidente exploração, entre outros elementos, pontuaram, apesar das diferenças de interesses existentes, para a capacidade de construir um jogo, conforme propõe Muniz Sodré, no qual a aparência das relações só pode ser aprendida no interior da efetiva diferença, e não as disjuntivas, que se excluem mutuamente por meio da lógica diferencial; mas se observarmos nos momentos em que ocorre a imediatez da troca, nas contiguidades modulantes, na troca vertiginosa do jogo, pode se compreender o incessante jogo estabelecido (CARMO, 2000, p.70).

Carmo (2000) criticou a meritocracia da sociedade de classes embasada no discurso socialmente construído de que todas as pessoas teriam as mesmas oportunidades de trabalho e renda. Narrou às injustiças sociais a que foram submetidos os negros através da exploração da força de trabalho, destacou o protagonismo histórico dos (as) negros (as) que contribuíram para a construção e desenvolvimento de Uberlândia e as formas de resistências sociais na luta contra o preconceito e o racismo.

No depoimento do colaborador Jeremias Brasileiro percebemos que ele narra os desafios que teve que enfrentar assim que se mudou para Uberlândia na busca por emprego. O colaborador disse que trabalhou como servente de pedreiro e almejando buscar melhores posições empregatícias na cidade, na zona urbana persistiu em continuar os estudos.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos alunos com a precariedade de infraestrutura tanto nas instalações prediais escolares, e demais aspectos que perpassam por outras variáveis como acesso à escolarização, alimentação, material didático,

transporte e a exclusão escolar em razão do trabalho precoce ou da exaustão física e psicológica, a luta pela escolarização estava associada à possibilidade de uma vida melhor.

No próximo tópico trataremos de assuntos relacionados ao preconceito étnico e escolarização.

3.2 Preconceito étnico e escolarização

Além dos negros superarem as precárias condições sociais, quando adentravam ao espaço escolar, em alguns casos tinham que enfrentar o racismo explícito e em outras situações o racismo velado, como vimos em alguns depoimentos dos colaboradores.

Sobre suas relações étnico raciais na escola Silva (2017) relatou:

No Grupo Escolar era só eu negro. Lá no Grupo Escolar tinha um professor muito racista e as formas como ele me tratava, eu sempre fugia da aula. Eu não queria voltar a estudar. Eu fugia para roça domingo já estava na pré-adolescência e não queria voltar a estudar. Pai e mãe não sabiam. Às vezes eu ficava três ou quatro dias na fazenda de padrinhos (eles também não sabiam). As palavras que ele dizia para mim – esse professor -, meus colegas no recreio reproduziam e isso criou um bloqueio psicológico muito forte, por isso é que eu falei que não tenho saudades de colegas da escola e isso foi muito forte. Tinha outra aluna que ele a chamava de bolão, então era o tição preto burro e a bolão burra e essa menina sumiu da escola. É racismo total. Eu tinha pesadelos. Eu o via nos meus sonhos como enorme sombra branca às madrugadas e eu despertava assustado. Com o longo passar dos anos é que vou conseguir administrar o que era rancor, o que era revolta, o que era trabalhar com timidez (SILVA, 2017).

Ao analisarmos o depoimento do colaborador Silva (2017), inferimos que a violência verbal praticada pelo professor e reproduzida pelos colegas contra ele e a amiga evidencia total desrespeito a dignidade da pessoa, é uma forma de opressão e configurou racismo, mais do que isso, evidencia um processo de desumanização que provocou, segundo o entrevistado bloqueios psicológicos e posteriormente a evasão escolar.

Essa fala, “fugir da escola”, revela que o racismo sempre foi fator de exclusão dos negros, de expulsão deles dos espaços escolares, em muitos casos acabavam sendo vencidos pelo preconceito e abandonavam a escola de maneira que isso os colocavam em desvantagens em relação aos brancos quando se transferiam para as cidades e tinham pouca escolaridade.

Cássia Augusta⁶⁰ (2018), sobre essa questão afirmou:

Ela tem um racismo velado. Você vai conversar com as pessoas não, mas eu não sou racista! A baba da minha filha é negra, a cozinheira da minha avó era uma negra maravilhosa fazia uma comida maravilhosa. Então você ouve esses relatos pejorativos da nossa raça. Você vê que teve até a questão das cotas aqui que teve até que chamar até o pessoal porque a maioria que se dizia negro, quer dizer, na hora deles terem vantagem eles se diziam negro numa boa, mas quando chega na hora de você chegar lá e falar pega um aluno da cota só vai ver um negro porque o resto é tudo branco, tanto é que teve esse processo (que a professora estava lá) que teve que ver e chamar, fazer um histórico do sujeito porque o sujeito realmente não era negro e não tinha nada de negro. E sobre essa questão desse pessoal que veio nessa época da fundação de Uberlândia, tem os herdeiros deles, eles já se foram, mas os netos estão aí com o mesmo pensamento, com a mesma ideia de que nós negros e pobres só servimos para ser empregados deles. Eles não querem um filho meu negro doutor, por quê? Esse meu filho meu negro vai competir com o filho branco dele que talvez tenha estudado na mesma faculdade que é uma faculdade de ponta que é uma federal (AUGUSTA, 2018).

Ressaltamos nesse depoimento que a exploração da força de trabalho dos negros pelas elites regionais são históricas, e, de acordo com Augusta (2018), perpetuam de geração em geração mantendo um sistema de injustiças sociais.

Sobre as questões raciais vividas em sala de aula Vitória (2018) destacou:

Não eu sou negra mesmo! Eu me adoro. Eu gosto de mim. Sabe, eu ainda falava assim: ó gente eu sou linda! Se você quiser o muro branco não existe. O muro é negro, o muro é negro! Eu tenho orgulho de ser negra mesmo. Gosto de ser negra. Não tem nada a ver. Está entendendo? Não admito. Eu não sou diferente. Eu acho que não existe branco ou negro melhor que o outro: é tudo igual! ⁶¹Se você quiser o sangue é a mesma coisa. Se você abrir aí dentro é a mesma coisa. Eu tenho a pele escura tenho, mas lá dentro é tudo igual a do João, do Manuel, do loiro (VITÓRIA, 2018).

Batista (2017) afirmou:

A gente era diferente deles. Diferente no vestir, diferente no calçar, diferente no jeito de brincar na fala em tudo. Nós éramos diferentes deles por ter, viver em mundos diferentes. Eles da alta sociedade que era um colégio de pessoas bem de situação e nós cá em baixo. Mas eu só sei que assim a gente sentia. Mas como menino não tem malícia naquela época não era muito direto o preconceito. Mas nós sentíamos que tinha uma diferença entre a gente. Comigo nunca aconteceu

⁶⁰Cássia Augusta tem 65 anos e é atuante em movimento negro de Uberlândia. Nasceu e estudou em escolas do Rio de Janeiro. Sua participação nessa pesquisa se justifica pela atuação política do MONUVA, Movimento Negro de Uberlândia Visão Aberta.

⁶¹Orgulhar-se de ser negro é um dado que aparece em todos os depoimentos. E essa ideia de que tudo é igual será que não fica apenas na teoria? Vitória porventura não estaria reproduzindo um discurso dominante que tenta apagar o racismo e a diferença que ele contém?

diretamente de falar: vocês são negros e pobres não, não! Mas às vezes nós sentíamos até por parte de professor porquê às vezes a gente, nós não tínhamos o livro. Ah mais vocês não tem nada aqui na sala, todo mundo tem! Eu acho que nós não sofremos preconceito maior, ou seja lá o que for por causa da dona Raquel. A gente não sabia lidar com isso porque a gente não sabia o que era o tal do preconceito (BATISTA,2017).

Segundo a declaração da colaboradora Batista a diferença social entre as culturas na escola perpassava por vários aspectos que iam desde as vestimentas, as brincadeiras, etc. O depoimento reforça a existência das desigualdades sociais e educacionais na época.

Ainda sobre as questões em torno do preconceito racial, Guerreira (2017) relatou:

Eu vim conhecer o preconceito fazendo o Ensino Superior. Todo tipo de humilhação que você pensar que uma pessoa pode passar eu engoli bois, cachorros e carrapatos, mas eu consegui, eu passei! A pessoa quando tem objetivos ela tem que ir avante. Estava com três semanas que eu havia entrado na faculdade, deram o primeiro trabalho de história em que nós iríamos falar sobre a África. Vai falar da África? Eu cheguei até a arrumar a golinha da blusa. Vai falar da África? Que bom! Eu convidei uma turminha. Nós fomos fazer a apresentação escrita e nós resolvemos fazer também uma apresentação de Moçambique como era a dança do negro e da congada. Eu fui apresentar também o Moçambique junto com mais quatro pessoas. Moço: eu pensei, eu falei assim que coisa mais linda vai ser minha apresentação. Arrumamos o instrumento, a vestimenta e tudo mais, bandeiras da congada. Eu fui vaiada dentro de uma universidade, faltaram me enxotar lá de dentro. Dentro de uma faculdade você tem que ter até a precaução do que você pode fazer, o que você pode falar como você pode agir. Mas eu bati no peito e peguei e falei assim só se me expulsarem e me jogarem da universidade daqui pra fora. Eu passei momentos horríveis porque chegaram três moças em mim e perguntou se eu não tinha vergonha de falar sobre a África. Falei: não, não! Para gente fazer isso aí você tem realmente que bater no peito falar eu sou estudante e quero ser respeitada. Passei por todos esses constrangimentos, dei a volta por cima. Muitas lágrimas rolaram. Mas eu venci! Não vou falar pra você que você não fica constrangida não. Mas depois dessa minha apresentação me deu autoestima, porque ao invés de olhar para a esquerda eu olhei para direita e segui em frente. Eu não gosto muito de falar sobre esse assunto porque já passou, mas ainda me corrói por dentro porque na época eu sofri muito. Eu não vou largar, eu não vou sair, eu não vou desistir. Pago a faculdade. Mas eu passei aqui. Eu fui convidada pela universidade pra fazer o processo seletivo. Eles descobriram até então eu fazia parte da escola pública e eles me isentaram pelo Pro-Uni. Com essa isenção aí que aumentou mais o preconceito: fica colocando essa gentinha pobre aqui dentro da universidade! Então algumas coisas eu passei para as minhas filhas; tem coisas agora que minhas irmãs estão ouvindo que elas não conheciam esse fato. Terminei. (GUERREIRA, 2017).

No depoimento dado pela colaboradora Guerreira (2017) verificamos que ela mencionou suas vivências escolares desde as primeiras séries do ensino primário (que contempla o período estudado) até a sua formação universitária quando afirmou ter consciência do que era preconceito racial.

A colaboradora Maria (2018) mencionou a professora Vangela que ministrou aula para os alunos da comunidade com quem a família havia estabelecido laços de amizade:

Tinha uma moça branquinha, a gente tinha ela igual a uma filha. Ela falava: meus pais escuros; tinha orgulho. Uma convivência tão boa. Quando pensei: essa saiu de Deus, a convivência dela saiu de Deus. Quando chegava lá a Vangela estava com saudade de meus pais e meus irmãozinhos escuros, foi de Deus. (MARIA, 2018).

De acordo com as vivências de no trabalho, Silva (2017) relatou:

A poesia entra pra mim no contexto de revolta social. Foi na construção civil em 1978 que eu escrevi o meu primeiro poema. Embora naquele momento eu não tivesse a ideia da poesia, de literatura só sei que eu escrevia para desabafar. Na hora do almoço lá o cachorro comendo carne e a gente com arroz, feijão e pão seco com um pedaço de salame. Bem nunca esquecia. Um servente em construção quando um dia na marmita só tinha arroz e feijão. Dois bifés e um prato e o patrão me entregou. Fiquei feliz por instantes pensando que era pra mim e surpreendido descobri que os dois bifés eram sim para eu alimentar os cães. Era um momento na hora do almoço que o nosso patrão entrega pro pedreiro chamado Josevaldo (pseudônimo) dois pedaços de carne. O Josevaldo vai pensar que era para gente e ele (o patrão) pede que era para levar pro cachorro dele de raça que estava no fundo do quintal. Então foi ali, minha poesia surgiu assim. A realidade foi essa. Essa professora de literatura Yasmim. Essa questão veio pra transformar minha vida. Ela se transformou num motor. (SILVA,2017).

O depoimento de Silva (2017) demonstra a importância do professor na vida dos alunos. A professora Yasmim acreditou e ajudou a transformar a vida de seu aluno através da educação incentivando-o a escrever poesia e a prosseguir nos estudos.

Sobre a intolerância religiosa, Batista (2017) explicou:

A cultura afro-brasileira nós sabemos até mais enquanto Brasil que ela veio trazida de lá da África pelos escravos. Por isso a gente entra no sincretismo por conta que o negro não pode expandir a religião, a cultura deles livre com liberdade. Eles tiveram que fazer esse sincretismo com dos santos orixás com os santos católicos até para sobrevivência da cultura deles porque se não teria acabado tudo. Eu vejo hoje que teve um avanço muito grande a respeito da cultura afro no nosso Brasil. Eu vejo que hoje ainda tem preconceito e intolerância

religiosa das pessoas menos esclarecidas que não vai a fundo estudar sobre tudo isso. E também agora nós temos essa Lei 10.639⁶² que liberou o estudo o ensino da cultura afro nas escolas. Quando chega nesse detalhe que hoje eu sou uma zeladora de santo e dentro do panteão da cultura afro como zeladora eu sou conhecida como Mãe Irene de Nãna. Passar para as crianças, passar para as pessoas eu acho louvável, mas para chegar a ser uma zeladora você tem que passar por várias etapas a vencer. Para que uma pessoa possa é falar ensinar essa religião ou esse culto afro eu tenho assim certa preocupação com isso porque ele vai estudar o orixá, da onde ele veio, a comida dele, a dança dele a roupa dele então é uma coisa assim mais superficial (BATISTA, 2017).

Ainda, de acordo com Silva (2017):

São vários. São preconceitos que se você não tiver um pouco de curiosidade de pensar você não vai perceber, saber que contexto esse tipo de preconceito acontece. Por exemplo, em 1978 eu trabalhei de servente de pedreiro junto com um colega meu de olhos claros; eu e ele trabalhando de servente. Ai o nosso patrão olha e diz que quando a gente acabar a construção aqui eu vou trazer vocês dois aqui pra loja para trabalhar na loja. Ai nós dois trabalhávamos do mesmo jeito:

⁶²Lei Federal 10.639/2003:Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. § 3º (VETADO)""Art. 79-A. (VETADO)""Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. (Brasil; 2003,p.1). A Lei Federal 10.639/2003 tornou obrigatória a inclusão no conteúdo curricular o estudo da história da África e dos africanos, a contribuição dos negros para a formação nacional, as lutas históricas por liberdade e justiça, além de incluir o 20 de novembro como dia nacional da consciência negra.A Lei Federal 11.645/2008 foi uma atualização da lei anterior que estendeu a obrigatoriedade do estudo da cultura indígena no âmbito do currículo escolar além da cultura africana já citada anteriormente.A Lei Federal nº 12.288/2010 que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial representou significativo avanço da legislação no que diz respeito aos direitos sociais dos negros:Art. 24. O direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende: I - a prática de cultos, a celebração de reuniões relacionadas à religiosidade e a fundação e manutenção, por iniciativa privada, de lugares reservados para tais fins; II - a celebração de festividades e cerimônias de acordo com preceitos das respectivas religiões; III - a fundação e a manutenção, por iniciativa privada, de instituições beneficentes ligadas às respectivas convicções religiosas. (BRASIL; 2010,p.1).Destacamos acima o artigo nº 24 da Lei Federal nº 12.288/2010 que trata do direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos.Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2012, p.1).A Lei Federal nº 12.711/2012 que regulamentou as cotas para alunos negros, pardos, indígenas e deficientes para o ingresso no Ensino Superior representou um importante avanço para a inclusão educacional dos negros (BRASIL, 2012,p.1).

chegava mais cedo pra mostrar pro meu patrão que queria produzir, que a gente queria trabalhar na loja. Um mês depois meu colega foi trabalhar na loja, foi ser vendedor de loja e ele não me chamou. Passado uns quinze dias...seu Antônio? Não. E agora não tem como, não tem outra vaga não, mas se você quiser estamos precisando de alguém para trabalhar na limpeza. Eu falei: agora não, vamos deixar. Só que depois contratou outro branco. Devagarzinho é que você vai tendo essa noção. De repente eu vou perceber que não era interessante pra ele como não é interessante hoje para muitas lojas ou muitos lugares ter pessoas negras de frente atendendo o público. Na fase adulta você passa a enfrentar isso de outros meios, mas ainda são vários casos. Hoje você tem três modos de lidar com esses preconceitos. As discriminações que são perceptíveis por nós no dia a dia e que às vezes saíram do próprio consciente da pessoa eu lido na poesia. Mas esses que são mais acintosos você vai para justiça. Infelizmente não cessou! É por isso que eu fico triste. O que me entristece é as coisas que eu sofri lá na adolescência com o professor de repente pode estar acontecendo aqui em Uberlândia. (SILVA,2017).

Ainda, de acordo com a colaboradora Batista (2017):

Dentro das escolas existem muitos alunos de várias religiões e vai ter alunos que o pai e mãe que seguem um terreiro ou que já tenham um estudo a mais vão questionar esses professores a respeito disso e muita coisa não vai ter uma repercussão muito boa porque aquele professor não vivenciou o que a gente vivencia para poder estar falando a respeito de determinado orixá, de terminada comida. Como fazer aquilo? Como lidar com aqueles elementos? Então está assim passando para os alunos uma coisa muito superficial. E fico triste também porque como dentro dessas salas de aula existem pessoas evangélicas, os pais deveriam respeitar! Até para o seu filho não crescer com aquela ignorância, não deixa que a criança participe da aula de religião para ganhar conhecimento sair dessa ignorância. Porque o afro, por causa da Igreja Católica ele ficou muito mal visto. Até a questão dos espíritos para vocês entenderem melhor que nós trabalhamos dentro dos terreiros, mas é para prática do bem, da caridade, do amor, da aproximação da família é para tirar um vício, é pra aliviar uma dor. Você vê: todos esses itens e outros mais são coisas boas. Ai a visão é que é do mal é que mata as pessoas, é que mata as crianças, é que separa os casais é que busca o marido da outra pra outra, não, não é nada disso! Então isso é criado na cabeça de pessoas que não estudaram a cultura afro. Então tem muita coisa filho que eu vejo com muita preocupação inserir esse estudo. Mas é bom! Pelo menos nós já conquistamos porque antes não podia nem falar. Falava que era bruxaria, também queimavam na época da inquisição muito antes do afro. Então eu tenho certa preocupação: até que ponto esses professores estão preparados para falar sobre o afro para as crianças? Quando você for dar uma aula você vai ser questionado e dentro de uma sala de aula não é diferente. Acho bom, é o primeiro passo que foi dado para que possa esclarecer as pessoas. O povo afro não exclui ninguém! É evangélico é católico é protestante. Precisou deles eles estão de braços abertos para servir. (BATISTA, 2017).

Silva (2017) narrou:

São duas concepções que tem ai. Você sente vergonha por ser negro, por exemplo, o que esse professor fazia comigo e com a outra menina que era obesa fazia com que a gente sentisse que ser negro era coisa feia. Sabe, então às vezes eu chegava em casa eu pegava o sabão e pensava que eu ia tirar a minha cor. E isso acontecia com pessoas no Brasil. Uma colega minha que entrou ela não ficou dois meses e desistiu foi pra outra cidade ai eu fiquei sendo o único negro. Ai você vai passar a analisar o que podia acontecer com as pessoas quando eu fui fazer uma entrevista que queria trabalhar em uma empresa. Eu estou assim de cabeça baixa como esse cara vai me contratar?Porque essas coisas elas te transformam, você começa a andar cabisbaixo. Por isso que eu falo que a poesia foi o motor da minha vida. A poesia me levantou a cabeça e na hora que a professora me ajuda e com o tempo eu começo a pensar o seguinte: vou ter de olhar olho no olho. E vão acontecer outras coisas nesse processo. Em 1982 eu recebo um manuscrito do Carlos Drummond de Andrade. E com esse levantar de cabeça eu vou enfrentando esses preconceitos, esses racismos, essas discriminações também usando a literatura. (SILVA,2017).

Ainda sobre suas vivências escolares em Uberlândia, Silva (2017) narrou:

Já é outro contexto porque eu já fui estudar em um colégio, mas quando eu chego a Uberlândia já venho com um processo diferente da cidade onde vivia no ginásio por causa do preconceito racial do racismo, os bullyings de hoje. Então a minha mentalidade, minha concepção já era totalmente outra. Minha adaptação à escola era complicada já não tinha vontade de estudar. Fui estudar, parei porque fui trabalhar, mas também parei de estudar várias vezes. Não conseguia adaptar na escola e ao mesmo tempo aos tipos de trabalho que eu fazia. Eu diria que eu passei ao lado, não tinha adaptação com esse processo de racismo que me levou a ter em alguns momentos vergonha de mim mesmo. Eu não era sociável, não socializava com as pessoas. Era aquele tipo de aluno que chegava primeiro, entrava para sala ia lá pro canto cuidava das minhas coisas. O processo natural da cidade era o negro num lugar e o branco no outro. Tinha um cinema que era só para brancos. Tinha um lugar lá no centro que os bailes eram só para brancos. Ai um branco lá do alto do morro resolveu fazer um baile que só ia o pessoal negro. Agora regresso, por exemplo, todo ano eu regresso lá, mas ai eu regressei numa outra condição. Quando você regressa à cidade e o prefeito decreta feriado municipal para te receber, para fazer o lançamento de um livro seu. Quando eu retorno à cidade pra assumir a presidência de uma Irmandade do Rosário então você volta em outra condição, numa posição de negociador, de doutor, de escritor! Ai você volta para discutir com o padre olho no olho pra cumprimentar o prefeito olho no olho. (SILVA,2017).

Na obra intitulada: “Significado do Protesto Negro”, Fernandes (1989) afirmou:

Os velhos dilemas se reproduziam. O preconceito e a discriminação se ocultavam por trás do tratamento racial assimétrico, do branco da classe dominante (e de outros tipos de brancos); das iniquidades

sociais, econômicas e culturais; da concentração racial da renda e da desigualdade racial extrema – e o negro era empurrado a aceitar e a engolir tudo isso! Não tinha como lutar e como romper socialmente com a “herança da escravidão”. O pior é que a exclusão o marginalizava: o preconceito e discriminação fechavam as oportunidades de integração ao sistema ocupacional ou as restringiam ao mínimo.(...) Para classificar-se como trabalhador assalariado, pois, o negro tinha de vencer barreiras e, como consequência, foi prolongado o período de transição maldita. Os mais pobres viviam em cortiços, em casas de cômodos ou porões para alugar. Até o negro enfrentava barreiras, indo parar nos cortiços famosos por serem grandes infernos “buracos de onça”, onde a desorganização social campeava à solta e todas as violências ocorriam simultaneamente. Os seres humanos acuadaos não têm piedade diante das pessoas mais fracas. Encurralados e “emparedados” aceitavam um estilo de vida que convertia a desgraça em destino coletivo já que desgraça pouca é bobagem (FERNANDES,1989, p.59).

No que se refere ao preconceito salientamos que as tensões entre os sujeitos históricos sociais permeiam as sociedades que são segmentadas por classes sociais podendo culminar também com imbrólios na esfera das relações étnicas.

No campo da educação, normalmente as instituições escolares são espaços constituídos para a troca de cultura e conhecimentos e no ambiente escolar onde se espera que possam ocorrer à interação amistosa entre os próprios sujeitos que compõem a comunidade escolar. O preconceito e a não aceitação das diferenças sociais pode dificultar todo o processo de aprendizado do aluno além de potencializar o surgimento de traumas psicológicos e aversão do aluno à instituição de ensino e a pessoa que o oprimiu.

No próximo tópico abordaremos breves reflexões sobre a reportagem publicada na Revista Magazine de Uberlândia em 1956 por Jerônimo Arantes, patrocinada pelo então presidente do Clube José do Patrocínio, Sr. Anizio Luiz Camilo (*In Memoriam*) em homenagem aos negros e negras que viveram em Uberlândia A capa da Revista Ilustrada destaca a vencedora do concurso Miss Negra Roland Salvador.

3.3 A representação do negro na Revista Ilustrada Magazine Uberlândia.

Neste item final, analisaremos algumas imagens e textos que tratam das representações dos negros uberlandenses publicadas em 1956, na Revista Uberlândia Ilustrada cujo diretor era Jerônimo Arantes.

A revista *Uberlândia Ilustrada* foi criada em 1935 e veiculava assuntos variados sobre a cidade e a região. O número que trata da temática referente aos negros foi patrocinado pela Sociedade Homem de Cor de Uberlândia.

Segundo Lima (2007) a Revista *Uberlândia Ilustrada* publicou 28 números entre 1935 e 1961 e tinha como objetivos:

Com efeito, falar do passado enaltecendo a figura de políticos, empresários, e ressaltando a importância de suas realizações, contava muito em uma época na qual Uberlândia ainda era habitada, em grande parte, por pessoas que haviam nascido ali e que, por isso, cultuavam seus fundadores e orgulhavam-se de seu desenvolvimento econômico e de sua expansão demográfica. Antes colocou-se, então, em posição privilegiada para produzir as interpretações referentes ao passado da cidade que muito satisfaziam aos seus cidadãos, assim como encontrou meios para expressar o “orgulho” dos uberlandenses em relação à sua história, uma vez que editou durante 26 anos a revista *Uberlândia Ilustrada*, em cujas páginas estampavam-se essas representações (LIMA, 2007, p. 241).

Na publicação foram apresentadas ao público uma série de reportagens sobre os mais diversos aspectos da cultura afro com destaque para fotografias de trabalhadores como professores, intelectuais, empresários, engenheiros, religiosos, etc. além das crônicas.

IMAGEM 1- Capa da Revista Ilustrada com Roland Salvador eleita Miss Negra em 1956.



Fonte: RevistaUberlândiaIlustrada. Nº21. APU. Junho de 1956.

De acordo com a reportagem publicada na revista de junho de 1956, havia sido realizado um concurso de beleza com o objetivo de eleger a Miss Negra no respectivo ano. O evento foi patrocinado pela Sociedade Homem de Cor de Uberlândia e pelo Clube José do Patrocínio. Após três apurações cujos votos totalizaram 8.063, a miss eleita foi Roland Salvador com 4.518 votos, seguida de Maria Abadia com 3.545 votos.

A vencedora foi coroada pelo prefeito da época, o Sr. Afrânio Rodrigues da Cunha e sua esposa Aldorama Argel Cunha. Houve a participação de pessoas que chegaram em caravanas das cidades do Prata, Uberaba e Ituiutaba para prestigiar o evento. Roland Salvador aparece capa da Revista Magazine Uberlândia Ilustrada da época, com faixa de “Miss Negra 1956” coroada da mesma forma como aconteciam os demais concursos de beleza, demonstrando certo indício de segregação desses eventos importantes para a sociedade da época que reforçava a objetificação das mulheres.

Na revista consta um texto intitulado “O Negro de Uberlândia (1918-1956), Primeiros Escravistas – Fazendas e Senzalas – Expressão de Elementos Negros

Civilizados na Vida Social da Cidade”. Nesse texto destaca-se a chegada das primeiras famílias na ocupação das terras da região que no século XIX era conhecida como Sertão da Farinha Podre, não se considerando, contudo, que os primeiros ocupantes eram os índios Caiapós e os quilombolas que já habitavam a região, mas reforçando-se o lugar social dos negros de exercerem atividades de cunho braçal, vejamos:

Demarcaram-se os grandes latifúndios dos primeiros fazendeiros. Abriram-se os solos profundos como tapume na divisão das propriedades: tombaram-se os primeiros troncos da floresta nativa, ao impulso do machado devastador, abriram-se os primeiros caminhos de navegação para o trânsito dos carros de bois e tropas tradicionais: floriram-se as plantações de gêneros alimentícios nas roçadas, predominando nesse trabalho rude a força dos braços possante do negro escravo (UBERLÂNDIA ILUSTRADA,1956, p.4).

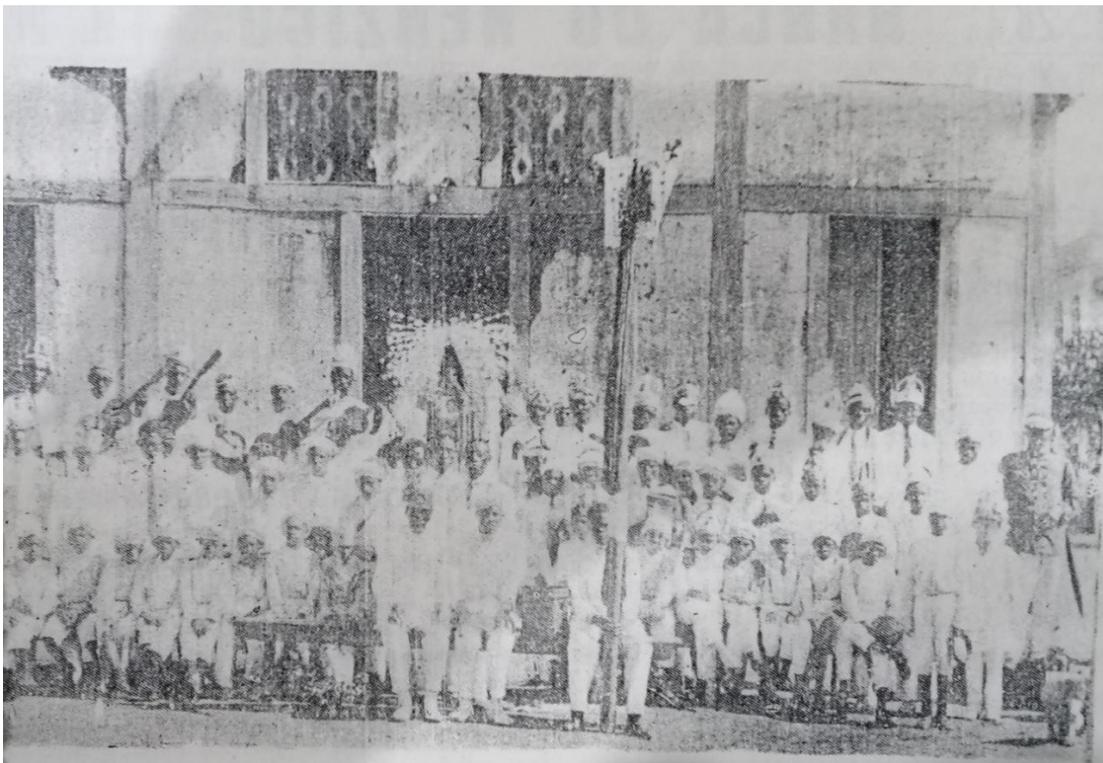
O texto destaca que as famílias entrantes que apossaram dos territórios trouxeram consigo os primeiros escravos negros que derrubaram a floresta, araram o solo e plantaram as sementes das primeiras lavouras.

Na mesma página do texto foi publicada imagem fotográfica de um grupo de congadeiros defronte à antiga Capela do Rosário⁶³. A Congada é uma das manifestações culturais mais tradicionais da cultura afro que recria a coroação de um rei do Congo.⁶⁴

⁶³ A Igreja Nossa Senhora do Rosário constitui-se a terceira construção destinada ao Rosário de Maria Santíssima nessa cidade. Sua primeira implantação seria realizada na baixada que verte para o Ribeirão São Pedro. Entretanto, considerando as tendências de crescimento do arraial, optou-se por construí-la no local atualmente ocupado pela Praça Dr. Duarte. No ano de 1891, o Sr. Arlindo Teixeira, membro da Comissão Procuradora da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, propôs a transferência da capela, que se encontrava em estado de abandono e degradação, para a praça hoje denominada Rui Barbosa. Autorizada pela comissão em junho do mesmo ano, a construção da capela foi finalizada em 1893, tendo sido empregada estrutura autônoma de madeira e fechamento em tijolos de adobe. Essa capela tinha frontispício voltado para o Ribeirão São Pedro e contava com três portas – uma central, mais larga, e duas laterais a esta; com duas janelas rasgadas por inteiro, com balaústres de madeira recortada, no nível do coro. No entanto, já nos primeiros anos, verificou-se um espírito geral de descontentamento em relação à essa edificação, considerada uma “acanhada ermida sertaneja”. Dessa forma, alguns anos mais tarde, já se cogitava a construção de uma nova capela. Por iniciativa do farmacêutico Cícero Macedo, que havia construído sua residência na Praça Rui Barbosa, formou-se uma comissão encarregada de uma construção de uma nova capela, “mais condizente com a época, para embelezar a praça”. Essa comissão conseguiu apoio e recursos da população de Uberlândia. A antiga capela foi então demolida e a construção da Igreja Nossa Senhora do Rosário se deu entre os anos de 1928 e 1931, tendo sido inaugurada em maio de 1931.

⁶⁴ 09. Documentação Fotográfica: A implantação da Igreja na praça foi modificada, sofrendo uma rotação – seu frontispício foi orientado para o Norte, isto é, para o lado em que a cidade crescia, ficando os fundos voltados para o Ribeirão São Pedro. Em 9 de dezembro de 1985, a Igreja Nossa Senhora do Rosário foi tombada em âmbito municipal pela Lei nº 4263. No biênio 1987/1988 e no ano de 1992, a igreja passou por processos de restauração. Além de ser a construção religiosa mais antiga da cidade, a importância dessa Igreja decorre também do fato de ela ser a sede da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens de Cor de Uberlândia, que a mantém. Fundada em 1916, essa Irmandade conserva até os dias atuais a tradição da Festa da Congada, que ocorre em novembro – uma das mais expressivas manifestações de festividade religiosa dessa cidade. Atualmente, a Igreja tem sido utilizada para missas e reuniões de grupos de oração (BRASIL,2002,p.1).

IMAGEM 2: Grupos de congadeiros em frente da antiga Capela do Rosário em 1924.



Destacam-se na porta do templo o andor e a bandeira conduzida pelo bloco dos dançadores.

Fonte: Revista Ilustrada Uberlândia. APU. Nº21. Junho de 1956.p.4

A imagem da Congada é bastante significativa revelando trajes peculiares (fardas) e adereços utilizados na cerimônia, como o pau de sebo e instrumentos musicais típicos da cultura afro.

Na quinta página da revista são apresentadas em destaque as imagens com notas explicativas do fundador e primeiro presidente da Sociedade Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor de Uberlândia, o senhor Manoel Francisco Nascimento (1868-1935) e o seu sucessor e filho Elias Francisco do Nascimento que na época, segundo as menções era o Presidente da Irmandade Nossa Senhora do Rosário.

⁶⁴Presente na vida social dos negros antes mesmo da proclamação da República em nosso país, a Congada é formada pelo sincretismo religioso que expressa à fé, a união e a resistência dos congadeiros em suas lutas históricas. As festividades que marcam a celebração são compostas por cânticos entoados ao ritmo dos instrumentos musicais. A manifestação cultural remete ao despertar da consciência humana para os sentimentos de união, altruísmo, fraternidade e solidariedade que nos remetem à irmandade social. (Nota explicativa do autor).

IMAGEM 3 – Elias Francisco do Nascimento.

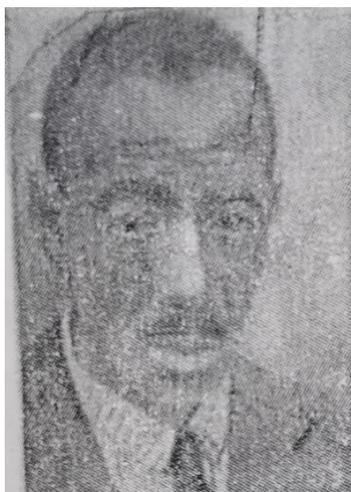


Fonte: Revista IlustradaUberlândia. Nº 21.Junho de 1956. APU.p.5

A imagem acima refere-se ao senhor Elias Francisco de Nascimento que na época da publicação do artigo era o Presidente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens de Cor de Uberlândia segundo notas explicativas.

Nascido em 1868, falecido em 1935. Ainda na escravatura, foi ele o fundador da irmandade Nossa Senhora do Rosário, ainda existente, seguindo como seu sucessor seu filho Elias Francisco do Nascimento, ainda na função de seu Presidente atual. Manoel Angelin era um preto dotado de bons sentimentos, gozando de geral estima dos seus, causando o seu falecimento grande pesar (UBERLÂNDIA ILUSTRADA, 1956, p.5).

IMAGEM 4 – Manoel Francisco do Nascimento (1868-1935/67 anos).



Fonte: Revista Ilustrada Uberlândia. Nº 21. Junho de 1956. APU, p.5

Ainda na quinta página no texto intitulado: “Papel da Liberdade” é apresentado nomes dos remanescentes da escravidão que na época estavam em idade avançada, além de menção textual relacionada à uma carta de liberdade dada a uma escrava por João Pereira da Rocha e sua esposa Genoveva Alves Rezende.

Ainda vivem entre nós, já de avançada idade, remanescentes da escravatura passada, que evocam a vida das senzalas, nesses núcleos onde se desenvolveram as primeiras lavouras que enriqueceram os sinhô-moços e que muito contribuíram naqueles remotos tempos para o desenvolvimento dos nossos meios rurais e que são: Marinho Machado, Mateus Lucas Martins, João Ferreira, Maria Augusta, David, Alexandrina, Maria Luzia e outros que ainda trabalham com proficiência, dando-nos prova do poder de resistência da raça africana (UBERLÂNDIA ILUSTRADA, 1956, p.5).

Na revista é apresentada a imagem de José da Ana com uma nota explicativa com os seguintes dizeres:

Pelas ruas arenosas da antiga Uberabinha, perambulava o popular Zé da Ana. “Medá um duzentão, sô!” – dizia ao defrontar com um conhecido. Musculoso, hercules verdadeiro, carregava um volumoso feixe de lenha atado com a corda que sempre trazia ao ombro. Valia um mil réis o amarrado de lenha. Gozava de geral estima pela maneira respeitosa de tratar às pessoas. Residia no bairro: “Bairro Patrimônio, onde exercia o cargo de delegado de polícia, nomeado pela sua própria pessoa (UBERLÂNDIA ILUSTRADA, 1956, p.5).

IMAGEM 5 – José da Ana.



Fonte: Revista Ilustrada Uberlândia. APU. Nº21. Junho de 1956.p.6

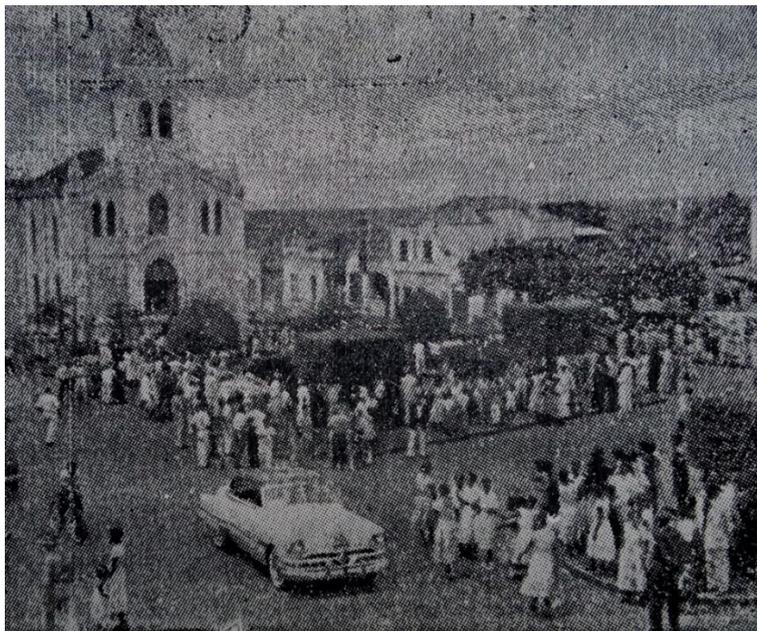
Importante ressaltar que nas páginas dedicadas ao movimento negro da cidade, foram feitas homenagens aos pioneiros e expressivos nomes entre eles, mas também aos homens comuns, trabalhadores braçais como José da Ana.

O autor de uma das reportagens destacou também sobre a vida do negro naquele momento, isto é, das pessoas que viviam na época da publicação da reportagem, em relação ao setor social o escritor não identificado afirmou:

No setor social prima o elemento negro da cidade, pela perfeita organização de seus clubes recreativos, sociedades carnavalescas, e diversas Irmandades religiosas. A Irmandade Nossa Senhora do Rosário promove todo ano a festa em homenagem a essa santa protetora da Raça. Formam-se os grupos das Congadas tradicionais e a cidade então se desperta com a Harmonia desses cantares característicos da raça ao som do instrumental típico, na cadência da música vibrada vida sadia da negrada alegre. Os clubes recreativos José do Patrocínio e Zanz-Bar Clube, formados por elementos de maior destaque na sociedade são mais bem aparelhados para a finalidade que se destinam. Possuem orquestras próprias, ótimos músicos e cantores, amplos e bem montados salões de dança, promovem festas cívicas e de cunho social (UBERLÂNDIA ILUSTRADA,1956 p.7).

Segundo as informações publicadas na Revista Uberlândia Ilustrada, existiram dois clubes recreativos sendo o primeiro José do Patrocínio e o segundo Zanz-Bar que eram frequentados por negros de destaque na sociedade uberlandense da época, além do texto presente na referida página foi apresentada a fotografia da Capela Nossa Senhora do Rosário em período festivo.

IMAGEM 6 – Capela Nossa Senhora do Rosário.



Fonte: Revista Ilustrada Uberlândia. APU. Nº21. Junho de 1956.p.7.

Na revista consta uma homenagem a Grande Otelo e seu irmão Francisco Pinto.

Lá das Tabocas vem à cidade a Tia Silvana e mais atrás o Pai Antônio manquejando com o bastão. O creolinho serelepe que vem conduzido pela mão da Tia Silvana é o Sebastiãozinho. Está dançando maxixe agora, onde na esquina uma roda de populares o aprecia. E um curioso indaga: Onde você aprendeu dançar maxixe tão bem assim? Bastiãozinho? E ele: Foi as muié lá do bordel da Maria Cobra que me ensino dança. Exibiu no picadeiro do CIRCO VASCONCELOS, sendo delirantemente apreciado o extraordinário criolinho. O diretor do Circo o levou na companhia, e desapareceu o criolinho. Anos depois surge o Grande Otelo dançando o charleston: como figura destaque na companhia Café Torrado. E de sucesso em sucesso, ei-lo como cômico tomando parte em todos os programas de bons filmes brasileiros interprete de diversos papéis de responsabilidade nas melhores representações teatrais. Sim! Sebastião Prata é neto da Tia Silvana. Uberlandense para todos os efeitos (UBERLÂNDIA ILUSTRADA, 1956, p.8).

IMAGEM 7 – Grande Otelo.



Fonte: Revista Ilustrada.Uberlândia APU. Nº21. Junho de 1956. p.8.

Sebastião Bernardes de Souza Prata (1915-1993/78 anos) conhecido como Grande Otelo foi um dos maiores dramaturgos do mundo, nasceu e morou no Bairro Tabocas no tempo em que a atual Uberlândia se chamava São Pedro do Uberabinha. Arantes (2011) destaca que nas décadas de 1950 e 1960, Grande Otelo ganhou destaque nacional ao participar do filme *Rio Zona Norte*:

As décadas de 1950 e 1960 recolocam a questão do nacional, porém, reelaborado-o e nomeando como nacional popular, portanto, havia uma busca pelo homem brasileiro. A imagem de Grande Otelo dialogava com esta procura, tanto que foi convidado por Nelson Pereira dos Santos para o filme *Rio Zona Norte*. Filme que iria permitir a Otelo outro tipo de personagem, explorando seu potencial mais dramática (ARANTES, 2011,p.8).

IMAGEM 8 – Francisco Pinto.



Fonte: Revista Ilustrada Uberlândia. APU.Nº21. Junho de 1956. p.8

Francisco Pinto é irmão do Grande Otelo. Graças à pobreza da “Tia Silvana foi o criolinho criado por dona Rita Morena da Independência (Dona Ritinha). Recebeu boa educação no lar e alcançando grau de cultura. Ótimo gráfico, trabalhou aqui em diversas tipografias. Como jornalista colaborou em diversos jornais da cidade dirigindo o “O Cruzeiro”, órgão da liga Marianista. Sua vocação artística levou-o inúmeras vezes ao tablado dos teatros de amadores, onde o “astro negro” sempre foi apreciado, pelo justo valor do seu gênio artístico (UBERLÂNDIA ILUSTRADA, 1956, p.8).

Na revista foram feitas referências a vitória da Miss Negra Roland Salvador, as fotografias de três professoras que atuavam para a prefeitura de Uberlândia na época e matéria intitulada: “Composição da População do Município de Uberlândia Segundo a Cor” que cita estatísticas com dados sobre a população tendo como fontes o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

IMAGEM 9 – Dedicadas professoras do quadro Municipal.

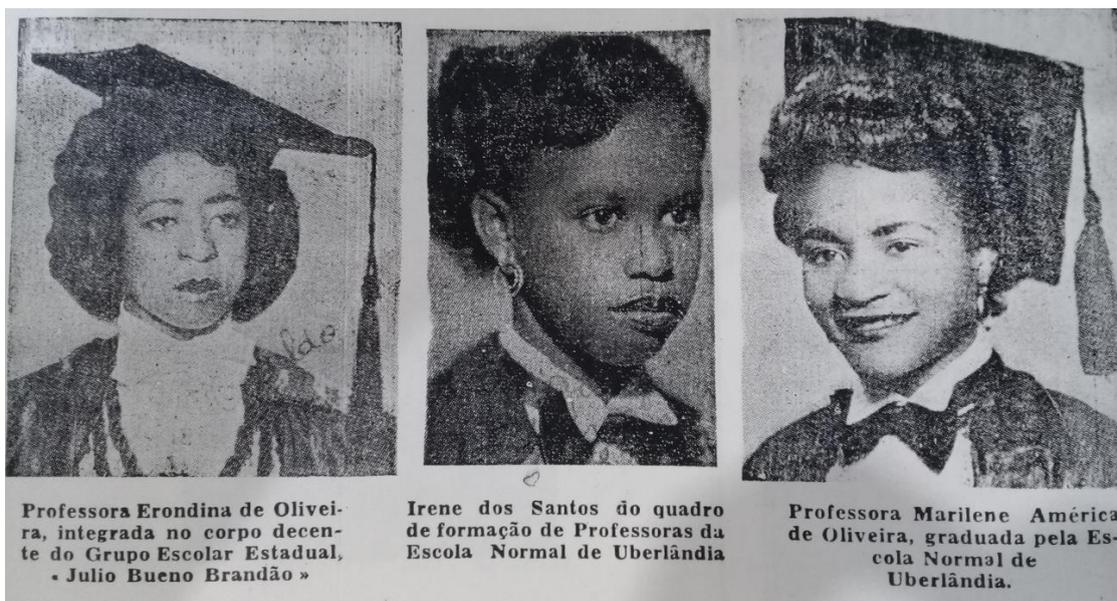


Fonte: Revista Ilustrada Uberlândia. APU. Nº21. Junho de 1956. p.10.

Observa-se pelas fotos que havia um estereótipo da professora, seja ela branca ou negra, as marcas da religiosidade (o crucifixo) e o asseio, além do corte do cabelo era o que se esperava de uma professora “dedicada”.

Na revista são apresentadas as fotografias de duas normalistas formadas na Escola Normal de Uberlândia e a de uma professora que atuava na docência em Grupo Escolar na cidade.

IMAGEM 10 – Professoras graduadas na Escola Normal de Uberlândia ou que atuaram em Grupo Escolar.



Fonte:Revista Ilustrada Uberlândia. Nº21.Junho de 1956. APU.p.13

Além das fotografias na referida página foi apresentada a terceira parte do artigo referente à Composição da População do Município de Uberlândia Segundo a Cor. Na mesma página é apresentado outro artigo assinado pelo senhor Sebastião Alves:

“Mãe Preta”:Pudera eu exteriorizar os seus sentimentos de pureza, carinho e ternura, neste dia que é seu e que representa a maior glória para aqueles que tem reconhecimento e respeito para com você! Embora eu não tenha presenciado o drama de seu tenebroso cativo, que atingiu talvez mais de 300 anos, tenho gravado no espelho d’alma o estigma de seus sofrimentos o respeito por você e a admiração pelo seu sacrifício de ser mãe! A dor da natalidade talvez não tenha lhe custado tão caro quanto a perversidade que, trazendo-a de longínquos setores africanos, oferecia-lha uma traiçoeira hospitalidade:“O CATIVEIRO”. E você sofria angustiosamente sem se encolerizar um só momento!Embalava os procedimentos desumanos de entes desalmados!Estreitava junto de seu peito o filho branco como expressão de perdão aqueles que acaso tivessem um monstro dentro de si, em vez de um coração! Você que presenciou o descarneio de seu filho quando em fuga era apanhado pela matilha de cães chefiada pelos capitães dos matos! Os leilões horríveis de seu filho como se mercadoria fosse, prosseguiram dias consecutivos até atingir o maior lance. E ele, o filho amado de sua sinhá, enquanto o seu próprio filho chorava faminto no recinto da melancólica senzala, recebia como represália ao seu pranto chibatadas dos feitores! Você, no mais nobre gesto de conformação e prudência, sucumbia nesta amarga dor, sem poder sequer deixar transparecer os seus protestos de mãe perante. Então era conduzido para outras paragens donde jamais voltava! E você sempre dando testemunho de nobreza d’alma e de caracter bem constituído, amava cada vez mais o filho branco como o seu próprio – dividindo desta arte igualmente o seu amor maternal!Como no mundo

tudo tem a sua extinção completa surgiu um dia o termo dos seus sofrimentos, quando desses seus próprios braços longos e negros promanaram os maiores defensores de sua causa! Apareceram poetas, cuja inspiração foi baseada no seu sofrimento, na sua dedicação e na grande tragédia que atingia toda a sua raça no Brasil. Houve também oradores eloqüentes que assombraram os potentados daquela época com seus brados de revolta! Surgiu também uma filha princesa, que num dia glorioso e distante, que talvez a sua memória falha jamais pode gravar, assinou um decreto que exterminou perenemente seus sofrimentos e aboliu o vergonhoso drama da escravidão que atingiu toda a nobre raça! (ALVES,1956, p.13).

Analisando a fonte histórica, no caso textual descrita acima, podemos inferir que ela exalta o espírito das mães negras pela resiliência, carinho e ternura dedicados aos filhos em suas lutas pela sobrevivência, mas denunciando as atrocidades da comercialização dos negros transformados em objetos pela escravidão, a violência do cativo e do “chicote dos feitores”.

Alves (1956) critica duramente o sistema escravagista denunciando a dor e sofrimento inenarráveis vivenciadas pelas mães negras vendo seus filhos sofrerem horrores durante o sistema escravagista. O texto faz referência aos mais de 300 anos de cativo que ficaram gravados no espelho d’alma das mães negras com estigmas de sofrimentos provocados pelas opressões e injustiças sociais. O escritor destaca que a dor da natalidade não custou tão caro quanto a perversidade dos que prometeram hospitalidade nas terras além mar, oferecida ainda em solos africanos que foi traiçoeiramente transformada em cativo.

Ainda exaltou a grande fraternidade da mãe preta que mesmo diante das dificuldades e desafios apontados pela vida dividiu o amor fraternal igualmente com seus filhos e a criança branca. A atuação de intelectuais, poetas, oradores e populares abolicionistas na luta pela liberdade também foi destacada no texto como também a atuação da princesa que assinou a Lei Áurea.

Na Revista Ilustrada foi apresentada a fotografia da primeira princesa Maria Abadia de 1956 que disputou o título de Miss Negra com Roland Salvador:

IMAGEM 11 – Maria Abadia.



Fonte:Revista IlustradaUberlândia. N°21.Junho de 1956. APU.p.14.

Apresenta-se a graciosa RAINHA do “Zanz-Bar Clube” vergando a faixa distintiva da PRIMEIRA PRINCEZA eleita pelo seu clube, no Concurso promovido para se eleger a “Miss Negra de Uberlândia” de 1956 (UBERLÂNDIA ILUSTRADA,1956, p.14).

Na referida página foram apresentados dois artigos o primeiro denominado: “Lei Áurea” e o segundo denominado: “Mãe Maria” de autoria de Jansen Filho:

Recurvada ao calor do sol dos desenganos. Entre a treva da noite e o fogo dos mormaços. Nesta luta infernal há trinta e tantos anos.Mãe Maria amamenta os filhos dos ricos!!!Quando evoca o carpir dos dias africanos. Então, para ocultar a dor que chega aos maços. Ela fuma, ela canta, ela remenda uns panos. Buscando exercitar as forças dos seus braços! Nesta estrada sem fim de contrastes e dores. Não conserva das mãos dos seus nobres senhores. Nem um gesto sequer que lhe sirva de ornato! Mas conserva de Deus o mais régio presente: Peitos que deram leite e vida a muita gente e que vão perecer à luz do anonimato (FILHO,1956,p.14).

A crônica “Mãe Maria” escrita na revista por Filho (1956) faz referência às amas de leite que amamentavam os filhos de seus senhores. Na crônica existem várias críticas sociais no que tange ao sofrimento delas devido ao cativo e também relata a

ingratidão dos senhores que se quer fizeram um gesto que servisse de gratidão por terem dado vida e saúde para muitas crianças.

A segunda parte do texto referente à crônica de “Mãe Preta” iniciada na décima terceira página da revista, são apresentados os nomes de algumas pessoas como, por exemplo, o da senhora Dalva Nascimento (contadora), o da senhora Elza (competente modista) e do senhor Anizio Luiz Camilo, na época, presidente do Clube Recreativo José do Patrocínio. Além dos nomes citados é apresentada a crônica intitulada: “Conselho Paterno” assinada pelo senhor Ezequias da Rocha:

Ao preto velho, trôpego, alquebrado. Ao velhinho que pede humildemente, atende-o tu, meu filho, paciente. E nunca lhe recuses um bocado. Além de te portares cristãmente, presta um preito ao lidador cansado. Um herói, bem possível do passado. Nas lutas pelas glórias do presente. E ouve atento: é a vez da experiência. Que justa e sábia, quase sempre iguala. Ao próprio verbo à luz da Providência. Meu filho: Deus que fala no Evangelho muitas vezes ao mundo também fala pela boca de um pobre negro velho (ROCHA, 1956, p.15).

IMAGEM 12 – Sr. Anizio Luiz Camilo.



Fonte: Revista Ilustrada. Uberlândia. Nº21. Junho de 1956. APU.p.14.

A nota explicativa que aparece junto com a imagem do Sr. Anizio Luiz Camilo destaca: funcionário público municipal, compositor com grande repertório de suas apreciadas músicas, atual Presidente do clube recreativo “José do Patrocínio”.

As imagens fotográficas do o senhor Evaristo José Rodrigues (conceituado chofer da praça), Ironildes Rodrigues (universitário da Faculdade de Direito da Capital Federal, teatrólogo e professor de línguas), o senhor Aroldo Ferreira dos Santos (contador) e a crônica “Pai João” escrita por Ciro Costa:

Do taquaral é sombra, em solitária forma, para onde, com tristeza, o olhar curioso alongo. Sonha o negro, talvez, na solidão noturna com os límpidos areais das solidões do Congo. Ouve-lhe a noite a voz nostálgica e soturna. Num suspiro de amor, num murmúrio longo...E o rouco, surdo som zumbindo no cafuno é o urucanco a gemer da cadência do jongo. Bendito sejas tu, à quem, certo, devemos a grandeza real de tudo quanto temos! Sonha em paz! Sê feliz e que eu fique de joelhos. Sob o fúlgido céu a lembrar, maquado, que os frutos do café são glóbulos vermelhos do sangue que escorreu do negro escravizado!(COSTA,1956, p.16).

Costa (1956) usa uma linguagem poética e, segundo o texto, o poeta cercado por bambuzais que aludem ao cativo sonhou com as areias distantes no Congo africano. Lembra com saudades das rodas de dança acompanhadas dos sons que pulsavam das batidas dos tambores motivo de felicidade e paz outrora saudosamente vivida. Ao lançar o olhar para os céus se lembra com tristeza e amargura todo o sofrimento da labuta, sacrifício e do sangue que escorreu para a produção do café.

Na crônica “Mãe Preta” escrita por Sebastião Alves já citada anteriormente. Em seguida é apresentado o artigo intitulado “A Raça”. No texto é destacada a volta da democracia após o Golpe de 1930, a criação da Legião Negra de Uberlândia e em 1935 inauguraram a publicação “A RAÇA” com destaque da atuação do jornalista e escritor Pedro Bernardo Guimarães. Na crônica “Avante” destacamos:

Creando focos de educação e cultura psíquica, no ambiente dos seus grêmios e no objetivo de aperfeiçoamento individual o negro destruirá a teoria da inferioridade racial e conseguirá nos agrupamentos o lugar que lhe compete nessa campanha pacífica de adaptação ao meio coletivo em que vive (GUIMARÃES,1956,p.18).

Guimarães (1956) destaca que a educação e a cultura contribuíram para o aperfeiçoamento individual do negro com a finalidade de destruir a teoria da inferioridade racial e agrupar o lugar que lhe é devido no meio coletivo pacificamente.

Na décima oitava página é apresentada a imagem de Dona Bárbara simbolizando a “Mãe Preta”, o último trecho da crônica “AVANTE” e outra crônica intitulada “DISCURSO” proferida no Clube José do Patrocínio em 13 de maio:

Na solenidade comemorativa é data de 13 de Maio, que se realizou este ano na sede do Clube José do Patrocínio o jovem Joaquim Coelho, orador oficial do mesmo Clube, proferiu a seguinte oração: Distintas autoridades componentes da mesa; senhoras e meus senhores. Mais um aniversário transcorrido da data magna que assinala em nossa história a abolição da escravatura negra no Brasil. Nesta hora, por todos recantos da nossa Pátria imensa onde esteja brilhando um raio de civilização, comemora-se esta data de tamanha significação para nós de cor, com os mesmos sentimentos que estamos

possuídos neste instante. Senhores, não tivessem os elementos preponderantes na vida do Império, pensando sensatamente sobre o que se manifestava na sociedade de uma nação nova, sem a vida da escravidão do negro, manchando os foros de uma civilização em princípio, a liberdade do negro não se teria processado da maneira distinta como se deu. Esse dia foi o dia esplendoroso de 13 de Maio de 1888. Nesta data, precisamente há 68 anos, nós negros do Brasil estamos libertos! Graças a Deus é uma raça redimida dentro de uma nação civilizada. SALVE 13 DE MAIO!! (UBERLÂNDIA ILUSTRADA,1956, p.18).

O discurso acima citado exalta a liberdade dos negros advinda com a abolição, sendo comemorada, além de reconhecer o papel dos abolicionistas que travaram lutas históricas para que o sistema escravista fosse derrubado. Salientamos que a publicação da reportagem foi patrocinada pelas comunidades sociais dos negros revelando o pioneirismo na luta na defesa dos direitos sociais. O protagonismo dos negros da época em suas lutas históricas pela elaboração de registros e discursos históricos é consequência da formação educacional que tiveram. A política, a formação da consciência de classe e a educação contribuíram para a reafirmação da cultura afro. A solidariedade social vinculou-se com a organização dos movimentos sociais.

IMAGEM 13 – Dona Bárbara simbolizando a “Mãe Preta”.



Fonte:Revista IlustradaUberlândia. Nº21.Junho de 1956. APU. p.14.

Em discurso proferido por Joaquim Coelho segundo a revista Uberlândia Ilustrada no Clube José Patrocínio em 13 de maio enaltece o dia 13 de maio como data comemorativa a ser sempre lembrada. O escritor não declarou que produziu o texto

mencionou a importância dos pensadores negros na época do Império que contribuíram com o processo de abolição da escravidão e que uma nação nova nasceu a partir da promulgação da Lei Áurea em 13 de maio de 1888.

Na revista *Uberlândia Ilustrada* é apresentada a crônica intitulada: “Negros do Passado. Negros que Não Vivem Mais!”:

Pai Antonio, Zé Catirino, André Verdade, Manoel Angelim, José Adão, Pedro Carroceiro, Marcelino, Teodorona, Tia Silvana, Luzia do Cajubá, Simplicia e outros. Escrevendo essa reportagem dedicada à sociedade da gente de cor, quero que o epílogo dela seja em homenagem à memória de vocês, negros do passado!! Vocês, depois da alvorada da liberdade que surgiu no céu da Pátria em 1888, cantaram felizes na CONGADA tradicional, em cântico com os entusiastas abolicionistas, em louvor ao triunfo da vossa liberdade sonhada! Vocês, negros do passado, dentro da humildade em que viveram, muitos fizeram ajudando construir o arraial da nossa origem. Foram vocês, negros do passado que abriram o primeiro rego d’água derivado da nascente farta para abastecer os primeiros povoadores do Arraial de São Pedro, de onde Uberlândia veio. Dando testemunho de fé cristã, foram vocês que ergueram o primeiro cruzeiro na praça da Capela da santa padroeira da povoação e para cercar o cemitério, carregaram as pesadas pedras que muraram o nosso primeiro campo santo, onde nossos avós dormiram o sono eterno, nos legando esta Uberlândia bendita, que veneramos tanto. Foram vocês, negros escravos dos primeiros agricultores, que desbravaram a terra virgem, para a plantação das primeiras lavouras, espalhadas hoje por essa imensa região do nosso próspero município! Mãe preta! Foi você mãe preta – a figura que será eternamente lembrada em nossa história – a mãe carinhosa e sofredora que alimentou com o seu leite criador, os filhos das primeiras famílias dos povoadores desta terra santa onde Uberlândia nasceu! Negros do passado!! Negros que a morte já levou!! Está homenagem à memória de vocês, e que Deus os tenha na glória da Pátria Celestial!!! (UBERLÂNDIA ILUSTRADA, 1956, p.19).

A crônica “ Negros do Passado, Negros que Não Vivem Mais”, elencou homenagens à memórias das gerações pretéritas de negros que desbravaram essas terras e também aos negros que constituíram a “Sociedade Gente de Cor”. O escritor destaca a felicidade dos negros com a abolição da escravidão comemorada pelos congadeiros que cantavam juntos aos abolicionistas. O escritor também destaca que os negros foram os pioneiros a desenvolverem a terra, cortaram regos d’água, araram a terra, plantaram as primeiras lavouras, fincaram a primeira cruz e carregaram pedras que cercavam o cemitério onde foram sepultados seus avós. A crônica exalta a figura da mãe preta que alimentou com seu leite os filhos das primeiras famílias que ocuparam a região.

Podemos inferir que a partir da primeira metade do século XX algumas comunidades constituídas pelos negros atuaram ativamente em Uberlândia e na região do Triângulo Mineira para promover a união, a educação e política na perspectiva de promover a cultura afro.

Salientamos que a reportagem focou alguns negros que estavam inseridos no contexto urbano na época; mesmo que muitas vezes invisíveis, a própria edição da revista dedicada aos negros mostra sua segregação, um número especial, já que em geral, as publicações destacavam as personalidades de Uberlândia que não frequentavam os clubes dos negros.

Os discursos históricos presentes na Revista Uberlândia Ilustrada são um patrimônio histórico para a sociedade uberlandense e nacional. A reportagem é uma homenagem à memória dos negros.

Considerações finais

A segunda década do século XX foi um período onde no Brasil houve intenso processo de urbanização e investimentos na infraestrutura do país que perpassou por um processo contínuo de interiorização. A construção de Brasília movimentou significativamente a economia nacional.

Os indicadores educacionais como o analfabetismo segundo dados do IBGE de 1950 afetaram quase metade da população de pessoas de 15 anos e mais. Nessa época a população vivia predominantemente na área rural.

As desigualdades educacionais entre populações de brancos e negros de 10 anos e mais que haviam concluído curso superior em 1960 de acordo com dados do IBGE na proporção revelou que os indicadores se diferenciavam em 14 vezes evidenciando as desigualdades educacionais. Em Uberlândia e região os indicadores educacionais acompanharam os índices nacionais. No período estudado discursos pautados no projeto de crescimento econômico perpassavam pela necessidade de industrialização. Naquela realidade a existência de mão de obra qualificada era insuficiente para promover o tão desejado progresso. As autoridades haviam direcionado o foco na universalização do ensino básico com ênfase para a formação técnica.

Com a supressão democrática pós 1964 pelo regime de exceção, a educação havia sofrido cada vez mais com as reformulações que atingiam desde o currículo até a falta de investimentos no setor precarizando substancialmente o sistema. Esse contexto

permitiu o surgimento de várias injustiças educacionais privando parcela de jovens e adultos da inclusão escolar. Salientamos que neste período o país passava por graves problemas políticos enviesados pela ausência da democracia e cerceamento das liberdades civis e também por forte crise econômica segregando as populações que viviam em risco social excluídas dos direitos mais básicos como a educação.

Em nossos estudos e pesquisas buscamos compreender como eram os processos de escolarização das populações negras em Uberlândia e região entre 1950 e 1970. Além das fontes documentais utilizamos a metodologia da história oral colhendo depoimento de treze participantes. Concluímos que todos os entrevistados enfrentaram situações adversas durante o processo de escolarização como, por exemplo, o trabalho precoce ou infantil. Verificamos que alguns dos entrevistados foram vítimas de preconceitos ou mesmo de racismo provocando fuga da escola com abandono e atraso na escolarização, o que acentuava a desigualdade de competição no mercado de trabalho entre brancos e negros.

Salientamos que a educação dos negros ao longo da história do Brasil foi marcada por injustiças sociais. As primeiras gerações de africanos que foram trazidos para o Brasil lutaram contra o regime escravista. A união dos negros e suas lutas contra o sistema escravagista foi marcada de tensões e contradições sociais. Sabotagens na produção de açúcar, assassinato dos senhores de escravos, rebeliões, fugas e batalhas contra as autoridades governamentais eclodiam por várias regiões refletindo o espírito guerreiro do negro. Ainda na São Pedro de Uberabinha os primeiros fazendeiros que haviam chegado a essas terras trouxeram consigo escravos que tocavam grandes lavouras de café valendo-se da exploração do trabalho. Mesmo com a abolição da escravatura assinada pela princesa Isabel em 1888 através da Lei Áurea, os negros jamais deixaram de lutar contra as injustiças sociais, sobretudo pela escolarização na busca de futuro melhor.

É neste contexto marcado por graves problemas sociais que os negros se organizaram e foram protagonistas na construção de sua própria história: uniram-se em associações e prestavam a assistência necessária as pessoas que precisavam. Muitas crianças e adolescentes das regiões mais carentes, periféricas ou mesmo rurais foram alfabetizadas com base na solidariedade social como é o caso da três irmãs: Batista, Guerreira e Bondade da Tenda de Umbanda em Uberlândia. Salientamos a persistência de Silva que enfrentou preconceitos, racismo e adversidades chegando à pós-graduação e liderando movimentos de congadas. Destacamos a história de Maria que enfrentou

diversas adversidades na zona rural para educar seus filhos, sendo que dois deles se tornaram professores. O caso de Vitória que migrou de Ituiutaba e com muita dedicação formou-se professora e atuou na política promovendo a educação e contribuindo para o desenvolvimento social do município. Apresentamos a história de Dos Anjos que enfrentou vários desafios pela sobrevivência superando-as. A história das Graças que voltou a estudar para progredir no trabalho. O caso dos Santos que vivia na zona rural e sonhava em um dia comprar um carro para poder visitar os pais e comprar uma casa na cidade, sempre achou que a educação poderia ajudá-lo a melhorar de vida. Santos enfrentou as exaustivas jornadas de trabalho e conseguiu alfabetizar-se e realizar seus sonhos de vida. O caso de Firmino que achava o ensino rural fraco. O caso de Augusta representante de associação de movimento negro que lutou bravamente pela união e educação na defesa dos direitos sociais.

Salientamos que a escolarização para o negro foi sinônimo de muitas lutas sociais e superação de desafios que perpassavam na vida de cada um entrevistados. Eles tiveram que lutar duplamente para reafirmar suas posições em mercados competitivos, além de terem que enfrentar o preconceito velado.

Por fim apresentamos breves reflexões sobre a reportagem publicada na Revista Uberlândia Ilustrada em 1956 pelo jornalista Jerônimo Arantes intitulada: O Negro de Uberlândia (1918-1956): Primeiros Escravistas – Fazendas e Senzalas – Expressão de Elementos Negros Civilizados na Vida Social da Cidade a pedido do presidente do Clube José do Patrocínio na época Sr. Anizio Luiz Camilo. Destacamos também a contribuição cultural e social da Irmandade Nossa Senhora do Rosário cujo presidente na época, o Sr. Elias Francisco do Nascimento, atuou na promoção das manifestações das congadas. Na reportagem, a modelo Roland Salvador, na época vencedora do concurso de beleza Miss Negra 1956 aparece na capa da revista. Populares negros, professores, artistas, comerciantes, donas de casa, etc. aparecem na revista bem como Grande Otelo. A reportagem é um marco para a história de Uberlândia que está correlacionada com a história da educação já que essas pessoas com suas culturas, experiências de vida acumuladas alicerçadas nos mais elevados laços de solidariedade, fraternidade e bondade sociais elevaram nossa humanidade.

Referências Bibliográficas

ALBERTO; Maria de Fátima Pereira. SANTOS; Denise Pereira dos. **Trabalho Infantil e Desenvolvimento: Reflexões a Luz de Vigotski**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v16n2/a04v16n2.pdf>>. Acesso em: 5/2/2019.

ALMEIDA; Marco Antonio Bettine; SANCHEZ, Livia. **Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil**. Revista Eletrônica de Educação, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1459/500>>. Acesso em 15/4/2018. <https://doi.org/10.14244/198271991459>

ARAGÃO; Milena. FREITAS; Anamaria Gonçalves Bueno de. **Práticas dos castigos escolares: enlaces históricos entre normas e cotidiano**. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/1648/1024>>. Acesso em 27/8/2018.

ARANTES; Jerônimo. **“O negro de Uberlândia (1918-1956) : primeiros escravistas – fazendas e senzalas – expressão de elementos negros civilizados na vida social da cidade”** Revista Magazine Ilustrada Uberlândia. Nº21. Uberlândia. APU. Junho de 1956.

ARANTES; Luiz Humberto Martins. **Teatro e Memória na Trajetória e na Cena de “Moleque Tão Grande Otelo”**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312410645_ARQUIVO_TextoLuizHumbertoMArantes.pdf>. Acesso em: 10/9/2018.

ARANTES; Wallison. **Tenda de Umbanda Coração de Jesus**. 2011. Disponível em: <<<http://tendacoracaodejesus.blogspot.com.br/2011/08/normal-0-21-false-false-false.html>>>. Acesso em: 10/9/2018.

BONILHA; Tamyris Proença. **O não-lugar do sujeito negro na educação brasileira**. Campinas. São Paulo. 2012.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. Disponível em: <<http://www.monarquia.org.br/PDFs/CONSTITUICAODOIMPERIO.pdf>>. Acesso em 13/2/2018.

BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: MEC. Diversidade, 2005. Disponível em: <<<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001432/143283por.pdf>>>.. Acesso em: 18/9/2018.

BRASIL. **Estatuto da igualdade racial (2010). Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata**. – 4. ed., 1. reimpr. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional Nº 9,394/1996**. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso em: 2/6/2018.

BRASIL. **Lei Nº 10.639 de 9 de Janeiro de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 2/6/2018.

BRASIL; **Lei Nº 11.645/2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 3/6/2018.

Brasil; **Movimento Brasileiro de Alfabetização Assessoria de Organização e Métodos MOBRAL: Sua Origem e Evolução**. Rio de Janeiro, 1973. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002033.pdf>>. Acesso em 27/8/2018.

BRASIL. **Reforma Couto Ferraz: Decreto n. 1331. 1854**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/99971/1854_.Decreto_n.1331_Reforma_Couto_Ferraz.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16/4/2018.

BRITO; Jorge Luís Silva. **Atlas escolar de Uberlândia**. Uberlândia. EDUFU. 2007.

CARMO; Luis do. **Função de Preto: Trabalho e Cultura de Trabalhadores Negros em Uberlândia/MG 1945-1960**. PUC. São Paulo. 2000.

COUTO: Adolpho João de Paula. **A Revolução de 1964 a Versão e o Fato**. 1999. Porto Alegre. Gente do Livro.

CUNHA; Rejane Cristine Santana. **A escola dos Annales e a reinterpretação de fatos históricos**. In: XX Ciclo de Estudos Históricos, 2009, Ilhéus - BA. Ciclos de Estudos Históricos. Ilhéus - BA, 2009.

DANTAS: Sandra Mara. **Três cidades, um projeto: a modernidade no Triângulo Mineiro**. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 10, n. 2, ago.-dez., 2017. <https://doi.org/10.22228/rt-f.v10i2.633>

FGV: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional-ldben>>>. Acesso em: 28/5/2018.

DOMINGUES; Cristiane Lumertz Klein, EBERT; SintiaFaé. **Alfabetização e ditadura militar: relação entre a cartilha e os métodos de alfabetização**. Debates em Educação - ISSN 2175-6600 Maceió, Vol. 7, n. 15, Jul./Dez. 2015. 117. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/viewFile/1758/1571>> Acesso em: 4/11/2018. <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2015v7n14p103>

EDWARDS Brent Hayes. **O uso da diáspora**. Tradução e Diásporas Negras. Porto Alegre, n.13, junho de 2017). Disponível em: <<file:///C:/Users/usu%C3%A1rio/Downloads/74384-308784-1-PB.pdf>>. Acesso em: 27/1/2019.

Escravos de ganho. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Escravos_de_ganho>. Acesso em: 22/1/2019.

FERNANDES; Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez. Autores associados. 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.33).

FONSECA, Marcus Vinícius. **A história da educação dos negros no Brasil** / Marcus Vinícius Fonseca; Surya Aaronovich Pombo de Barros (Orgs.). – Niterói: EdUFF, 2016.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**: 24ed. São Paulo: Editora Nacional, 1991.

GOMES; Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação. 2005.
Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001432/143283por.pdf>>. Acesso em 1/10/2018.

GOMES, Patrícia; ROSA, Teresa. **Os estudos menores e as reformas pombalinas**. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/47650.pdf>>. Acesso em 13/2/2018.

GONÇALVES, L. A. O. **Negros e educação no Brasil**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. 1 reimp., Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GRANDELLE, Renato. **Escravos prosperavam comprando negros, mas eram esnobados pela elite**. Disponível em: <<://oglobo.globo.com/sociedade/historia/escravos-prosperavam-comprando-negros-mas-eram-esnobados-pela-elite-16307932>>. Acesso em: 12/2/2018.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil**. Traduzido por Patrick Burglin. Prefácio de Fernando Henrique Cardoso. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG: Rio de Janeiro: IUPERJ. 2005.
Disponível em: <https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/hasenbalg-discriminac3a7c3a3o-e-desigualdades-raciais-no-brasil-_carlos-hasenbalg.pdf>. Acesso em: 6/11/2018.

IBGE. **População**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 8/7/2018.

IBGE: **Recenseamento Geral de 1950**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf>. Acesso em 10/7/2018.

IBGE: **Recenseamento Geral de 1960**. Disponível em: <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_br.pdf>. Acesso em 10/7/2018.

IBGE: **Recenseamento Geral de 1970**. Disponível em: <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_br.pdf>. Acesso em 10/7/2018.

IPEA. **Situação social da população negra por estado**. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. – Brasília: IPEA, 2014.

IPEA. **Situação Social da População Negra Segundo as Condições de Vida e Trabalho no Brasil**. Disponível em: <
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_situacao-social-populacao-negra.pdf>. Acesso em 10/6/2018.

ICHIKAWA, Elisa Yoshie; SANTOS, Lucy Woellner dos. **Vozes da História: contribuições da História oral à pesquisa organizacional**. Disponível em: <
<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2003-epa-0186.pdf>> Acesso em 29/1/2018.

KOSSOY; Boris. 1941. **Fotografia e História**. Boris Kossoy. 2ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. Disponível em: <
<file:///C:/Users/usu%C3%A1rio/Downloads/KOSSOY-%20B.%20Historia%20e%20fotografia%20-%20cap.%20Fotografia%20e%20historia.pdf>>. Acesso em 2019.

LAFER; Celso. **JK e o programa de metas (1956-1961): Processo de Planejamento e Sistema Político no Brasil**. Tradução de Maria Victoria de M. Benevides. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LIMA, S. C. F.. **A história da educação no meio rural no município de Uberlândia-MG (1950 a 1979)**. In: VI Congresso Brasileiro de História da Educação - Invenção, Tradição e Escritas da História da Educação, 2011, Vitória. VI Congresso Brasileiro de História da Educação. Vitória: Editora da UFES, 2011. v. 1. p. 1-15.

LIMA; Sandra Cristina Fagundes de. **Instruir e Disciplinar: Literatura Escolar Produzida por Jerônimo Arantes em Uberlândia/MG, 1938-1939**. Disponível em: <
<file:///C:/Users/usu%C3%A1rio/Downloads/1887-6674-1-PB.pdf>>. Acesso em: 18/1/2019.

LIMA; Sandra Cristina Fagundes de. **Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961**. 2004. Disponível em: <
http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280112/1/Lima_SandraCristinaFagundes_D.pdf>. Acesso em: 9/9/2018.

LIMA; Sandra Cristina Fagundes de. **Uberlândia Ilustrada, 1935 a 1961**. História & Perspectivas, Uberlândia (36-37):209-246, jan.dez.2007. Disponível em:<[file:///C:/Users/usu%C3%A1rio/Downloads/19114-72046-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/usu%C3%A1rio/Downloads/19114-72046-1-PB%20(1).pdf)>.

LOBO, T., and OLIVEIRA, K.,orgs. **África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX**. Salvador: EDUFBA, 2009, ISBN 978-85-2320- 888-2. <https://doi.org/10.7476/9788523208882>

LUCINDO; Willian Robson Soares. A Vontade também Consola: a Formação da esfera Pública Letrada de Afrodescendente e o Debate sobre a Educação. **A história da educação dos negros no Brasil**. In: Marcus Vinícius Fonseca e Surya Aaronovich Pombo de Barros. Rio de Janeiro. EdiUFF. 2016.

MEC-USAID. **O acordo que entregou as diretrizes da educação brasileira aos Estados Unidos em 1968**. Disponível em:<<https://radioproletario.com/2015/08/20/mec-usaid-o-acordo-que-entregou-as-diretrizes-a-educacao-brasileira-aos-eua-em-1968/#comment-21>>. Acesso em: 27/1/2019.

MANO: Marcel. **Índios e negros nos sertões das minas. Contatos e identidades**. Varia Historia. Vol.31.núm.56.maio-agosto.2015. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. Brasil. <https://doi.org/10.1590/0104-87752015000200009>

MARTINS; Ana Luiza. **Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras**. História. São Paulo. 22(1):59-79, 2003. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/his/v22n1/v22n1a03.pdf>>. Acesso em 6/9/2018. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742003000100003>

MEIHY; Jose Carlos Sebe Bom. RIBEIRO; Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral**. São Paulo: Contexto, 2011.

MELLO; Alessandra. **Frente Negra tem ideais sufocados**. Disponível em:<https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/09/01/interna_politica,442856/frente-negra-brasileira-tem-ideais-sufocados.shtml>. Acesso em: 2019.

MENEZES, Ebenezer Takunode; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Reforma Capanema. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/reforma-capanema/>>. Acesso em: 06 de mai. 2018.

MONTEIRO, Patrícia Fontes Cavalieri. **Discussão Acerca da Eficácia da Lei Áurea**. Meritum. Belo Horizonte. V.7. – n.1. – Jan/jun 2012. Disponível em:<<http://www.fumec.br/revistas/meritum/article/viewFile/1208/829>> Acesso em: 15/4/2018.

MOREIRA; Cássio Silva. **O Projeto de Nação do Governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)**. UFRS. Porto Alegre. 2011.

MUNANGA; Kabengele, GOMES; Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global. 2006. (Coleção para entender). ISBN 85-250-1134-0.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. Processo de um Racismo Mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Negros são maioria entre mineiros, aponta Censo de 2010. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/04/30/interna_gerais,224598/negros-sao-maioria-entre-os-mineiros-aponta-censo-2010.shtml>. Acesso em 19/7/2018.

OGOT, Bethwell Allan. **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII** / editado por Bethwell Allan Ogot. – Brasília: UNESCO, 2010. 1208 p. ISBN: 978-85-7652-127-3 1.

OLIVEIRA; Teresinha. VIANA; Ana Paula dos Santos; BOVETO; Lais. **Escola, conhecimento e formação de pessoas: considerações históricas**. Disponível em: <<file:///C:/Users/usu%C3%A1rio/Downloads/45662-187524-1-PB.pdf>>. Acesso em: 25/08/2018.

OLIVEIRA; Leticia Borges de. **Educação no campo: Mobra no meio rural de Uberlândia/MG (1970-1985)**. 2011. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/dissertacao%20leticia%20borges-PDF.pdf>>. Acesso em: 8/9/2018.

OLIVEIRA; Tiago Bernardon de. **O Golpe de 2016: Breve Ensaio de História Imediata sobre Democracia e Autoritarismo**. Disponível em: <[file:///C:/Users/usu%C3%A1rio/Downloads/6726-19212-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/usu%C3%A1rio/Downloads/6726-19212-1-SM%20(1).pdf)>. Acesso em: 4/6/2018.

PALMA FILHO; João Cardoso. **A República e a Educação no Brasil: Primeira república (1889-1930)**. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/106/3/01d06t04.pdf>>. Acesso em 20/4/2018.

PALMA FILHO, J. C. **Pedagogia Cidadã** – Cadernos de Formação – História da Educação – 3. ed. São Paulo: PROGRAD/ UNESP/ Santa Clara Editora. 2005.

PAULA; Cláudia Regina de. **O Protagonismo Negro – O Movimento Negro na Luta por uma Educação Antirracista**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 22, no 2, p. 105-120, jul/dez 2009. Rio de Janeiro. 2009.

PEREIRA, Oscar Virgílio. **Das Sesmarias ao Polo Urbano: formação e transformação de uma cidade. Uberlândia**. 2010. ISBN 978-85-98616-52-0. **População**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>> . Acesso em: 8/7/2018.

PRADO; Eliane Mimesse, FATIMA; Lilian Elizabete da Silva. **Os Desafios da Prática Docente na Aplicação da Lei 10.639/03**. Disponível em: <<file:///C:/Users/usu%C3%A1rio/Downloads/929-2387-1-PB.pdf>> Acesso em: 3/6/2018.

Prefeitura Municipal de Uberlândia. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/5544.pdf>. Acesso em: 29/12/2018.

Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Dossiê Igreja Nossa Senhora das Dores**. 2010. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/1351.pdf>. Acesso em 4/2/2019.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol2, n.3, 1989,p 3-15. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 29/10/2018.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5,n.10, 1992, p.8. Disponível em: <<http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%20.pdf>>. Acesso em: 22/10/2018.

POLETTI, Ronaldo. **Constituição de 1934**. 3. ed. — Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

PORTELLI; Alessandro. **Ensaio de Historia Oral**. Seleção de textos: Alessandro Portelli e Ricardo Santhiago. Tradução Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz. 2010. Coleção ideias.

POSSO; Ricardo Augusto. **Imprensa negra, catálogo de periódicos**. Disponível em: < http://www2.assis.unesp.br/cedap/cat_imprensa_negra/verbetes/a_voz_raca.html >. Acesso 2019.

RAMOS, Cláudia Monteiro da Rocha. **A escravidão, a educação da criança negra e a Lei do ventre Livre (1871)**. 2008. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/252013/1/Ramos_ClaudiaMonteirodaRocha_M.pdf>. Acesso em: 16/4/2018.

RAMOS; Jorge Spencer. **A contribuição e a importância do teatro na educação integral da criança**. Disponível em: <http://repositorio.ipv.pt/bitstream/20.500.11960/1537/1/Jorge_Ramos.pdf> Acesso e: 26/8/2018.

REIS, João José. **'Nos achamos em campo a tratar da liberdade': a resistência negra no Brasil oitocentista**. In: MOTA, Carlos Guilherme Mota (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo: Senac, v. 1.2000.

RIBEIRO JÚNIOR. Florisvaldo Paulo R. **A fabricação da Liberdade: Alforrias e Abolição da Escravidão 1821-1888**. História & Perspectivas, Uberlândia (36-37):281-309, jan.dez.2007.

ROCHA, Aline da Silva. **A exclusão intelectual do pensamento negro**. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/polemos/article/viewFile/9722/8257>>. Acesso em 10/2/2018.

ROCHA;Solange, SILVA: José Antônio Novaes. **À Luz da Lei 10.639/03, Avanços e Desafios: Movimentos Sociais Negros, Legislação Educacional e Experiências Pedagógicas**. Disponível em: <<file:///C:/Users/usu%C3%A1rio/Downloads/189-1-366-1-10-20170224.pdf>>. Acesso em 2/6/2018.

ROCHA, Maria Corina; Rincón, Mariana Blanco; BARBOSA, Muryatan Santana. **Síntese da Coleção História Geral da África: Pré-História ao século XVI**. Editor Valter Roberto Silvério. Coordenação de Valter Roberto Silvério. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar,2013. ISBN: 978-85-7652-062-7.

SANTOS; Angélica Pereira dos. RODRIGUES;Fernanda Alves Lima; CAMPOS; Judivolga Silva. **Exploração do Trabalho Infantil**. Disponível em: <[file:///C:/Users/usu%C3%A1rio/Downloads/322-1989-1-PB%20\(6\).pdf](file:///C:/Users/usu%C3%A1rio/Downloads/322-1989-1-PB%20(6).pdf)>. Acesso em: 5/2/2019.

SANTOS, Diana Viturino; SANTOS, Josimari Viturino. **Um olhar à história da educação dos negros no Brasil: demandas que impulsionaram a formulação de políticas de ações afirmativas para acesso ao ensino superior**. Disponível em: <http://educonse.com.br/2012/eixo_01/PDF/7.pdf> Acesso em 13/2/2018.

SAYED; Adnan Abdallah El. **Reformas de Base e Desenvolvimento Econômico: Uma Análise do Papel da Educação e das Instituições no Projeto Nacional-Desenvolvimentista de Goulart**. UFRS. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós Graduação em Economia. Porto Alegre. 2013.

SCHWARTZMAN: Simon. **Estado Novo, um Auto-retrato**. Brasília. CPDOC/FGV. Editora Universidade de Brasília. 1983.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. **Trajetórias cruzadas e ação docente em luta por educação: André Rebouças (1838-1898), José do Patrocínio (1853-1905) e Manuel Querino (1851-1923). A história da educação dos negros no Brasil**. In: Marcus Vinícius Fonseca e Surya Aaronovich Pombo de Barros. Rio de Janeiro. EdiUFF. 2016.

SILVA; Antônio Pereira da Silva. **As Histórias de Uberlândia**. v.1. Uberlândia. 2001. <https://doi.org/10.1093/gmo/9781561592630.article.45226>

SILVA; Carla Cristina Jacinto da. **História da Educação de Adolescentes e Adultos: as Campanhas e as Instituições de Ensino Noturnas de Uberlândia-MG (1947-1963)**,2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13990/1/HistoriaEducacaoAdolescentes.pdf>>. Acesso em: 8/9/2018.

SILVA; Divino José da, LIBÓRIO; Renata Maria Coimbra. **Valores, preconceito e práticas educativas**. Organizadores Divino José da Silva. Renata Maria Coimbra Libório. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

SILVA: Joselina da. **Movimento Social Negro após o Estado Novo: Grupos, Conferências e Jornais**. AMPUH – XXIII Simpósio Nacional de História- Londrina, 2005.

SILVA: Monica Ribeiro da. **Currículo, Ensino Médio e BNCC: Um Cenário de Disputas**. Disponível em: <file:///C:/Users/usu%C3%A1rio/Downloads/15zaj51nri_20160414165253090_59515.pdf>. Acesso em: 4/6/2018.

SILVEIRA: Luis de Souza. **Anotações à Lei N.2040 de 28 de Setembro de 1871**. Editores: Gonçalves e Pinto. Maranhão. 1876. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/185618/000097348.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16/4/2018.

SOBRINHO: Aliomar Baleeiro Barbosa Lima. **Constituições Brasileiras: Volume V 1946**. 3.ed -Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.2012.
SÔNEGO; Márcio Jesus ferreira. **A fotografia como fonte histórica**. Historiæ, Rio Grande, 1 (2): 113-120, 2010. Disponível em: <<file:///C:/Users/usu%C3%A1rio/Downloads/2366-6399-1-PB.pdf>>. Acesso em 5/9/2018.

SOUSA; Aline Batista de. SALGADO; Tania Denise Miskinis. **Memória, aprendizagem, emoções e inteligência**. Revista Liberato, Novo Hamburgo, v.16, n.26, p 101-220, julho/dez 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132515/000982720.pdf?sequence>>. Acesso em: 22/10/2018.

Uberlândia. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Uberl%C3%A2ndia>>. Acesso em: 4/2/2019.

VARGAS; Michely de Lima Ferreira. **Estudo sobre o funcionamento do sistema de ensino: da reprodução das desigualdades sociais ao efeito da escola**. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1682/1563>>. Acesso em: 7/1/2019. Cadernos de educação/FaE/PPGE/UFPEl/Pelotas [32]:105-122, janeiro-abril 2009.

VILLAS BOAS; Márcia Silva de Melo. **Grupo Escolar 13 de Maio e a educação primária na periferia de Uberlândia, MG 1962-71**. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/14010/1/GrupoEscolarMaio.pdf>>. Acesso em 10/6/2018.

WIKIPÉDIA. **Regime militar**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_educac%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil>. Acesso em 2019.

WIKIPÉDIA. **Miraporanga**. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Miraporanga>>. Acesso em 4/1/2019.

Fontes Orais

AUGUSTA; Cássia. 2018. Arquivo de áudio mp3. (65 anos). Entrevista concedida a mim na residência da entrevistada.

ANJOS; Emanuel dos. 2018. Arquivo de áudio mp3. (72 anos). Entrevista concedida a mim na residência do entrevistado.

BATISTA; Hosana. 2017. Arquivo de áudio mp3. (65 anos). Entrevista concedida a mim na residência da entrevistada.

BONDADE; Joana Da. 2017. Arquivo de áudio mp3. (62 anos). Entrevista concedida a mim na residência da entrevistada.

FIRMINO; Estevão. 2018. Arquivo de áudio mp3. (76 anos). Entrevista concedida a mim na residência do entrevistado.

GRAÇAS; Madalena das. 2018. Arquivo de áudio mp3. (78 anos). Entrevista concedida a mim na residência da entrevistada.

GUERREIRA; Débora. 2017. Arquivo de áudio mp3. (60 anos). Entrevista concedida a mim na residência da entrevistada.

MARIA; Dandara de. 2018. Arquivo de áudio mp3. (74 anos). Entrevista concedida a mim na residência da entrevistada.

NAZARÉ; Marta de de. 2018. Arquivo de áudio mp3. (47 anos). Entrevista concedida a mim na residência da entrevistada.

REDENTOR; Elias. 2018. Arquivo de áudio mp3. (48 anos). Entrevista concedida a mim na residência do entrevistado.

SANTOS. Pedro dos. 2018. Arquivo de áudio mp3. (85 anos). Entrevista concedida a mim na residência do entrevistado.

SILVA, Jeremias Brasileiro Da. 2017. Arquivo de áudio mp3. (59 anos) Entrevista concedida a mim na Universidade Federal de Uberlândia.

VITÓRIA; Eunice. 2018. Arquivo de áudio mp3. (68 anos). Entrevista concedida a mim na residência da entrevistada.